

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---------------------------------|--------------------|---|-----------|
| Nome da Pessoa Jurídica: | | RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 | CEP da sede: | 28400-000 |
| Endereço da sede: | | Rua Dr. Alberto Torres, 410 – 3º andar – Centro – São Fidélis-RJ. | |
| E-mail de contato: | | sistemacoroadosderadio@yahoo.com.br | |
| Serviço a ser renovado: | | (X) Radiodifusão sonora | |
| | | () Radiodifusão de sons e imagens | |
| Período da renovação: | | 2018 à 2028. | |
| Localidade da renovação: | | São Fidélis | UF: RJ. |

Eu, **José Cristovão Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 809.622.897-87, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES


Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

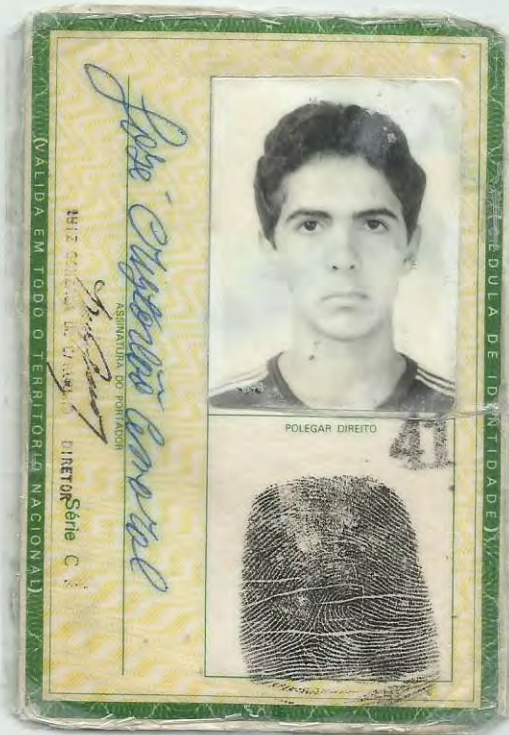
Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Assinatura do representante legal

Rádio Difusora Coroados Ltda
José Cristovão Amaral

29.607.462/0001-53
Rádio Difusora Coroados Ltda
Rua Alberto Torres, 410
3º e 4º Andares
Centro - São Fidélis-RJ
CEP 28400-000





e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGP/DP/INSTITUTO FÉLIX PACHECO

R. GERAL 06059333-2

NOME JOSE CRISTOVÃO AMARAL

NOME DO PAI FIDELIS DIAS AMARAL

NOME DA MÃE PHILOMENA FERREIRA AMARAL

DATA NASC 22/01/1964 NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

EMISSÃO 01/09/1981 NACIONALIDADE BRASILEIRA 41

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura JOSE CRISTOVÃO AMARAL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 10/11/83

OBSERVAÇÕES

LOCAL SAO FIDELIS, RJ DATA EMISSÃO 20/02/2019

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

82866061405
RJ465322832

RIO DE JANEIRO

PROIBIDO PLASTIFICAR
1810528500

DF ACALAP AM BACES GO MATIAS MG PR PB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

ANILDES FONSECA AZEVEDO

- Brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à rua 5 de Março nº 127, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº 412.542, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN

- Brasileiro, casado, laboratorista, residente e domiciliado à rua Duque de Caxias nº.51 - fundos, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº. 635.209, expedida pelo Instituto Pereira// Faustino;

MANOEL DA SILVA RIBEIRO

- Brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à rua Frei/ Ângelo nº.555, em São Fidélis (RJ) portador da Carteira de Identidade nº.636.724, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

ALBERTO FADEL

- Brasileiro, casado, agente fiscal, residente e domiciliado à rua Dr. Laurindo Pitta nº.140, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº.236.720, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

JOSÉ THEÓPHILO MACHADO

- Brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Praça Teixeira Soares nº.166 - apartamento 101, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº..... 1002016945, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;



The diagrams illustrate the stages of binary fission in a cell. The cell is represented by a blue outline. The internal structures are shown in different colors: a large blue nucleus, a smaller red nucleus, and a green nucleus. The stages are as follows:

- The cell is at rest, with a large blue nucleus and a smaller red nucleus.
- The blue nucleus begins to divide, and the red nucleus is still present.
- The blue nucleus has divided into two, and the red nucleus is still present.
- The red nucleus has divided into two, and the green nucleus is still present.
- The green nucleus has divided into two, and the cell is now divided into two daughter cells.

2000

25

Poste

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
Tel.: 80186
ANTONIO EUZEBIO DE CASTRO MAIA
— Escrevente Designado —
SÃO FIDÉLIS - EST. DO RIO



JAIR PERLINGEIRO DE
ABREU

- Brasileiro, casado, rádio-técnico,/
residente e domiciliado à Praça Tei-
xeira Soares nº. 186, em São Fidélis
(RJ), portador do Título de Eleitor
nº.6.513, expedido pela 35a. Zona E-
leitoral.

Os abaixo assinados e acima qualificados ANILDES///
FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANDEL DA
SILVA RIBEIRO, ALBERTO FADEL, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIR
PERLINGEIRO DE ABREU, pelo presente instrumento contratam uma
sociedade por cotas de responsabilidade limitada, para execu-
ção e exploração de serviço de radiodifusão sonora - CÓDIGO
J-01.5 - com sede nesta cidade, à Praça Teixeira Soares nº
186, devendo funcionar sob as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA

A sociedade girará sob a razão social de RÁDIO DIFU-
SORA COROADOS LTDA., DA QUAL somente poderá usar o sócio ge-
rente, o qual, em caso nenhum, poderá delegar esta faculdade a
qualquer dos outros sócios, nem usá-la em negócios alheios e
estranhos ao fim designado no preâmbulo deste contrato, bem
como em fianças, avais, endossos ou qualquer outro fim gratui-
to;

SEGUNDA

A duração da sociedade será por prazo indeterminado;

TERCEIRA

O capital social será de Cr.\$ 50.100,00 (cinquenta//
mil e cem cruzeiros), dividido em seis cotas iguais de Cr.\$//
8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) cada uma,
entrando cada sócio com uma cota, cuja realização será pelo//
modo seguinte: 50% (cinquenta por cento) nesta data, em moeda
corrente nacional e os restantes 50% (cinquenta por cento) de-
qui a 60 (sessenta) dias, também em moeda corrente nacional. A
responsabilidade dos sócios é limitada à importância total//
do capital social;

QUARTA

As cotas representativas do capital social são INA-
LIENÁVEIS e INCAUCIONÁVEIS, direta ou indiretamente, a estran-
geiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração///
contratual de prévia autorização do Poder Executivo Federal;



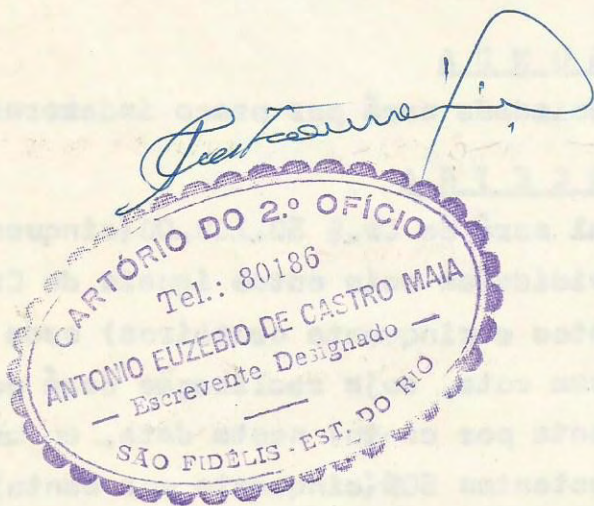
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

17.388

REGISTRO Nº 308.99



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Q U I N T A

A cessão de qualquer das cotas, fica dependente do consentimento expresso da sociedade, à qual é reservado, em todo o caso, o direito de preferência. O sócio que desejar ceder sua cota, assim o comunicará ao sócio-gerente, declarando-lhe o nome do adquirente e o preço que lhe é oferecido. O gerente, no prazo de 5(cinco) dias, convocará os outros sócios, resolvendo, então, a sociedade se consente ou não, na cessão, e, no caso afirmativo, se deve ou não adquirir a cota em questão. Se a sociedade não usar do seu direito de preferência, esta competirá a qualquer dos sócios, e, querendo-o dois ou mais sócios, será a cota dividida entre estes, segundo a combinação que fizerem;

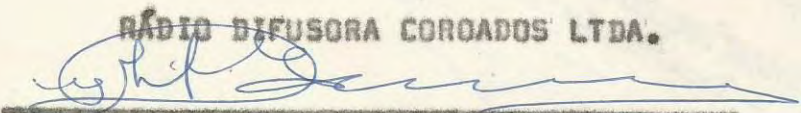
S E X T A

A gerência da sociedade será exercida pelo sócio/// JOSÉ THEÓPHILO MACHADO, que cuidará dos serviços de administração da sociedade, podendo praticar todos os atos e operações referentes ao objeto social, exceto a movimentação da/// conta bancária que será feita juntamente com o sócio MANDEL// DA SILVA RIBEIRO, respondendo para com a sociedade e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato/ e pelos atos que praticar com violação da lei e do presente// contrato;

S É T I M A


O sócio-gerente assinará pela sociedade da seguinte forma:

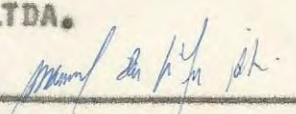
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.


-JOSÉ THEÓPHILO MACHADO-GERENTE-

No caso de movimentação da conta bancária a assinatura será da seguinte forma:

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.


-JOSÉ THEÓPHILO MACHADO-
Gerente


-MANOEL DA SILVA RIBEIRO-
Tesoureiro

D I T A V A

A sociedade isenta os sócios-gerente e tesoureiro// de toda e qualquer fiança;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

17388

REGISTRO
50849



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

NONA

O sócio-gerente receberá mensalmente para as suas// despesas, e a título de gratificação, a quantia de Cr.\$..... 1.000,00 (um mil cruzeiros), que será levada à conta de despesas gerais. Os outros sócios nada retirarão;

DÉCIMA

Os lucros bem como as perdas que se verificarem por ocasião do balanço anual, serão divididos igualmente pelos// seis sócios. Dos lucros anuais serão retirados 50% (cinquenta por cento) para constituição de fundo de reserva para aumento do capital social;

DÉCIMA PRIMEIRA

Os balanços anuais deverão ser assinados por todos// os sócios. As divergências que surgirem entre estes serão submetidas à decisão de dois árbitros, os quais escolherão um terceiro para servir de desempatador. Os árbitros serão nomeados pelos sócios dentro de cinco dias, devendo a divergência ser// resolvida equitativamente e sem recurso dentro de vinte dias, contados do em que tiver sido feita a nomeação;

DÉCIMA SEGUNDA

No caso de falecimento de um dos sócios, os seus/// herdeiros exercerão em comum os direitos do falecido, enquanto a cota social se achar indivisa;

DÉCIMA TERCEIRA

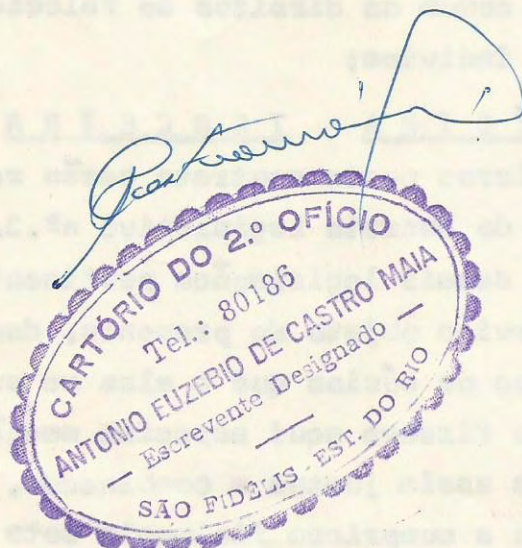
Os casos omissos neste contrato serão regidos pelas disposições constantes do Decreto Legislativo nº.3.708, de 10 de janeiro de 1.919, e demais legislações pertinentes à exploração e execução do serviço objeto do presente, das quais têm pleno conhecimento todos os sócios que a elas se sujeitam, como se de cada uma delas se fizesse aqui especial menção.

E por estarem assim justos e combinados, obrigam-se por si e seus herdeiros a cumprirem fielmente este contrato,// que assinam com duas testemunhas, e tudo presentes, lavrando-se 5 (cinco) vias de igual teor, das quais depois de arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, as que se fizerem necessárias, as demais ficarão: uma pertencendo à sociedade, sendo guardada no arquivo desta e as demais e disposição



17.388

ANEXO 130810



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

das instituições financeiras ou qualquer outro, digo, outro órgão do Poder Público que delas necessitar.

São Fidélis, 30-11-76

Aniltes Fonseca Azevedo
-ANILDES FONSECA AZEVEDO-

Carlos Alberto Pereira Willemann
-CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN-

Manguel da Silva Ribeiro
-MANGUEL DA SILVA RIBEIRO-

Alberto Fadel
-ALBERTO FADEL-

José Theophilo Machado
-JOSÉ THEOPHILO MACHADO-

Jairo Perlingeiro de Abreu
-JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU-

TESTEMUNHAS: 1a.

2a.

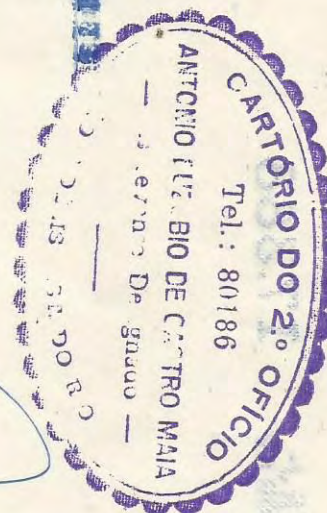
Cartorio do 2º. Officio. São Fidélis-RJ.

Reconheço a assinatura *super* de Aniltes
Fonseca Azevedo, Carlos Alberto Pereira Willemann, Ma-
nguel da Silva Ribeiro, Alberto Fadel, José Theophi-
lo Machado, Jairo Perlingeiro de Abreu, Carlos José
Ragol e Salvador Calmon.

Em test. _____ da verdade

São Fidélis, 13 de dezembro de 1976

-tabelião



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Certifico que a presente é cópia autêntica do original
registrado e arquivado sob o número 17388 e
mecanicamente.

ALVARO PEIXOTO
Secretário Geral

23 DEZ 1976

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - São Fidélis - RJ.
1.ª CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL

Protocolo 1976 nº 111 Pág. 136

Apresentado em 04 / 01 / 1977

Reg. N.º 72 Fls. 126 Livro Brel

Em 04 de Janeiro de 1977

Antônio Euzebio de Castro Maia
ANTÔNIO EUZÉBIO DE CASTRO MAIA
OFICIAL DO REGISTRO



17388

17388



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

1a. [PRIMEIRA] ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

anil
faustino
P.O.
mann
gth
ANILDES FONSECA AZEVEDO

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Cinco de Março, nº 127, em São
Fidélis(RJ), portador da Car-
teira de Identidade nº 412.542,
expedida pelo Instituto Perei-
ra Faustino;

CARLOS ALBERTO PEREIRA

WILLEMANN

Carli Willemann

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Duque de Caxias, nº 51-fundos,
em São Fidélis(RJ), portador /
da Carteira de Identidade .-.-
nº 635.209, expedida pelo Ins-
tituto Pereira Faustino;

MANOEL DA SILVA RIBEIRO

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Frei Angelo, nº 555, em São Fi-
délis(RJ), portador da Cartei-
ra de Identidade nº 636.724, /
expedida pelo Instituto Perei-
ra Faustino;

JOSÉ THEÓFILO MACHADO

- Brasileiro, casado, aposenta-
do, residente e domiciliado na
Praça Teixeira Soares, nº 166,



apartamento 101, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade nº 1002016945, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU

- Brasileiro, casado, rádio-técnico, residente e domiciliado na Praça / Teixeira Soares, nº 186, em São Fidélis-RJ, portador do Título Eleitoral nº 6.513, expedido pela 35a. Zona Eleitoral;

ALBERTO FADEL

- Brasileiro, casado, agente fiscal, residente e domiciliado na rua Laurindo Pitta, nº 140, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade nº 236.720, expedida pelo Instituto Pereira Faustino, cujo falecimento ocorreu .-.-.-. em 04/02/77, passando a cota à / viúva e herdeiros do espólio, em / seguida qualificados:

GABRIEL KITAR CARNEIRO FADEL, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na rua Laurindo Pitta, nº 140, em São Fidélis-RJ, / portador da Carteira de Identidade nº 1.034.997, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

PAULO CÉSAR CARNEIRO FADEL, brasi-



leiro, solteiro, bancário, residente e domiciliado na rua Laurindo Pita, nº 140, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade.-- nº 12.700.335, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

MARIA DO AMPARO CARNEIRO FADEL, brasileira, viúva, professora, residente e domiciliada na rua Laurindo Pita, nº 140, em São Fidélis-RJ, portadora da Carteira de Identidade.-- nº 295.575, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

AMARY DE ALMEIDA REIS

- Brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na rua Loureiro, nº 54-altos, em Ipuca, 2º Distrito deste município, portador da Carteira de Identidade .--.--.--.-- nº 138653, RG.nº 911.698, expedida/ pelo Instituto Pereira Faustino;

AURORA MARIA ALMEIDA REIS

- Brasileira, casada, residente e domiciliada na rua Loureiro, nº 54-altos, em Ipuca, 2º Distrito deste município, portadora da Carteira de Identidade nº 249779, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

Pelo presente instrumento particular, ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIR PERLINGEIRO DE ABREU,



constituíram uma sociedade para execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora - CÓDIGO J-01.5- com sede nesta cidade, à rua Dr. Alberto Torres, nº 410, 3º e 4º andares, sob a denominação social de RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, da qual fazia parte / ALBERTO FADEL, como únicos sócios componentes, da sociedade, todos acima qualificados, conforme Contrato Social devidamente arquivado na JUCERJA sob o nº 17.388, em 23/12/76, vindo este último a falecer em 04/02/77. Nos termos da cláusula DÉCIMA SEGUNDA / do contrato de constituição, na presença e com a participação dos herdeiros do sócio falecido, habilitados pelo que foi processado / no respectivo inventário judicial, acima identificados e qualificados, neste ato representados pelo seu bastante procurador - Dr. HUDSON DE SOUZA LIMA, brasileiro, casado, advogado registrado na / OAB-RJ sob o nº 6066, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Dr. Faria Serra, s/nº, de acordo com o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO, expedido pelo Juízo de Direito da Comarca de São Fidélis, cujo inteiro teor é o seguinte:

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO FIDÉLIS-RJ

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO (Proc.nº4563/77)

O Doutor Leomil Antunes Pinheiro, Juiz de Direito, em exercício, da comarca de São Fidélis, Estado do Rio / de Janeiro, por nomeação na forma da lei:

Atendendo ao que foi requerido pela inventariante, Maria do Amparo Carneiro Fadel, com a concordância de / todos os interessados e tendo em vista o despacho de fls.5lvº, / nos autos de arrolamento dos bens deixados por falecimento de ALBERTO FADEL, óbito ocorrido a 04 de fevereiro de 1977, autoriza a referida inventariante, ou seu bastante procurador, Dr. Hudson de Souza Lima, brasileiro, casado, advogado, inscrito na .-.-.-.-.



O.A.B.-RJ sob nº 6066, a transferir a cota de capital social que/ o "de-cujus" tinha na sociedade Rádio Difusora Coreados Ltda., se diada nesta cidade, aos sócios remanescentes daquela sociedade, / Carlos Alberto Pereira Willemann, Manoel da Silva Ribeiro, Anil - des Fonseca Azevedo, José Theóphilo Machado e Jairo Perlingeiro de Abreu; a transferência será a título gratuito, podendo a inven- tariante ou seu procurador assinar o respectivo instrumento de al- teração contratual, passar recibos, dar quitação e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento ao presente.-CUM - PRA-SE.

São Fidélis, 29 de julho de 1980.- Eu, (ass.) Lenice Rosa Rangel Pinheiro(Lenice Rosa Rangel Pinheiro), escrevente de justiça jura- mentada, o subcrevi. (ass.) Leomil Antunes Pinheiro(Leomil Antu- nes Pinheiro), JUIZ DE DIREITO.

resolvem fazer a primeira alteração contratual e o fazem da forma abaixo:

-P R I M E I R A-

Como até a presente data, não houvesse ainda, a homologação da partilha, os herdeiros GABRIEL KITAR CARNEIRO FA DEL, PAULO CESAR CARNEIRO FADEL e a viúva-meeira MARIA DO AMPARO/ CARNEIRO FADEL, todos acima qualificados, ficarão dessa forma.-- sub-rogados nos direitos e obrigações da cota de capital; no va- lor de Cr\$8.350,00(oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), que pertencia ao "de cujus" ALBERTO FADEL;

-S E G U N D A-

Os herdeiros GABRIEL KITAR CARNEIRO FADEL e PAULO CESAR CARNEIRO FADEL, bem como, a viúva-meeira MARIA DO AM- PARO CARNEIRO FADEL, retiram-se desta sociedade, cedendo e trans- ferindo, a título gratuito as suas cotas de capital herdada para /



os sócios remanescentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO / PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, no valor de Cr\$1.670,00 (hum mil, seissentos e setenta cruzeiros) para cada um, assim, também, como declaram nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, raza e irrevogável quitação;

- T E R C E I R A -

Os sócios remanescentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU cedem e / transferem, a título também gratuito a parte que lhes coube da cota de capital do sócio ALBERTO FADEL, no valor de Cr\$1.670,00 (hum mil, seissentos e setenta cruzeiros) cada parte, totalizando a / quantia de Cr\$8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), para AMARY DE ALMEIDA REIS, acima qualificado, bem como declaram / nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes, plena, raza e irrevogável quitação;

- Q U A R T A -

O sócio ANILDES FONSECA AZEVEDO, após cumprir as exigências da cláusula QUINTA do contrato de constituição, assim como haverem, a sociedade no seu todo e os sócios individualmente, abdicados do direito de preferência, cede e transfere, / também a título gratuito, a sua cota de capital para AURORA MARIA ALMEIDA REIS, acima qualificado, que ficará sem função social, declarando nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, raza, geral e irrevogável quitação. Também se retiram da sociedade os sócios /



CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO e JOSÉ THEÓPHILO MACHADO, que cedem e transferem, a título gratuito, as suas cotas de capital para o sócio JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, / declarando nada mais terem a reclamar, seja a que título for, / nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, / geral e irrevogável quitação;

- Q U I N T A -

Os sócios aqui admitidos, AMARY DE ALMEIDA REIS e AURORA MARIA ALMEIDA REIS, na condição de cessionários da parte dos cedentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, a partir desta alteração contratual, assumem todos os deveres e direitos sociais que lhes foram cedidos e transferidos pelos cedentes, passando a fazerem parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados ao sócio remanescente, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade;

- S E X T A -

O capital social que era de R\$50.100,00 (cinquenta mil e cem cruzeiros), dividido em seis cotas iguais de R\$8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) cada uma passará para R\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e ficará assim constituído:

JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU - com 51% (cinquenta e um por cento) das cotas, ou seja, 510 (quinhentas e dez) cotas de R\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma;

AMARY DE ALMEIDA REIS - com 40% (quarenta por cento) das cotas, ou seja, 400 (quatrocentas) cotas de R\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma;



Conf
AURORA MARIA ALMEIDA REIS - com 9%(nove por cento) das cotas,
 ou seja, 90(noventa) cotas de Cr\$1.000,00(hum mil cruzeiros) cada /
 uma;

Totalizando 1.000(hum mil) cotas de Cr\$1.000,00(hum mil cruzeiros)/
 cada uma, Cr\$1.000.000,00(hum milhão de cruzeiros), integralizados/
 nesta data, em moeda corrente nacional;

-S É T I M A-

[Handwritten signatures and stamps on the left margin]
 A gerência da sociedade será exercida pe
 lo sócio AMARY DE ALMEIDA REIS, que cuidará dos serviços da admi -
 nistração da sociedade, podendo praticar todos os atos e operações
 referentes ao objeto social, respondendo para com a sociedade e pa
 ra com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de manda-
 to e pelos atos que praticar com violação da lei, do contrato soci
 al e deste instrumento;

-O I T A V A-

O sócio Gerente assinará pela sociedade/
 da seguinte forma:

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

[Handwritten signature]
 AMARY DE ALMEIDA REIS - GERENTE

-N O N A-

Todas as demais cláusulas e condições es
 tabelecidas no contrato social não alcançadas pelo presente instru
 mento, permanecem em pleno vigor.

E por estarem assim justos e combinados, /



de tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se, por si e seus herdeiros, a cumprirem fielmente o presente, que assinam com duas testemunhas, a tudo presentes, lavrando-se 04(quatro) vias de igual teor, das quais depois de arquivadas na JUCERJA, as que se fizerem necessárias, as demais ficarão: uma pertencendo à sociedade, sendo guardada no arquivado desta e as demais a disposição das instituições financeiras ou qualquer outro órgão do Poder Público que delas necessitar.

São Fidélis(RJ), 21 de Junho de 1982.

Hudson
-HUDSON DE SOUZA LIMA-Advogado

Anildes
-ANILDES FONSECA AZEVEDO-

+ *Carlos Alberto*
-CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN-

Manoel da Silva
-MANOEL DA SILVA RIBEIRO-

+ *Jose Theophilo*
-JOSE THEOPHILO MACHADO-

Jairo Perlingeiro
-JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU-

Amary de Almeida
-AMARY DE ALMEIDA REIS-

Aurora Maria
-AURORA MARIA ALMEIDA REIS-

TESTEMUNHAS: 1a.

2a.

Jose Carlos de Souza Pereira



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Certifico que a presente é cópia autenticada original
registrada e arquivada sob o número e data estampado
mecanicamente.

193893

NOV 26 1982

arterio do 2º Officio São Fidélis RJ
Reconheço a assinatura *Antônio do R. Henrique*
de Souza Lima, Benedito Pereira
de Aguiar, Carlos Alberto Pereira
William, Manoel do Silva Ri-
beiro, José Theodoro Almeida,
João Roberto de Aguiar, L
Prado de Placido Reis e Re-
son Maria Alexandre Reis

testes
J.P.
da verdade
São Fidélis, 22 de Junho de 1982
J. Travençolo
tabelião

CARTÓRIO DO 2º OFFICIO
S. FIDÉLIS - RJ.
Antonio Eurébio de Castro Mota
Serenidade Responsável - Mat. ex/201
Maria da Conceição de Aguiar Mota
Escritório Juremática Mat 06/201



BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> Plano Básico >>> **Descritivo** | internet | teia | menu | ajuda**Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - FM**

UF: RJ

Município: São Fidélis

| Entidade | Canal | Classe | Fase | Azimuth (graus) | ERP | Obs |
|---------------------------------|-------|--------|------|--------------------|-----|--|
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 230 | B2 | 3 | | | |
| | 255 | C | 0 | | | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |
| | 297 | C | 0 | | | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: **17/02/2020**Hora: **15:04:25**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>
<http://sistemasnet/srd/Relatorios/PlanoBasico/Descritivo/Tela.asp>

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RJ

Município: São Fidélis

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|--|-------------|-------------------------|--|
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | São Fidélis | 22/09/1988 | 22/09/1998 |
| Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição | | Data: 17/02/2020 | Hora: 15:06:28 |
| Registro 1 até 1 de 1 registros | | Página: [1] | [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |
| Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>
<http://sistemasnet/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp>

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:11:14 do dia 17/02/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/03/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 29.607.462/0001-53

| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:13:54

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 085.056.837-49

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:15:01

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 085.056.837-49

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:15:01

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 809.622.897-87

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição

Data: 17/02/2020

Hora: 15:16:23



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 081.952.937-00

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: **17/02/2020**Hora: **15:16:51**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.




A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

| | | | |
|--|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.607.462/0001-53 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 04/01/1977 |
| NOME EMPRESARIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | |
| LOGRADOURO R DR ALBERTO TORRES | NUMERO 410 | COMPLEMENTO 3 E 4 ANDARES | |
| CEP 28.400-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO FIDELIS | UF RJ |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/02/2020** às **15:30:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 [CONSULTAR QSA](#)  [VOLTAR](#)  [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| | | |
|--|---|-----------------------------|
| Processo: 01250.048994/2019-84 | | |
| Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | CNPJ: 29607462000153 |
| Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada | Localidade: São Fidélis | UF: RJ |
| Validade da Outorga: Vencida | Período: 22/09/2018 a 22/09/2028 | |

| 1. REQUISITOS MÍNIMOS | | |
|--|-----------------|---------------|
| 1.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; | OK | (4671452) |
| b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO); | OK | (5175444) |

| 2. RELATIVOS À ENTIDADE | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------------|
| 2.1. DOCUMENTOS | | SITUAÇÃO | PG(s). |
| HABILITAÇÃO JURÍDICA | 2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; | OK | 1 a 24 (4671471) (4671452) |
| | 2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | Pendente | -x- |
| QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | 2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; | OK | (4671471) |
| | 2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | OK | (4671490) |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | |
|----------------------|---|----|-----------------------|
| REGULARIDADE FISCAL | 2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ; | OK | (46711490) |
| | 2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei; | OK | (4671490) F |
| | | | (4671490) M |
| | | | (4671490) |
| | 2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; | OK | (4671490) |
| REGULARIDADE TÉCNICA | 2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; | OK | (4671490) F |
| | 2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | OK | (4671490) |
| | | | Pags 25 a 28(4671490) |
| | | | |
| | 2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | OK | (4671490) |

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

| ANALISADO POR: | DATA |
|---|------------|
| NOME: José Luiz da Conceição CARGO: Engenheiro | 18.02.2020 |



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 3488/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.048994/2019-84

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, referente aos seguintes períodos: 22/09/1998 a 22/09/2008; 22/09/2008 a 22/09/2018 e 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE

3.1. certidão detalhada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187017** e o código CRC **BCE3E004**.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 7157/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28400-000 São Fidélis/RJ

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.048994/2019-84.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 3488/2020/SEI-MCTIC , com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187020** e o código CRC **B1C79867**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5187020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Interessado: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Processo nº 01250.048994/2019-84

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 25 a 30 (evento SEI nº 4671490), pela RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, com vistas à renovação da referida outorga, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187026** e o código CRC **CFF9E4DA**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

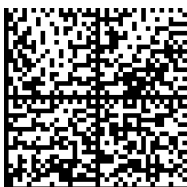
SEI nº 5187026



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO - 10138

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO303153471BR



AR

Recebedor: _____

Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DRº ALBERTO TORRES Nº , 410
CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: SERAD/SEPOS-REN
01250.048994/2019-84 OFÍCIO Nº
7157/2020 Nota Técnica n.º 3488/2020

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R -

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|--|--|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 10/03/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA RUA DRº ALBERTO TORRES Nº , 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
|  BO303153471BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ : ____ 2º ____/____/____ : ____ 3º ____/____/____ : ____ | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 7157/2020; 1 - Nota Técnica n.º 3488/2020; | |
| | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:21:25 do dia 11/03/2020 (hora e data de Brasília).

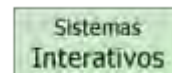
Válida até 10/04/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29607462000153**Presidente:****Endereço:** RUA ALBERTO TORRES - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 5.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 5.000,00

Quadro Societário

| CNPJ / CPF | NOME | Qtd. Cotas | Vir. Cotas |
|----------------|---------------------------------|------------|------------|
| 081.952.937-00 | AMARY DE ALMEIDA REIS | 50 | 250,00 |
| 085.056.837-49 | JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 930 | 4.650,00 |
| 809.622.897-87 | JOSE CRISTOVAO AMARAL | 20 | 100,00 |

Conselho

Diretoria

| CNPJ / CPF | NOME | Cargo | INDICAÇÃO |
|----------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| 809.622.897-87 | JOSE CRISTOVAO AMARAL | DIRETOR GERENTE | |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/siaco/Novo_Siaco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO DIFUSORA COROA...](https://anatel.gov.br/siaco/Novo_Siaco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO DIFUSORA COROA...) 1/1

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Val. RF: - |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|--|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES, 410 - 3 E 4 ANDARES | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: . | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|--|---|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |
| Latitude: -21.66111 (21° 39' 40.0" S) | Longitude: -41.74667 (41° 44' 48.0" W) |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP: 1kW |
| Altura: 90 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

| Limitação por radial dBd | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 0°: 0 | 10°: 0 | 20°: 0 | 30°: 0 | 40°: 0 | 50°: 0 | 60°: 0 | 70°: 0 | 80°: 0 | 90°: 0 | 100°: 0 | 110°: 0 |
| 120°: 0 | 130°: 0 | 140°: 0 | 150°: 0 | 160°: 0 | 170°: 0 | 180°: 0 | 190°: 0 | 200°: 0 | 210°: 0 | 220°: 0 | 230°: 0 |
| 240°: 0 | 250°: 0 | 260°: 0 | 270°: 0 | 280°: 0 | 290°: 0 | 300°: 0 | 310°: 0 | 320°: 0 | 330°: 0 | 340°: 0 | 350°: 0 |

Informações da Estação

| Informações Gerais | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |



Data Último Licenciamento: 28/06/2004

Número da Licença: 000004/2004-RJ

| Estação Principal | | |
|---------------------------------------|--|------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: -21.66111 (21° 39' 40.0" S) | Longitude: -41.74667 (41° 44' 48.0" W) | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máximo: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.37 | 10°: 1.27 | 20°: 1.13 | 30°: 0.97 | 40°: 0.8 | 50°: 0.64 | 60°: 0.44 | 70°: 0.24 | 80°: 0.08 | 90°: 0 | 100°: 0.02 | 110°: 0.12 |
| 120°: 0.26 | 130°: 0.41 | 140°: 0.56 | 150°: 0.74 | 160°: 0.93 | 170°: 1.1 | 180°: 1.23 | 190°: 1.31 | 200°: 1.34 | 210°: 1.36 | 220°: 1.36 | 230°: 1.38 |
| 240°: 1.38 | 250°: 1.38 | 260°: 1.37 | 270°: 1.37 | 280°: 1.37 | 290°: 1.37 | 300°: 1.37 | 310°: 1.37 | 320°: 1.37 | 330°: 1.39 | 340°: 1.41 | 350°: 1.41 |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|------------------------|------------------------------------|
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| Modelo: | Fabricante: | | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | Perdas Acessórias: dB | Impedância: ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|---------------------|
| Modelo: | Fabricante: | | | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máximo: 0.86 kW |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|-----------------------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 60689 | Despacho | MC | 06/06/1989 | | Multa | Jurídico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |



| | | | | | | | |
|------|-------|----------|----|------------|------------|---|----------|
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |

Horário de funcionamento



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 01250.048994/2019-84

Canal: 230 Frequência: 93,9 MHz

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Localidade: SÃO FIDÉLIS

UF: RJ

Entidade: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA | SIM | NÃO | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|---|-----|-----|----------------------|
| 1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM? | | X | |
| 1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente? | | | |
| 1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM? <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i> | | | |
| 2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a autos do processo? | X | | 5272366-pg.4 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | |
|---|--|--|--|
| 2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se: No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada? | | | |
|---|--|--|--|

Responder as afirmativas abaixo, marcando com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA | STATUS | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|--|--------------|----------------------|
| 3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC. | S | 5272366-pg.1 |
| 4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério. | S | 5272366-pg.2 |
| 5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018). | S | 4671490-pg.25 a 30 |
| 5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador). | S | 4671490-pg.25 |
| 5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s). | S | 4671490-pg.26 |
| 5.3) Transmissores. | | |
| 5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | N (med.F) | 4671490-pg. |
| 5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | NA | |
| 5.4) Antena. | | |
| 5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | S | 4671490-pg.26 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|----|---------------|
| 5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | NA | |
| 5.5) Linha de Transmissão. | | |
| 5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | S | 4671490-pg.26 |
| 5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | NA | |
| 5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador). | S | 4671490-pg.27 |
| 5.7) Declaração do profissional habilitado. | | |
| 5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA) | NA | |
| 5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração. | S | 4671490-pg.28 |
| 5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria. | S | 4671490-pg.30 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|---|-----------------------|
| 6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018. | S | 4671490-pg.25 a 30 |
| 6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963). | S | 4671490-pg.28 |

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

| |
|---|
| OBSERVAÇÕES: Não foi medida a frequência de operação.Faltando Ato de RF. |
| |



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 13/03/2020, às 07:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272367** e o código CRC **02B07241**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5272367



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 4952/2020/SEI-MCTIC

Processo n.º: **01250.048994/2019-84.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 230 (duzentos e trinta), classe B2, encaminhado pela **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 29.607.462/0001-53, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de São Fidélis/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

| OBSERVAÇÃO | EXIGÊNCIA |
|--|--|
| <p>– No Laudo de Vistoria Técnica da estação apresentado foi verificada a seguinte inconformidade em relação ao exigido pela legislação vigente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Não apresentou a exigida medida de frequência no transmissor da estação.• OBS: Precisão da medida:Frequência em Hertz (seis casas depois da vírgula, para não prejudicar o atendimento à Norma Técnica). | <p>– Apresentar a medida de frequência, assinada por profissional habilitado que ateste que o parâmetro avaliado se encontra em conformidade com o disposto no item 3.2.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p> |
| <p>– Apresentar Ato expedido pela Anatel de uso de radiofrequência para o período de Renovação sob análise.</p> | <p>– Providenciar autorização de uso de radiofrequência e solicitar licença de funcionamento.</p> |

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as razões de fato e de direito que justifiquem o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas cabíveis ao caso.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 13/03/2020, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 22/03/2020, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272390** e o código CRC **47A6B1CF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5272390



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 10259/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de março de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53)
Rua Alberto torres, 410 - 3 e 4º Andares - Centro
28400-000 - São Fidélis/RJ

Assunto: Renovação de outorga. Exigência. Processo n.º 01250.048994/2019-84.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4952/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 22/03/2020, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272418** e o código CRC **A06DBD9E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

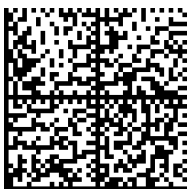
SEI nº 5272418



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



NF.:
Pedido:

Contrato: **9912443202**
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): **00030**

BO303161610BR



AR

Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA.
RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES , 410
CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: serad/sepos-ren 01250.048994/2019-
84 OFÍCIO Nº 10259/2020 Nota Técnica n.º
4952/2020

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------|--|--|----------------------------|--|--|--------------|-------------------|---------------------------|-------------|-----------------------|--------------|------------------|------------|--------------|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 02/04/2020 | | | | | | | | | | | | | |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES , 410 CENTRO SAO FIDELIS RJ 28400-000 | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL | | | | | | | | | | | | | |
| | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA | | | | | | | | | | | | | |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | |  BO303161610BR | | | | | | | | | | | | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____ 2ª ____/____/____ ____:____ 3ª ____/____/____ ____:____ | | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 10259/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4952/2020; | | | | | | | | | | | | | |
| | | <table><tr><td colspan="2">MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</td><td rowspan="5">RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</td></tr><tr><td>[1] MUDOU-SE</td><td>[6] NÃO PROCURADO</td></tr><tr><td>[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE</td><td>[7] AUSENTE</td></tr><tr><td>[3] NÃO EXISTE NÚMERO</td><td>[8] FALECIDO</td></tr><tr><td>[4] DESCONHECIDO</td><td>[9] OUTROS</td></tr><tr><td>[5] RECUSADO</td><td></td><td></td></tr></table> | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO | [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO | [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE | [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO | [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS | [5] RECUSADO |
| MOTIVO DE DEVOLUÇÃO | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO | | | | | | | | | | | | | |
| [1] MUDOU-SE | [6] NÃO PROCURADO | | | | | | | | | | | | | | |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO | | | | | | | | | | | | | | |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS | | | | | | | | | | | | | | |
| [5] RECUSADO | | | | | | | | | | | | | | | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA | | | | | | | | | | | | | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE | | | | | | | | | | | | | |



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| | | |
|--|---|-----------------------------|
| Processo: 01250.048994/2019-84 | | |
| Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | CNPJ: 29607462000153 |
| Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada | Localidade: São Fidélis | UF: RJ |
| Validade da Outorga: Vencida | Período: 22/09/2018 a 22/09/2028 | |

| 1. REQUISITOS MÍNIMOS | | |
|--|----------|-----------|
| 1.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; | OK | (4671452) |
| b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO); | OK | (5175444) |

| 2. RELATIVOS À ENTIDADE | | | |
|-----------------------------------|--|----------|-------------------------------|
| HABILITAÇÃO JURÍDICA | 2.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| | 2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; | OK | 1 a 24 (4671471) (4671452) |
| | 2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | OK | (5407283) |
| QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | 2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; | OK | (4671471) |
| | 2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | OK | (4671490) |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | |
|----------------------|---|----|-----------------------|
| REGULARIDADE FISCAL | 2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ; | OK | (46711490) |
| | 2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei; | OK | (4671490) F |
| | | | (4671490) M |
| | | | (4671490) |
| | 2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; | OK | (4671490) |
| REGULARIDADE TÉCNICA | 2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; | OK | (4671490) F |
| | 2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | OK | (4671490) |
| | | | Pags 25 a 28(4671490) |
| | | | |
| | 2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | OK | (4671490) |

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

| ANALISADO POR: | DATA |
|---|------------|
| NOME: José Luiz da Conceição CARGO: Engenheiro | 11.05.2020 |





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 20065/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 28 de maio de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ: 29.607.462/0001-53)
Rua Alberto Torres, 410 - 3 e 4º Andares - Centro
28400-000 - São Fidélis/RJ

Assunto: Prorrogação de prazo para cumprimento de exigência. Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 4952/2020/SEI-MCTIC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, a contar de 01/06/2020.
2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 29/05/2020, às 10:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5551068** e o código CRC **2159B8C4**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

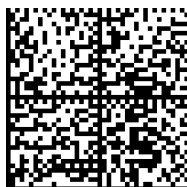
SEI nº 5551068



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



NF.:
Pedido:

Contrato: **9912443202**
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): **00030**

BO303180018BR



AR

Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA.
RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES
CENTRO, 410
- CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: SERAD/SEPOS-REN
01250.048994/2019-84 OFÍCIO Nº
20065/2020 Nota Técnica n.º 4952/2020

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|--|--|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 01/07/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES CENTRO, 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
|  BO303180018BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ 2ª ____/____/____ : ____ 3ª ____/____/____ : ____ | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 20065/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4952/2020; | |
| | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 01250.048994/2019-84

Canal: 230 Frequência: 93,9 MHz

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Localidade: SÃO FIDELIS

UF: RJ

Entidade: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA | SIM | NÃO | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|---|-----|-----|----------------------|
| 1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM? | | X | 5272366-PG.5 |
| 1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente? | | | |
| 1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM? obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços. | | | |
| 2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a autos do processo? | X | | 5272366-PG.4 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | |
|---|--|--|--|
| 2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se: No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada? | | | |
|---|--|--|--|

Responder as afirmativas abaixo, marcando com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA | STATUS | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|--|--------|-----------------------|
| 3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC. | S | 5272366-PG.1 |
| 4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério. | S | 5272366-PG.2 |
| 5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018). | S | 4671490-PG.25 A 30 |
| 5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador). | S | 4671490-PG.25 |
| 5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s). | S | 4671490-26 E 27 |
| 5.3) Transmissores. | | |
| 5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | S | 5751771-2 |
| 5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | NA | |
| 5.4) Antena. | | |
| 5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | S | 4671490-PG.26 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|----|---------------|
| 5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | na | |
| 5.5) Linha de Transmissão. | | |
| 5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | S | 4671490-PG.26 |
| 5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | NA | |
| 5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador). | S | 4671490-PG.27 |
| 5.7) Declaração do profissional habilitado. | | |
| 5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA) | na | |
| 5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração. | S | 4671490-PG.28 |
| 5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria. | S | 4671490-PG.30 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|---|-----------------------|
| 6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018. | S | 4671490-PG.25 A 30 |
| 6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963). | S | 4671490-PG.28 |

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

| |
|---|
| OBSERVAÇÕES: Entidade atendeu a exigência da NT 4952 5272390) (medida da frequência) e encaminhou laudo com a frequência medida (5751717-pg. 2). |
| |



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771506** e o código CRC **FC89DA38**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5771506



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 2197/2020/SEI-MC

Processo n.º: 01250.048994/2019-84.

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando no canal 230 (duzentos e trinta), classe B2, encaminhado pela **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 29.607.462/0001-53, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de São Fidélis/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017) [...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada em atenção a Nota Técnica n.º 4952/2020/SEI-MCTIC (evento SEI nº272390) encaminhada pelo Ofício n.º 10259/2020/SEI-MCTIC, de 22/03/2020 (evento SEI nº272418), no doc. 01245.0020834/2020-00, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI nº4671490-pgs. 25 a 30 e 5751771-pg.2, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 10/08/2020, às 10:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771631** e o código CRC **1B4EF0BB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5771631



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Interessado: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

À CORAC,

Tendo em vista que a análise do laudo técnico apresentado concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Técnica nº 2197/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 10/08/2020, às 10:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771669** e o código CRC **FD014014**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI-MC nº 5771669



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | | | |
|--|--|-----------------------------|--|-----------|--|
| Correios | | AVISO DE RECEBIMENTO | | AR | DATA DE POSTAGEM 10/03/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA RUA DRº ALBERTO TORRES Nº. 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | | | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASILIA - DF 70044-900 | | | | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> / / </u> <u> : </u> 2º <u> / / </u> <u> : </u> 3º <u> / / </u> <u> : </u> | | | | | DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-34; 1 - OFÍCIO Nº 7157/2020; 1 - Nota Técnica n.º 3468/2020; |
| MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (3) NÃO EXISTE NÚMERO (4) DESCONHECIDO (5) RECUSADO (6) NÃO PROCURADO (7) AUSENTE (8) FALLECIDO (9) OUTROS | | | | | FRANCISCO EMERSON DO CARTEIRO Agente de Correios - Carteiro Matrícula 8.958.162-8 UD SAO FIDELIS - DR/RJ |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | | | | DATA DE ENTREGA 02/04/2020 |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Notário de Azevedo Nascimento | | | | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

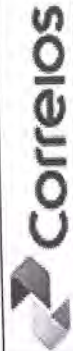
| | | | | |
|--|--|---|--|-----------|
| Correios | | AVISO DE RECEBIMENTO | | AR |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES , 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | | | |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASILIA - DF 70044-900 | | | | |
|  | | BO303161610BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 2º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 3º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> | | DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 10259/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4852/2020; | | |
| | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (2) NÃO PROCURADO (3) ENDEREÇO INSUFICIENTE (4) AUSENTE (5) NÃO EXISTE NÚMERO (6) FALCIDO (7) DESCONHECIDO (8) OUTROS (9) RECUSADO | | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR <u>JOSE CRISTOVÃO AMARAL</u> | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <u>LEONAR DO OLIVEIRA BRAGA</u> Agente de Correios - Carteiro Matrícula 8.954.677-6 UD SÃO FIDELIS - DR/RJ | | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR <u>JOSE CRISTOVÃO AMARAL</u> | | DATA DE ENTREGA <u>29/04/2020</u> Nº DOC. DE IDENTIDADE | | |

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



AVISO DE RECEBIMENTO AR

DATA DE POSTAGEM
01/07/2020

UNIDADE DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA.
RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES CENTRO, 410
SAO FIDELIS RJ
CENTRO
28400-000

REMETENTE

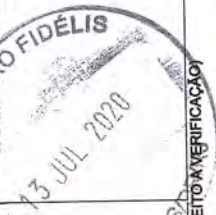
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO303180018BR

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-94;
1 - OFÍCIO Nº 20065/2020;
1 - NOTA TÉCNICA Nº 4952/2020;

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

(1) MUDOU-SE (6) NÃO PROCURADO
(2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (7) AUSENTE
(3) NÃO EXISTE NÚMERO (8) FALCIDO
(4) DESCONHECIDO (9) OUTROS
(5) RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
LEONARDO OLIVEIRA BRAGA
Agente de Correios - Carteiro
Matrícula 8.954.677-6
U.D. SÃO FIDELIS - RJ

ASSINATURA DO RECEBEDOR JOSE CRISTÓVÃO AMARAL
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR JOSE CRISTÓVÃO AMARAL

DATA DE ENTREGA
13/07/2020

Nº DOC. DE IDENTIDADE

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|--|---|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|--------------------------------|--|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|------------------------------|--------------|---------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Número: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|------------------------|--------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|----------------------|------------|---------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação

| Informações Gerais | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 28/06/2004 | Número da Licença: 000004/2004-RJ |
| Estação Principal | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

31/01/2023 16:01:10

| Localização | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|--|--|--|-----------------------------|--|--|--|------------------------|--|--|--|
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | | | | Longitude: 41° 44' 48.00" W | | | | Cota da base: 120.00 m | | | |

| Transmissor Principal | | | | | |
|-----------------------------------|--|--|--------------------------------|--|--|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | | | Modelo: | | |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | | | Potência de Operação: 1.000 kW | | |

| Linha de Transmissão Principal | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------|------------------------|--|
| Modelo: LCF 7/8 | | | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | | Impedância: 50.00 ohms | |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|------------------|----------------------|---|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3.46 | | | Fabricante: MAPRA-IND E COM.DE ANT.LTDA | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|------------------------|------------------------------------|
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | |
|-------------------------------|--|
|-------------------------------|--|



| | | | |
|-------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| Modelo: | | Fabricante: | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | Perdas Acessórias: dB | Impedância: ohms |

| | | | | | |
|-----------------|--------------|--------------------|--------------|--------|---------------------|
| Antena Auxiliar | | | | | |
| Modelo: | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |

| | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |

| | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|---|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |



Todos 

2 total de registros | 1 - 50 | 50 |  Atualizar |  Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Servico | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|--------------|--|----------------|------------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-------------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|-----|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|--------------|-------------|
| | | 29607462000153 | | | | (Todos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ver Estações | PR-C3 (Canal Outorgado - Aquando Licenciamento) | 29607462000153 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 01030090731 | P | Comercial | FH | 230 | RJ | São Fidélis | | 230 | | 93.9 | B2 | | 21° 30' 40.00" S | 41° 44' 48.00" W | 1 | 28 | | 2 | 2023-01-23 17:11:21 | | 570ac383afce | |
| Ver Estações | AM-C2 (Canal Outorgado - Aquando Dadas da Estação) | 29607462000153 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 01008055304 | P | Comercial | OM | 205 | RJ | São Fidélis | | | | 1310 | C | | 21° 31' 4.00" S | 41° 42' 59.00" W | | | | 2 | 2023-01-23 19:02:27 | | 570ac9a4ef6b | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

[Menu Principal](#)BOA TARDE
Renata Vieira MachadoSistemas
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CNPJ | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: | | 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

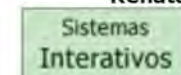
Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **31/01/2023**Hora: **15:15:51**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 081.952.937-00 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:16:03**



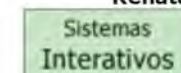
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 809.622.897-87 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:16:13**

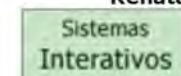


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:16:25**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

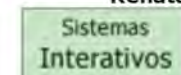
e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado



SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet tela menu ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|--------------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **31/01/2023** Hora: **15:17:51**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

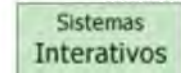
e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado



SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|----------------------------|-------------------------|
| Tipo de Consulta: | Nome Sócio/Diretor |
| Nome Sócio/Diretor: | Radio Difusora Coroados |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:18:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

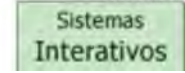
e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado



SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet tela menu ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|----------------------------|-------------------------|
| Tipo de Consulta: | Nome Sócio/Diretor |
| Nome Sócio/Diretor: | Rádio Difusora Coroados |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:18:48**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:19:21 do dia 31/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
29.607.462/0001-53
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
04/01/1977

NOME EMPRESARIAL
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R DR ALBERTO TORRES

NÚMERO
410

COMPLEMENTO
3 E 4 ANDARES

CEP
28.400-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
SAO FIDELIS

UF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/01/2023** às **15:21:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

29.607.462/0001-53

NOME EMPRESARIAL:

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JOSE CRISTOVAO AMARAL

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

AMARY DE ALMEIDA REIS

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **31/01/2023** às **15:21** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 29.607.462/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (</Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>) Avaliar (</Servicos/certidaointernet/PJ/Avaliacao?protocolo=20230131.415A81BF>)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2023.1.2944966-0
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

| IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE | |
|---|-----------------------|
| CPF / CNPJ : 29.607.462/0001-53 | CAD-ICMS : Desativado |
| NOME / RAZÃO SOCIAL : RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| <p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 31/01/2023 15:25</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 01/05/2023</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p> | |
| OBSERVAÇÕES | |
| <p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.
3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).
4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.607.462/0001-53
Razão Social: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
Endereço: R DR ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES / CENTRO / SAO FIDELIS / RJ / 28400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/01/2023 a 03/02/2023

Certificação Número: 2023010500352236920753

Informação obtida em 31/01/2023 15:34:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.607.462/0001-53
Certidão nº: 4604106/2023
Expedição: 31/01/2023, às 15:36:51
Validade: 30/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.607.462/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Data de Envio:

31/01/2023 16:24:22

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação- Processo nº: 01250.048994/2019-84

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 31/01/2023 21:14

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 31 de janeiro de 2023 16:24

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 1678/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 3488/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 7157/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5187017 e 5187020). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.018091/2020-11, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

JUSTIFICATIVA: as declarações apresentadas juntamente com o requerimento padrão disponibilizado por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não foram datadas pelo(a) subscritor(a). Em caso semelhante, a unidade consultiva recomendou que as declarações necessárias à renovação da outorga sejam prestadas mediante a apresentação de documento devidamente datado e assinado.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

prova de regularidade perante as Fazenda federal, na forma da lei;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

3.4. prova de regularidade relativa à seguridade social;

3.5. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de São Fidelis/RJ, encontra-se com o status "FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, em atendimento às disposições constantes no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 01/02/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 02/02/2023, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10662544** e o código CRC **7D208126**.

Minutas e Anexos

Não Possui.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2819/2023/MCOM

Brasília, 01 de fevereiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28.400-000 São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 1678/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 01/02/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10662582** e o código CRC **FA180423**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 1678/2023 (10662544)
- Requerimento Padrão (10662605)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2819/2023/MCOM - Processo nº 01250.048994/2019-84 - Nº SEI: 10662582



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---------------------------------|--|------------------------------------|--|
| Nome da Pessoa Jurídica: | | | |
| CNPJ: | | CEP da sede: | |
| Endereço da sede: | | | |
| E-mail de contato: | | | |
| Serviço a ser renovado: | | () Radiodifusão sonora | () em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais |
| | | () Radiodifusão de sons e imagens | |
| Período da renovação: | | | |
| Localidade da renovação: | | UF: | |

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS | |
|---|--|
| RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS | <p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. <u>Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</u></p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e</p> <p>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).</p> |



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Contrato: 9912556366

CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 30,0

YJ 364 070 360 BR



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES N 410 3 ANDAR CENT
RO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
DERAD COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 2819 NT 1678



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://imfmg.gov.br/validade-assinatura-camara-leg/01250048994-7d27-4da0-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4da0-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
02/02/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ364070360BR



DERAD COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 281
9 NT 1678

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h

2° ____/____/____ : ____ h

3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

REMETENTE:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

Pesquisar

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|------|--|--|--------|--|
| <div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div> | | | | | | | | | |
| Razão Social | | | | | CNPJ | | | Emails | |
| Sem dados para exibir. | | | | | | | | | |
| <div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div> | | | | | | | | | |

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:59:06 do dia 18/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/11/2023.

Código de controle da certidão: **FE91.7E7B.D917.2D7A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

| | | | |
|---|---|--|--------------------------------|
|  | | | |
| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.607.462/0001-53 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 04/01/1977 |
| NOME EMPRESARIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | |
| LOGRADOURO R DR ALBERTO TORRES | NUMERO 410 | COMPLEMENTO 3 E 4 ANDARES | |
| CEP 28.400-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO FIDELIS | UF RJ |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO SISTEMACOROADOSDERADIO@YAHOO.COM.BR | | TELEFONE (22) 2758-1275 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/05/2023 às 15:00:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 29.607.462/0001-53
NOME EMPRESARIAL: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: JOSE CRISTOVAO AMARAL
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/05/2023 às 14:15 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
Kenia da Silva VieiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA**CNPJ:** 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:50:51 do dia 18/05/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/06/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

boleto/NadaConsta/certidao.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | | |
|---|--|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | CNPJ 29607462000153 | |
| Nº DA ESTAÇÃO 6749569 | SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE 21° 39' 40.00" S | LONGITUDE 41° 44' 48.00" W | |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROJETADA, nº s/n. | | | | DISTRITO | |
| BAIRRO JONAS DE ALMEIDA E S | | | | MUNICÍPIO São Fidélis | UF RJ |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 22/09/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 93.9 MHz CANAL: 230

CLASSE: B2 COTA BASE DA TORRE: 120.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL878

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São Fidélis

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA ALBERTO TORRES BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

NUMERO: 410 COMPLEMENTO: 3 E 4 ANDARES

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: LYS ELETRONIC LTDA MODELO:

CÓDIGO: 042087XXX0328 POTÊNCIA: 1.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA MODELO: FMA-01-3,46

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: UM ANEL ONIDIRECIONAL

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 28 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP MODELO: LCF 7/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 18/05/2023 15:51:28



Emitido Em
01/02/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjQwZjQ0Yzk3OWRjOA==>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



23.15:05:48 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| Informações Gerais | |
|---------------------------------------|---|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 |

| Estação Principal | | |
|----------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | Longitude: 41° 44' 48.00" W | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |



| Transmissor Auxiliar 2 | | | | | | | |
|---|---------------|---------------------------|-------|---|------------|---|----------|
| Código Equipamento: | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | |
| Fabricante: | | | | Potência de Operação: kW | | | |
| Linha de Transmissão Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Comprimento da Linha: m | | Atenuação: dB/100m | | Perdas Acessórias: dB | | Impedância: ohms | |
| Antena Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | | Beam-Tilt: ° | | Orientação NV: ° | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |





BOA TARDE
Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**

Hora: **15:52:33**



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CNPJ | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: kenia.v.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 18/05/2023

Hora: 15:53:02

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 081.952.937-00 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **keniav.mctic - Kenya da Silva Vieira**


Data: **18/05/2023**

Hora: **15:53:11**



BOA TARDE
Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 809.622.897-87 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**

Hora: **15:53:21**



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**

Hora: **15:53:36**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 7263/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 1678/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 2819/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI10662544 e 10662582). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.012121/2023-78, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

JUSTIFICATIVA: Aparentemente a pessoa jurídica promoveu nova alteração contratual, admitindo nos seus quadros nova sócia a Sra. Eulandra Ribeiro de Oliveira.

3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de todos os sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

JUSTIFICATIVA: Não foi localizada a documentação dos sócios. Não é necessário novo envio da documentação do Adm Sr. José Cristovão Amaral (SUPER 4671971- Págs. 3-4).

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914478** e o código CRC **7CB862C7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10914478



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 13341/2023/MCOM

Brasília, 18 de maio de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28.400-000 São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 7263/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914480** e o código CRC **BB9CDC37**.

Anexos:

- Nota Técnica 7263 (10914478)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10914480



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

Pesquisar

| 10 ▾ 1 / 1 | | |
|------------------------|------|--------|
| Razão Social | CNPJ | Emails |
| Sem dados para exibir. | | |
| 10 ▾ 1 / 1 | | |

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://inoreg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



Contrato: 9912556366 Volume: 1/1
CARTA REG AR 04 Peso (g): 100.0

YJ 470 106 295 BR



AR

Recebedor:
Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

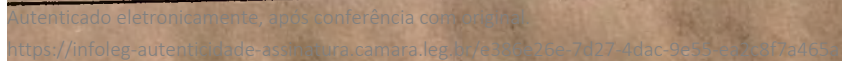
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES 410 3 ANDAR CENTRO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
DEOPO SERAD CGPO CORRC PROC 01250048994/2019-84 OF 13341/2023/MCOM NT

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



VIA FUSIAL
23/05/2023

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

DEOPO SERAD CGPO CORR PROC 01250048994/2019-84 OF 13
341/2023/MCOM NT 7263/2023/ SEI

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

γ^0 / / / : h

2° / 2°

$$3^\circ \quad \frac{\quad}{\quad} / \frac{\quad}{\quad} / \frac{\quad}{\quad} : \frac{\quad}{\quad} h$$

| MOTIVO DE DEVOLUÇÃO | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALLECIDO |
| [9] OUTROS | |

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico


ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

e386e26e-7d27-40dc-9e55-ea2c8f7a465a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos> | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Nº FISTEL: 01030099731

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 29607462000153

Situação: Ativa

Data Validade: 22/09/1998

+ CADIN: Não

Incid FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: + UF: RJ

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Tipo Usuário:

End. Sede: RUA ALBERTO TORRES 410 - 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50

Bairro: CENTRO

Município: São Fidélis

CEP: 28400-000

UF: RJ

End. Corresp.: RUA ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES

Bairro: CENTRO

Município: São Fidélis

CEP: 28400-000

UF: RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref. / Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|---|----------|----------------------------|
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 397.386,80 | 31/03/1993 | 651.970,50 | 651.970,50 | 0001 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 1993 | 15/09/1993 | 0,00 | 15/09/1993 | 6.835,27 | 6.835,27 | 0002 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 10.066,34 | 04/04/1994 | 28.109,87 | 28.109,87 | 0003 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 53,61 | 31/03/1995 | 36,28 | 36,28 | 0004 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 44,43 | 44,43 | 0005 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 53,61 | 31/03/1997 | 48,82 | 48,82 | 0006 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1998 | 31/03/1998 | R\$ 750,00 | 07/04/1998 | 48,82 | 48,82 | 0007 Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | 30/11/1999 | 1.062,21 | 1.062,21 | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R\$ 750,00 | 31/03/1999 | 750,00 | 750,00 | 0008 Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R\$ 750,00 | 31/03/2000 | 750,00 | 750,00 | 0009 | Quitado | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------|---|------|----------------------------|--------------|------------|--------|--------|---|---------------|------|
| | | | | | | | |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | | | | 0010 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R\$ 750,00 | 23/05/2001 | 897,59 | 897,59 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0011 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R\$ 750,00 | 01/04/2002 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0012 | | |
| 1660 | 0 | 2002 | 18/03/2002 | R\$ 613,52 | 18/03/2002 | 613,52 | 613,52 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0013 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R\$ 750,00 | 22/05/2003 | 900,22 | 900,22 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0014 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R\$ 750,00 | 31/03/2004 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0015 | | |
| 1550 | 0 | 2003 | 24/05/2004 | R\$ 613,53 | 24/05/2004 | 613,53 | 613,53 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0016 | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2004 | 28/07/2004 | R\$ 1.500,00 | | 0,00 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0017 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R\$ 750,00 | 31/03/2005 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0018 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R\$ 750,00 | 28/04/2006 | 826,30 | 826,30 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0019 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R\$ 750,00 | 16/05/2007 | 805,04 | 805,04 |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | 14/10/2009 | 92,91 | 92,91 | | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0021 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R\$ 750,00 | 30/05/2008 | 939,90 | 912,75 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0022 | | |
| 9999 | 0 | 2008 | | 0,00 | 30/05/2008 | 27,15 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0023 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R\$ 675,00 | 31/03/2009 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0025 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R\$ 75,00 | 29/05/2009 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0026 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 675,00 | 31/03/2010 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0027 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 75,00 | 31/03/2010 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | | | | | | | | |
|----------------|---|------|----------------------------|------------|------------|--------|--------|---|---------|------|
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 675,00 | 31/03/2011 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0028 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 75,00 | 31/03/2011 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0029 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 495,00 | 02/04/2012 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0030 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 75,00 | 02/04/2012 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0031 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 495,00 | 27/03/2013 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0032 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 75,00 | 27/03/2013 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0033 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 495,00 | 28/01/2015 | 638,50 | 638,50 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0034 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 75,00 | 28/01/2015 | 96,74 | 96,74 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0035 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 906,07 | 906,07 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0036 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 137,28 | 137,28 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0037 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 842,05 | 842,05 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0038 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 127,58 | 127,58 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0039 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 778,32 | 778,32 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0040 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 117,93 | 117,93 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0041 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 738,25 | 738,25 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0042 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 111,86 | 111,86 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0043 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 707,71 | 707,71 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0044 | | | | | | | | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | | | | | | | | |
|---|---|------|------------|--------------|------------|----------|----------|---|---------|------|
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 107,23 | 107,23 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0045 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 676,08 | 676,08 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0048 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 102,44 | 102,44 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0049 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 670,57 | 670,57 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0050 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 101,60 | 101,60 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0051 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 639,55 | 639,55 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0052 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 96,90 | 96,90 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0053 | | | | | | | | | | |
| 7242 - PPDUR | 1 | 2022 | 27/01/2023 | R\$ 280,70 | 28/12/2022 | 280,70 | 280,70 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0054 | | | | | | | | | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2023 | 04/03/2023 | R\$ 1.500,00 | 30/01/2023 | 1.500,00 | 1.500,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0055 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 495,00 | 05/04/2023 | 508,12 | 508,12 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0056 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 75,00 | 05/04/2023 | 76,99 | 76,99 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0057 | | | | | | | | | | |
| Total devido em 06/06/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |
| Total de créditos em 06/06/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |

| Legenda do Campo Situação | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo) | | | | | | | | | | |
| RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo) | | | | | | | | | | |
| RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança | | | | | | | | | | |
| CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado | | | | | | | | | | |
| RJ - Lançamento com Recurso Judicial | | | | | | | | | | |
| RN - Lançamento com Recurso Denegado | | | | | | | | | | |
| DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União | | | | | | | | | | |
| CD - Lançamento Inscrito no CADIN | | | | | | | | | | |
| DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa | | | | | | | | | | |
| E - Lançamento em Execução Judicial | | | | | | | | | | |
| SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006 | | | | | | | | | | |
| MO - Multa de Ofício | | | | | | | | | | |
| LO - Lançamento de Ofício | | | | | | | | | | |
| P - Parcelamento: Lançamento Parcelado | | | | | | | | | | |
| PA - Parcelamento: Parcela | | | | | | | | | | |
| BF - Benefício Fiscal | | | | | | | | | | |

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8321/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 7263/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 13341/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI10914478 e 10914480). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.015011/2023-68, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVO À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. informações atualizadas sobre o procedimento de inventário de José Custódio de Oliveira Filho, caso ainda seja sócio da entidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o referido documento relacionado no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 06/06/2023, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10943491** e o código CRC **709AD9F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10943491



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 15466/2023/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410, 3º andar - Centro
28.400-000 - São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8321/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 06/06/2023, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10943604** e o código CRC **C9F8BF37**.

Anexos:

•

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10943604



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Contrato: 9912556366

CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 30,0

YJ 470 108 420 BR



AR

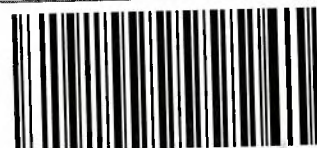
Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES N 410 3 ANDAR CENT
RO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15466 NT 8321



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoc-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
06/06/2023

YJ470108420BR

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900



COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15466 NT
8321

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h

2° ____/____/____ : ____ h

3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
06/06/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ470108420BR



COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15486NT
8321

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
89647480

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

[Handwritten signature: Robson Gandra]
ROBSON GANDRA

DATA DE ENTREGA

11.06.23

N DOG. DE IDENTIDADE

017.5044111



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR

AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
23/05/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YJ470106295BR



DEOPO SERAD CGPO CORR PROC 01250048994/2019-84 OF 13
341/2023/MCOM NT 7263/2023/ SEI

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

30 MAI 2022

UD SAO FIDELIS

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICAE MATRICULA DO CARTEIRO

8961178

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

Boisane Fernando de Abreu

DATA DE ENTREGA

N DOC. DE IDENTIDADE

10319240757



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Estações

Voltar

2 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|-------------------|--------------------------|----------------|------------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-------------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|-----|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|---------------|-------------|
| | | 2960746200013 | | | | (Todos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Visualizar em PDF | PM-CA (Canal Licenciado) | 29607462000133 | RADIO DIFUSORA COBOADOR LTDA | 01830999731 | P | Comercial | FM | 230 | RJ | São Fidélis | | 230 | | 93.9 | B2 | | 21° 39' 40.00" S | 41° 44' 48.00" W | 1 | 28 | | 2 | 2023-03-13 12:44:09 | | 57dbac383a0ce | |
| Visualizar em PDF | AM-CA (Canal Licenciado) | 29607462000133 | RADIO DIFUSORA CONRADOS LTDA | 0108895304 | P | Comercial | OM | 205 | RJ | São Fidélis | | | | 1310 | C | Principal | 21° 37' 4.01" S | 41° 45' 59.00" W | | | | 2 | 2023-04-13 09:32:38 | | 57dbac383a0ce | |



| | | | | |
|--|---|------------|------------------------------|-------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | CNPJ 29607462000153 | |
| Nº DA ESTAÇÃO 6749569 | SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE 21° 39' 40.00" S | LONGITUDE 41° 44' 48.00" W |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROJETADA, nº s/n. | | | DISTRITO | |
| BAIRRO JONAS DE ALMEIDA E S | | | MUNICÍPIO São Fidélis | UF RJ |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 22/09/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 93.9 MHz CANAL: 230

CLASSE: B2 COTA BASE DA TORRE: 120.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL878

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São Fidélis

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA ALBERTO TORRES BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

NUMERO: 410 COMPLEMENTO: 3 E 4 ANDARES

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: LYS ELETRONIC LTDA MODELO:

CÓDIGO: 042087XXX0328 POTÊNCIA: 1.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA MODELO: FMA-01-3,46

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: UM ANEL ONIDIRECIONAL

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 28 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP MODELO: LCF 7/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 29/09/2023 08:56:10



Emitido Em
01/02/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUxNmJiNWU=>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: - | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



23.08.2022 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| Informações Gerais | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------------|---|-------------------|------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Número da Estação: 6749569 | | | | | | Número Indicativo: ZYL878 | | | | | |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | | | | | | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 | | | | | |
| Estação Principal | | | | | | | | | | | |
| Localização | | | | | | | | | | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | | | | Longitude: 41° 44' 48.00" W | | | | Cota da base: 120.00 m | | | |
| Transmissor Principal | | | | | | | | | | | |
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | | | | | | Modelo: | | | | | |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | | | | | | Potência de Operação: 1.000 kW | | | | | |
| Linha de Transmissão Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: LCF 7/8 | | | | | | Fabricante: KMP | | | | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | | Atenuação: 1.20 dB/100m | | Perdas Acessórias: 0.5 dB | | Impedância: 50.00 ohms | | | | | |
| Antena Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | | Beam-Tilt: .00 ° | | Orientação NV: .00 ° | | Polarização: Circular | | HCI: 28 m | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |
| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |
| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |
| Estação Auxiliar | | | | | | | | | | | |
| Transmissor Auxiliar | | | | | | | | | | | |
| Código Equipamento: | | | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | | | |
| Fabricante: | | | | | | Potência de Operação: kW | | | | | |



| | | | | | | | |
|---|---------------|--------------------|-------|------------------------------------|------------|---|----------|
| Transmissor Auxiliar 2 | | | | | | | |
| Código Equipamento: | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | |
| Fabricante: | | | | Potência de Operação: kW | | | |
| Linha de Transmissão Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Comprimento da Linha: m | | Atenuação: dB/100m | | Perdas Acessórias: dB | | Impedância: ohms | |
| Antena Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | | Beam-Tilt: ° | | Orientação NV: ° | | Polarização: | |
| | | | | HCI: m | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:57:35 do dia 29/09/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/10/2023.

Certidão expedida gratuitamente.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://mfr-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>


e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Extrato de Lançamentos** >

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Serviço:

230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Situação:

Ativa

Incidência FUST:

Integral

Nº FISTEL:

01030099731

CNPJ/CPF:

29607462000153

+ CADIN:

Não

Data Validade:

22/09/1998

Div. Ativa:

Não

Proc. Caducidade:

Não

Tipo Usuário:

Data Início Operação Comercial:

UF:

RJ

End. Sede:

RUA ALBERTO TORRES 410 - 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50

Município:

São Fidélis

End. Corresp.:

RUA ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES

Município:

São Fidélis

CEP:

28400-000

Bairro:

CENTRO

UF:

RJ

Bairro:









CENTRO


UF:

RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref. / Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|--|----------|----------------------------|
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 397.386,80 | 31/03/1993 | 651.970,50 | 651.970,50 | <div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 1993 | 15/09/1993 | 0,00 | 15/09/1993 | 6.835,27 | 6.835,27 | <div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 10.066,34 | 04/04/1994 | 28.109,87 | 28.109,87 | <div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 53,61 | 31/03/1995 | 36,28 | 36,28 | <div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 44,43 | 44,43 | <div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 53,61 | 31/03/1997 | 48,82 | 48,82 | <div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1998 | 31/03/1998 | R\$ 750,00 | 07/04/1998 | 48,82 | 48,82 | <div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | | |
| | | | | | 30/11/1999 | 1.062,21 | 1.062,21 | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R\$ 750,00 | 31/03/1999 | 750,00 | 750,00 | <div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R\$ 750,00 | 31/03/2000 | 750,00 | 750,00 | <div>0009</div> | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mrlleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

1/4

| | | | | | | | | | | |
|-------------|---|------|----------------------------|--------------|------------|--------|--------|---|---------------|------|
| | | | | | | | |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | | | | 0010 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R\$ 750,00 | 23/05/2001 | 897,59 | 897,59 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0011 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R\$ 750,00 | 01/04/2002 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0012 | | |
| 1660 | 0 | 2002 | 18/03/2002 | R\$ 613,52 | 18/03/2002 | 613,52 | 613,52 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0013 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R\$ 750,00 | 22/05/2003 | 900,22 | 900,22 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0014 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R\$ 750,00 | 31/03/2004 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0015 | | |
| 1550 | 0 | 2003 | 24/05/2004 | R\$ 613,53 | 24/05/2004 | 613,53 | 613,53 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0016 | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2004 | 28/07/2004 | R\$ 1.500,00 | | 0,00 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0017 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R\$ 750,00 | 31/03/2005 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0018 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R\$ 750,00 | 28/04/2006 | 826,30 | 826,30 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0019 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R\$ 750,00 | 16/05/2007 | 805,04 | 805,04 |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | 14/10/2009 | 92,91 | 92,91 | | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0021 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R\$ 750,00 | 30/05/2008 | 939,90 | 912,75 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0022 | | |
| 9999 | 0 | 2008 | | 0,00 | 30/05/2008 | 27,15 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0023 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R\$ 675,00 | 31/03/2009 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0025 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R\$ 75,00 | 29/05/2009 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0026 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 675,00 | 31/03/2010 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0027 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 75,00 | 31/03/2010 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mfr-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | | | | | | | |
|----------------|---|------|----------------------------|------------|------------|--------|--------|---|---------|------|
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 675,00 | 31/03/2011 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 75,00 | 31/03/2011 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 495,00 | 02/04/2012 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 75,00 | 02/04/2012 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 495,00 | 27/03/2013 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 75,00 | 27/03/2013 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 495,00 | 28/01/2015 | 638,50 | 638,50 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 75,00 | 28/01/2015 | 96,74 | 96,74 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 906,07 | 906,07 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 137,28 | 137,28 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 842,05 | 842,05 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 127,58 | 127,58 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 778,32 | 778,32 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 117,93 | 117,93 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 738,25 | 738,25 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 111,86 | 111,86 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 707,71 | 707,71 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mrlleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

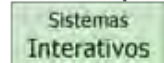
| | | | | | | | | | | |
|---|---|------|------------|--------------|------------|----------|----------|---|---------|------|
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 107,23 | 107,23 | <div>0045</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 676,08 | 676,08 | <div>0048</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 102,44 | 102,44 | <div>0049</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 670,57 | 670,57 | <div>0050</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 101,60 | 101,60 | <div>0051</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 639,55 | 639,55 | <div>0052</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 96,90 | 96,90 | <div>0053</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 7242 - PPDUR | 1 | 2022 | 27/01/2023 | R\$ 280,70 | 28/12/2022 | 280,70 | 280,70 | <div>0054</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2023 | 04/03/2023 | R\$ 1.500,00 | 30/01/2023 | 1.500,00 | 1.500,00 | <div>0055</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 495,00 | 05/04/2023 | 508,12 | 508,12 | <div>0056</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 75,00 | 05/04/2023 | 76,99 | 76,99 | <div>0057</div>  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| Total devido em 29/09/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |
| Total de créditos em 29/09/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco



Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|-------------------|------------------|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDAATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | MULTA/JUROS |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-leg.br/leg-autenticidade-assinatura/camara-leg-br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CNPJ | | | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ESPOLIO DE JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 025.106.257-05 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 08:59:56



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ESPOLIO DE JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 09:00:10



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 025.106.257-05 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 025.106.257-05 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023


Hora: 09:00:16



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 809.622.897-87 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 09:00:21



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 29/09/2023 Hora: 09:00:36





Portaria nº 365 , de 21 de setembro de 1988.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006789/86, (Edital nº 186/86), resolve:

I - Outorgar permissão à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.048994/2019-84**Entidade:** RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.**CNPJ nº:** 29.607.462/0001-53**FISTEL nº:** 01030099731**Localidade:** São Fidelis/RJ**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 25/09/2019**Período:** 22/09/2018 a 22/09/2028**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|--|---|---------------------|--|-------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que: | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 4671452 10888432 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021) | |
| a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|---|---|-----------------------|--|--|
| f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011. | |
| 2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO); | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Págs. 13-17 | - Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 | |

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---------------------------|--|-------------|
| 3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10940164 | - Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888421 | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10914028, Págs. 2-3 | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; | (X) Sim () Não () Não se aplica | F 10914028, Pág. 1 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| | | E 10888418 | | |
| | | M 10888420 10888422 | | |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Pág. 6 | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | (X) Sim () Não () Não se aplica | INSS 10914028, Pág. 1 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| | | FGTS 10888419 | | |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888425 | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963. | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|--|---|--|---|--|
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (X) Sim () Não () Não se aplica | JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA FILHO (espólio) 11008676 JOSÉ CRISTOVÃO AMARAL 4671452, Págs. 3-4 EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA 11008674 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal. | Certidão de objeto e pé - 11012765 Certidão de óbito - 11008676 Termo de inventariante - 10940162 |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Págs. 1-2 | - Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM. | |
| 12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento? | () Sim (X) Não | 11140394, Págs. 7-12 | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 | |
| 13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10663167 | Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU | |

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|--|---|----------|--|-------------|
| 14. Declaração, firmada pelos dirigentes da <u>Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. | () Sim () Não (X) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia. | () Sim () Não (X) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a |

Conclusão

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10913460** e o código CRC **41ADCF93**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 10913460



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17136/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Difusora Coroados Ltda** inscrita no **CNPJ nº 29.607.462/0001-53** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, vinculado ao **FISTEL nº 01030099731** referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Difusora Coroados Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 21 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de setembro de 1988 (SUPER 11140651).

7. Concernente ao período de **1998-2008**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 17 de junho de 1998, gerando o Protocolo nº 53770.001406/1998-60, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 22 de março de 1998 e 22 de junho de 1998. O processo foi alvo de diversas análises; porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. No tocante ao período de **2008-2018**, a interessada protocolou o requerimento de renovação da outorga no dia 23 de junho de 2008, sob o nº 53000.026938/2008-81, juntamente com parte da documentação instrutória. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 22 de março de 2008 e 22 de junho de 2008. De igual modo, o feito passou por várias análises; no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **25 de setembro de 2019**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4671452 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de setembro de 2017 a 22 de setembro de 2018.

13. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, em relação aos períodos de **2008-2018** e **2018-2028**, importa consignar que, conforme se infere do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta Ministerial, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. (grifo nosso)



Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos citada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

tempestividade dos pleitos.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10913460). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10913460).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 29 de setembro de 2023 (SUPER 11140394 - Págs. 13-17).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de São Fidelis/RJ, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Cristóvão Amaral e os sócios José Custódio de Oliveira Filho (espólio) e Eulanda Ribeiro de Oliveira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Importa ressaltar que o espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho é representado por sua inventariante Eulanda Ribeiro de Oliveira, conforme consta do Termo de Inventariante carreado aos autos (SEI10940162). Ademais, de acordo com a certidão de objeto e pé do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emitida no dia 13 de julho de 2023, verifica-se que o processo de inventário ainda está em trâmite (SEI 11012765).

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER11140394 - Págs. 3-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10663167).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10913460).

23. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*



Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de fevereiro de 2023, com validade até 22 de setembro de 2028 (SUPER 11140394 - Págs. 1-2).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 29 de setembro de 2023 (SUPER11140394 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11140394 - Págs. 7-12). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER11140907) e de Exposição de Motivos (SUPER 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140652** e o código CRC **275AEE2B**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11140907)
- Minuta Exposição de Motivos (11140926)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140652



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140907** e o código CRC **1B631B5E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42310/2023/MCOM

Brasília, 02 de outubro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM (11140652)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 16949/2023/SEI-MCOM (11136837), a qual trata de processo de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Difusora Coroados Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 29.607.462/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, vinculado ao **FISTEL nº 01030099731** referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/10/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11144954** e o código CRC **49CA9FED**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11144954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 20 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314976867 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-10-2023 08:51. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.048994/2019-84**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao **Departamento de Radiodifusão Privada** para conhecimento da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU1(175321), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11176732** e o código CRC **4EBB1FC3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11176732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Referência: Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175321)

Interessado: Rádio Difusora Coroados Ltda.

Assunto: Renovação de outorga . Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175321), e providências cabíveis.

Brasília, 24 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 24/10/2023, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11180541** e o código CRC **AEC7FD99**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11180541



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA**

CPF/CNPJ: **29.607.462/0001-53**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:05:24 do dia 27/10/2023 , com validade até o dia 26/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: o5uoapC1Z3BABwzrCYfU

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticidade eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade | Base legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito | Base normativa |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |



| | |
|---|--|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio da Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 42.310/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Difusora Coroados Ltda (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028. Para tanto, os autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídica (SUPER 11140652 e 11144954).
2. Ocorre que, neste íterim, a referida unidade consultiva exarou o Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, recomendando a adoção daquela Manifestação Jurídica Referencial – MJR como parâmetro a ser utilizado na apreciação dos requerimentos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora (comercial), quando a análise técnico-administrativa não identificar a existência de óbice para o deferimento dos pedidos apresentados pelas concessionárias/permissionárias. Neste sentido, por meio da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para que seja verificada a possibilidade de aplicação da MJR ao caso concreto em tela (SUPER 11175321).
3. Assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica providenciou consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal. A consulta revelou que a citada pessoa jurídica se encontra em situação regular junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Ademais, pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 10914028 - Pág. 2). Além disso, a consulta ao sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou que não consta nenhum registro em desfavor daquela pessoa jurídica perante Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (SUPER 11188833).
4. Reforça-se, ainda, que, após consulta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da supramencionada pessoa jurídica que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 10663167).
5. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária–associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantenha as mesmas condições dele decorrentes–, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.
6. **No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa executante do serviço de radiodifusão** (SUPER 11008676, 10940162 e 11012765). Como é cediço, as situações envolvidas participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM** incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER 11188908 e 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

8. Após, em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, sugere-se pela remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11188784** e o código CRC **3DE6939D**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (Parecer Referencial) (11188908)

Minuta Exposição de Motivos (11140926)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11188784



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140926** e o código CRC **24B22C5A**.



Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140926

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44272/2023/MCOM

Brasília, 22 de novembro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Despacho (11188784)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência ao Despacho (11188784), a qual trata a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, em favor da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto no Despacho, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/11/2023, às 08:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11228846** e o código CRC **26BDC92D**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11228846



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

NOTA n. 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: Radio Difusora Coroados Ltda - ME

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Por meio do **Ofício Interno nº 44272/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica o Processo Administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ**, referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

2. Inicialmente, é importante lembrar que esta Consultoria Jurídica emitiu o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que aborda, no aspecto jurídico-formal, os requisitos que devem observados pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) na análise de pedido de renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora (SUPER - **11201415**; SUPERSAPIENS - **00738.000159/2023-12**).

3. Assim, em razão da edição do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** foi dispensada a análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora.

4. Contudo, é necessário o envio dos autos dos Processo Administrativo a esta Consultoria Jurídica quando houver questionamento de natureza jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam verificadas peculiaridades não previstas na manifestação jurídica referencial, conforme consta na conclusão do citado **PARECER REFERENCIAL**.

5. No caso em análise, a SECOE, por meio do **DESPACHO s/nº**, solicitou que fosse analisada sob a perspectiva jurídica a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda**, que apresentou pedido de renovação de outorga (SUPER - **11188784**):

(...)

6. No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SUPER [11008676](#), [10940162](#) e [11012765](#)). Como é cediço, as situações envolvidas quanto à participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo



Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM**, incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER [11188908](#) e [11140926](#)), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

6. Depreende-se, portanto, que o espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho integra o quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda.** Contudo, o sr. José Cristóvão do Amaral é o sócio-administrador da citada entidade, como se verifica da certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (SUPER - **10940164**).

7. É imperioso destacar que a morte de sócio, por si só, não extingue a sociedade e não obsta a continuidade da atividade empresarial. O art. 1.028 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estabelece o seguinte em caso da morte de sócio:

Código Civil

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I - se o contrato dispuser diferentemente;

II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

8. De acordo com o Código Civil, no caso de morte de um sócio deve, a princípio, ocorrer a resolução da sociedade apenas no que tange ao vínculo daquele sócio, liquidando-se suas quotas, apurando-se seus haveres e entregando-os aos seus herdeiros (art. 1.028). A sociedade, a princípio, não deve ser extinta. Deve-se apenas apurar o que seria devido ao sócio, caso a sociedade seja extinta, e transferir os valores aos herdeiros, em virtude do direito de crédito inerente à qualidade de sócio, que lhes é transferido (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.405.)

9. Acrescente-se, ainda que a a morte ou incapacidade de pessoa física, que integra a sociedade, não afeta sua existência e validade, visto que os atos são praticados pela sociedade, cuja manifestação ocorre por meio de órgão que integra a sua estrutura (que é composto por pessoas físicas). - (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.302).

10. Deste modo, pode-se afirmar que a morte de sócio de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão não implica, via de regra, impossibilidade de continuar executando o mencionado serviço. Por consequência, não existe óbice para que a pessoa jurídica requeira a renovação da outorga.

11. O pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi subscrito pelo referido sócio-administrador, que é a pessoa física que atua em nome da sociedade. Logo, a mera existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade não constitui fator impeditivo para o conhecimento do pedido de renovação de outorga (SUPER - **4671452**).

12. **O PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** aborda o requisito da apresentação do pedido de renovação de outorga pelo representante da entidade, nos seguintes termos:

(...)

A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.



É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

13. É oportuno esclarecer que o citado **PARECER REFERENCIAL** não abordou a questão da existência de espólio no quadro societário de entidade que presta o serviço de radiodifusão. Isso se deve ao fato de que, em regra, a avaliação deve se concentrar apenas nos poderes do representante da entidade que apresentou o pedido de renovação de outorga.

14. Portanto, tem-se que o pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi adequadamente apresentado pelo sr. José Cristóvão do Amaral, que é sócio-administrador e possui legitimidade para prática do referido ato. Além disso, a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário não representa obstáculo normativo para apreciação do requerimento.

15. No que se refere à apreciação das demais exigências necessárias para renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, cumpre destacar que deve ser observada as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado por esta Consultoria Jurídica com objetivo de orientar a SECOE na análise jurídica da matéria.

16. Deste modo, considerando que houve o esclarecimento a respeito da observância das normas que tratam da legitimidade do representante da pessoa jurídica que apresentou o pedido de renovação de outorga, independentemente da existência de espólio no quadro societário da entidade, é recomendável, no aspecto jurídico-formal, que a SECOE observe as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** na análise do pedido de renovação de outorga apresentado pela entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ**, referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

17. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

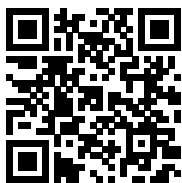
À consideração superior.

Brasília, 08 de dezembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1364188529 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-12-2023 08:09. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529](https://sapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529)

<https://mdfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA - ME

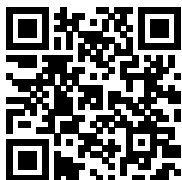
ASSUNTOS: Radiodifusão. Consulta. Rádio comercial. Renovação de outorga. Falecimento de um dos sócios.

1. Aprovo a NOTA n. 414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1365618057 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-12-2023 21:39. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.048994/2019-84**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento da Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU11267554), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 12/12/2023, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11268772** e o código CRC **1DE2BDB2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11268772



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Referência: Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11267554)

Interessado: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se o presente processo, para conhecimento da Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11267554), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 13 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 13/12/2023, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11270873** e o código CRC **9F3D6431**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11270873



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio do Despacho s/nº (SUPER11188784) e do Ofício Interno nº 44.272/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica reencaminhou o presente feito à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/MCOM, se manifestando favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Difusora Coroados Ltda (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028 (SUPER 11228846 e 11140652).

2. Neste sentido, a unidade consultiva exarou a Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, restituindo o presente feito a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, nos seguintes termos (SUPER 11267554), a saber:

(...) 5. No caso em análise, a SECOE, por meio do **DESPACHO s/nº**, solicitou que fosse analisada sob a perspectiva jurídica a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** que apresentou pedido de renovação de outorga (SUPER - 11188784):

(...)

6. No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SUPER 11008676, 10940162 e 11012765). Como é cediço, as situações envolvidas quanto à participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM** incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER 11188908 e 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

6. Depreende-se, portanto, que o espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho integra o quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda**. Contudo, o sr. José Cristóvão do Amaral é o sócio-administrador da citada entidade, como se verifica da certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (SUPER - **10940164**).

(...)

8. De acordo com o Código Civil, no caso de morte de um sócio deve, a princípio, ocorrer a resolução da sociedade apenas no que tange ao vínculo daquele sócio, liquidando-se suas quotas, apurando-se seus haveres e entregando-os aos seus herdeiros (art. 1.028). A sociedade, a princípio, não deve ser extinta. Deve-se apenas apurar o que seria devido ao sócio, caso a sociedade seja extinta, e transferir os valores aos herdeiros, em virtude do direito de crédito inerente à qualidade de sócio, que lhes é transferido (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.405.)

9. Acrescente-se, ainda que a morte ou incapacidade de pessoa física, que integra a sociedade, não afeta sua existência e validade, visto que os atos são praticados pela sociedade, cuja manifestação ocorre por meio de órgão que integra a sua estrutura (que é composto por pessoas físicas). - (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.302).

10. Deste modo, pode-se afirmar que a morte de sócio de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão não implica, via de regra, impossibilidade de continuar executando o mencionado serviço. Por consequência, não existe óbice para que a sociedade requeira a renovação da outorga.

11. O pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi subscrito pelo referido sócio-administrador, que é a pessoa física que atua em nome da sociedade. Logo, a mera existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade não constitui fator impeditivo para o conhecimento do pedido de renovação de outorga (SUPER - **4671452**).

12. O **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** atende o requisito da apresentação do pedido de renovação de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

outorga pelo representante da entidade, nos seguintes termos:

(...)

A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

13. É oportuno esclarecer que o citado **PARECER REFERENCIAL** abordou a questão da existência de espólio no quadro societário de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão. Isso se deve ao fato de que, em regra, a avaliação deve se concentrar apenas nos poderes do representante da entidade que apresentou o pedido de renovação de outorga.

14. Portanto, tem-se que o pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi adequadamente apresentado pelo sr. José Cristóvão do Amaral, que é sócio-administrador e possui legitimidade para prática do referido ato. Além disso, a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário não representa obstáculo normativo para apreciação do requerimento.

15. No que se refere à apreciação das demais exigências necessárias para renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, cumpre destacar que deve ser observada as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado por esta Consultoria Jurídica com objetivo de orientar a SECOE na análise jurídica da matéria.

16. Deste modo, considerando que houve o esclarecimento a respeito da observância das normas que tratam da legitimidade do representante da pessoa jurídica que apresentou o pedido de renovação de outorga, independentemente da existência de espólio no quadro societário da entidade, é recomendável, no aspecto jurídico-formal, que a SECOE observe as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** análise do pedido de renovação de outorga apresentado pela entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ** referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

3. Em atendimento à recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para que sejam avaliados os demais elementos que não foram objeto do questionamento constante no item 6 do mencionado Despacho s/nº (SUPER11188784), combinado com os itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, à luz do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, à época, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica exarou aquela manifestação levando em consideração as orientações consubstanciadas na mencionada MJR, cuja cópia, inclusive, já se encontrava aos autos (SUPER 11225665).

4. Sendo assim, após a prestação dos esclarecimentos pela unidade consultiva, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, em complementação à supramencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e ao Despacho s/nº (SUPER 11188784), e nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SUPER 11140652 e SUPER 11225665).

5. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e ao Despacho s/nº (SUPER11188784), e com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023 (SUPER 11140652).

6. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 18/12/2023, às 09:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11276454** e o código CRC **85450E3D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11188908)
- Minuta de Exposição de Motivos (11276511)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11276454



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado de Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11188908** e o código CRC **AADFA3A2**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, nos termos de Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), no: termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/12/2023, às 09:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11276511** e o código CRC **25A17A55**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 16/01/2024, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279417** e o código CRC **18A0A82E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279417



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 16/01/2024, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279418** e o código CRC **BB78636C**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279418



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45336/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11626/2023(11276511) e a Exposição de Motivos nº 565/2023 (11279418)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_DERAP 11276454), encaminho a Portaria nº 11626/2023(11276511) e a Exposição de Motivos nº 565/2023 (11279418), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 10/01/2024, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279421** e o código CRC **1B9711B1**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279421



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>


e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 17/01/2024 16:06:23
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10120337
Data prevista de publicação: 18/01/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias | | | | |
|------------|------------------------------|----------------------------------|--------------|------------|
| Sequencial | Arquivo(s) | MD5 | Tamanho (cm) | Valor |
| 21330824 | PORTARIA MCOM NA 11571.1.rtf | ba07f1714e812a8d596d9e25354a92f2 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330825 | PORTARIA MCOM NA 11722.rtf | 3f434b1f39b4cbc423898ce4a9c5fd7d | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330826 | PORTARIA MCOM NA 11732.rtf | 96434a3f4a8957ff9aa405a5868036a7 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330827 | PORTARIA MCOM NA 11735.rtf | 7e87dba930db203c5c4dbb0cd517c940 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330828 | PORTARIA MCOM NA 11736.rtf | 157a2a1e0b04659bf797abda5819068f | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330829 | PORTARIA MCOM NA 11737.rtf | 543ac199084748008e99439b51775282 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330830 | PORTARIA MCOM NA 11742.rtf | ad337f7fe6d1e2e3b5847eb4501f38d3 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330831 | PORTARIA MCOM NA 11752.rtf | ee7e8a2426bce49dbd6a10ba76e8e974 | 7,00 | R\$ 272,44 |
| 21330832 | PORTARIA MCOM NA 11755.rtf | de03dbee6631ca73114715dd2b149b46 | 7,00 | R\$ 272,44 |
| 21330833 | PORTARIA MCOM NA 11584.rtf | 7fdebebc7d8aef658fa7443796efa44 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330834 | PORTARIA MCOM NA 11585.rtf | 933ec7bd706b2a81e1762ca8315200ad | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330835 | PORTARIA MCOM NA 11586.rtf | e11bd9514fd41a087b7cd457359490e7 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330836 | PORTARIA MCOM NA 11597.rtf | 3728c3293847a6d227f44c5290b02271 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330837 | PORTARIA MCOM NA 11607.rtf | 6fe8cd891f7b4d6b718e3220de6f4b60 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330838 | PORTARIA MCOM NA 11626.rtf | c24abecb2d906e090ed7292bf56f1dbb | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330839 | PORTARIA MCOM NA 11644.rtf | ea1ec2e29ba07c9808c2b63c50458ebc | 8,00 | R\$ 311,36 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
n.gov.br/recibo.do?idof=10120337
<http://n.gov.br/recibo.do?idof=10120337>

1/2

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|-----------------|----------------------------|--------------------------------------|--------|--------------|
| 21330840 | PORTARIA MCOM NA 11664.rtf | a6047ff2312471d2 d89a3d3eae135788 | 10,00 | R\$ 389,20 |
| TOTAL DO OFICIO | | | 141,00 | R\$ 5.487,72 |
| | | | | |



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2024 | Edição: 13 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-11-626-de-18-de-dezembro-de-2023-538089579

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: - | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



24.15.01.51 emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| Informações Gerais | |
|---------------------------------------|---|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 |

| Estação Principal | | |
|----------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | Longitude: 41° 44' 48.00" W | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |



| Transmissor Auxiliar 2 | | | | | | | |
|---|---------------------------|-------------------------|---------------------|---|----------------------------|---|----------|
| Código Equipamento: | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | |
| Fabricante: | | | | Potência de Operação: kW | | | |
| Linha de Transmissão Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | | | Perdas Acessórias: dB | | Impedância: ohms | |
| Antena Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 0.86 kW | | |
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| 01250048994201984 | 11626 | Portaria | MC | 18/12/2023 | 18/01/2024 | Renovação | Jurídico |
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46456/2024/MCOM

Brasília, 19 de janeiro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11279418)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DERAP_MCOM (11276454), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11279418), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/01/2024, às 12:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11323885** e o código CRC **583FB601**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11323885



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Brasília, 25 de Janeiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada em 18 de janeiro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2485/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.048994/2019-84.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 25/01/2024, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11331782** e o código CRC **F9919D7A**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11331782



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---------------------------------|--------------------|---|----------------|
| Nome da Pessoa Jurídica: | | RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 | CEP da sede: | 28400-000 |
| Endereço da sede: | | Rua Dr. Alberto Torres, 410 – 3º andar – Centro – São Fidélis-RJ. | |
| E-mail de contato: | | sistemacoroadosderadio@yahoo.com.br | |
| Serviço a ser renovado: | | (X) Radiodifusão sonora | |
| | | () Radiodifusão de sons e imagens | |
| Período da renovação: | | 2018 à 2028. | |
| Localidade da renovação: | | São Fidélis | UF: RJ. |

Eu, **José Cristovão Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 809.622.897-87, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES


Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

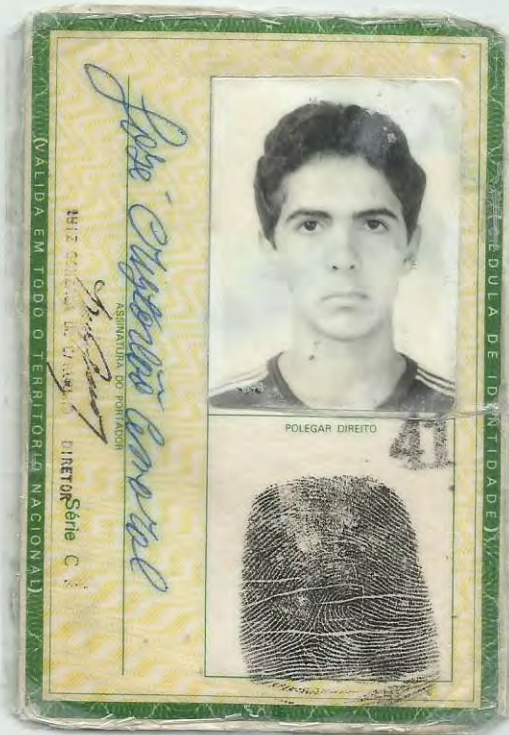
Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Assinatura do representante legal

Rádio Difusora Coroados Ltda
José Cristovão Amaral

29.607.462/0001-53
Rádio Difusora Coroados Ltda
Rua Alberto Torres, 410
3º e 4º Andares
Centro - São Fidélis-RJ
CEP 28400-000





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 3

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGP/DP/INSTITUTO FÉLIX PACHECO

R. GERAL 06059333-2

NOME JOSE CRISTOVÃO AMARAL

NOME DO PAI FIDELIS DIAS AMARAL

NOME DA MÃE PHILOMENA FERREIRA AMARAL

DATA NASC 22/01/1964 NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

EMIÇÃO 01/09/1981 NACIONALIDADE BRASILEIRA 41

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura JOSE CRISTOVÃO AMARAL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 10/11/83

OBSERVAÇÕES

LOCAL SAO FIDELIS, RJ DATA EMISSÃO 20/02/2019

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

82866061405 RJ465322832

RIO DE JANEIRO

PROIBIDO PLASTIFICAR 1810528500

DF ACALAP AM BACES GO MANTINS MG PR PB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 4

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

ANILDES FONSECA AZEVEDO

- Brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à rua 5 de Março nº 127, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº 412.542, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN

- Brasileiro, casado, laboratorista, residente e domiciliado à rua Duque de Caxias nº.51 - fundos, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº. 635.209, expedida pelo Instituto Pereira//Faustino;

MANOEL DA SILVA RIBEIRO

- Brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à rua Frei/Ângelo nº.555, em São Fidélis (RJ) portador da Carteira de Identidade nº.636.724, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

ALBERTO FADEL

- Brasileiro, casado, agente fiscal, residente e domiciliado à rua Dr. Laurindo Pitta nº.140, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº.236.720, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

JOSÉ THEÓPHILO MACHADO

- Brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Praça Teixeira Soares nº.166 - apartamento 101, em São Fidélis (RJ), portador da Carteira de Identidade nº..... 1002016945, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;



2000



JAIR PERLINGEIRO DE
ABREU

- Brasileiro, casado, rádio-técnico,/
residente e domiciliado à Praça Tei-
xeira Soares nº. 186, em São Fidélis
(RJ), portador do Título de Eleitor
nº.6.513, expedido pela 35a. Zona E-
leitoral.

Os abaixo assinados e acima qualificados ANILDES///
FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANDEL DA
SILVA RIBEIRO, ALBERTO FADEL, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIR
PERLINGEIRO DE ABREU, pelo presente instrumento contratam uma
sociedade por cotas de responsabilidade limitada, para execu-
ção e exploração de serviço de radiodifusão sonora - CÓDIGO
J-01.5 - com sede nesta cidade, à Praça Teixeira Soares nº
186, devendo funcionar sob as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA

A sociedade girará sob a razão social de RÁDIO DIFU-
SORA COROADOS LTDA., DA QUAL somente poderá usar o sócio ge-
rente, o qual, em caso nenhum, poderá delegar esta faculdade a
qualquer dos outros sócios, nem usá-la em negócios alheios e
estranhos ao fim designado no preâmbulo deste contrato, bem
como em fianças, avais, endossos ou qualquer outro fim gratui-
to;

SEGUNDA

A duração da sociedade será por prazo indeterminado;

TERCEIRA

O capital social será de Cr.\$ 50.100,00 (cinquenta//
mil e cem cruzeiros), dividido em seis cotas iguais de Cr.\$//
8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) cada uma,
entrando cada sócio com uma cota, cuja realização será pelo//
modo seguinte: 50% (cinquenta por cento) nesta data, em moeda
corrente nacional e os restantes 50% (cinquenta por cento) de-
qui a 60 (sessenta) dias, também em moeda corrente nacional. A
responsabilidade dos sócios é limitada à importância total//
do capital social;

QUARTA

As cotas representativas do capital social são INA-
LIENÁVEIS e INCAUCIONÁVEIS, direta ou indiretamente, a estran-
geiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração///
contratual de prévia autorização do Poder Executivo Federal;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a-84/pg.7>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

The diagrams illustrate the stages of cell division:

- A single cell with a nucleus.
- The nucleus begins to divide, forming two distinct regions.
- The cell membrane and wall begin to pinch inward, forming a cleavage furrow.
- The cleavage furrow deepens, separating the cell into two.
- Two separate daughter cells are formed.

卷之四

Antônio

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
Tel.: 80186
ANTONIO EUZEBIO DE CASTRO MAIA
— Escrevente Designado —
SÃO FIDÉLIS - EST. DO RIO



Q U I N T A

A cessão de qualquer das cotas, fica dependente do consentimento expresso da sociedade, à qual é reservado, em todo o caso, o direito de preferência. O sócio que desejar ceder sua cota, assim o comunicará ao sócio-gerente, declarando-lhe o nome do adquirente e o preço que lhe é oferecido. O gerente, no prazo de 5(cinco) dias, convocará os outros sócios, resolvendo, então, a sociedade se consente ou não, na cessão, e, no caso afirmativo, se deve ou não adquirir a cota em questão. Se a sociedade não usar do seu direito de preferência, esta competirá a qualquer dos sócios, e, querendo-o dois ou mais sócios, será a cota dividida entre estes, segundo a combinação que fizerem;

S E X T A

A gerência da sociedade será exercida pelo sócio/// JOSÉ THEÓPHILO MACHADO, que cuidará dos serviços de administração da sociedade, podendo praticar todos os atos e operações referentes ao objeto social, exceto a movimentação da/// conta bancária que será feita juntamente com o sócio MANDEL// DA SILVA RIBEIRO, respondendo para com a sociedade e para com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de mandato/ e pelos atos que praticar com violação da lei e do presente// contrato;

S É T I M A

O sócio-gerente assinará pela sociedade da seguinte forma:

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

-JOSÉ THEÓPHILO MACHADO-GERENTE-

No caso de movimentação da conta bancária a assinatura será da seguinte forma:

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

-JOSÉ THEÓPHILO MACHADO-

Gerente

-MANOEL DA SILVA RIBEIRO-

Tesoureiro

D I T A V A

A sociedade isenta os sócios-gerente e tesoureiro// de toda e qualquer fiança;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> - 84 / pg. 9

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

17388

17388



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 10

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

NONA

O sócio-gerente receberá mensalmente para as suas// despesas, e a título de gratificação, a quantia de Cr.\$..... 1.000,00 (um mil cruzeiros), que será levada à conta de despesas gerais. Os outros sócios nada retirarão;

DÉCIMA

Os lucros bem como as perdas que se verificarem por ocasião do balanço anual, serão divididos igualmente pelos// seis sócios. Dos lucros anuais serão retirados 50% (cinquenta por cento) para constituição de fundo de reserva para aumento do capital social;

DÉCIMA PRIMEIRA

Os balanços anuais deverão ser assinados por todos// os sócios. As divergências que surgirem entre estes serão submetidas à decisão de dois árbitros, os quais escolherão um terceiro para servir de desempatador. Os árbitros serão nomeados pelos sócios dentro de cinco dias, devendo a divergência ser// resolvida equitativamente e sem recurso dentro de vinte dias, contados do em que tiver sido feita a nomeação;

DÉCIMA SEGUNDA

No caso de falecimento de um dos sócios, os seus/// herdeiros exercerão em comum os direitos do falecido, enquanto a cota social se achar indivisa;

DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos neste contrato serão regidos pelas disposições constantes do Decreto Legislativo nº.3.708, de 10 de janeiro de 1.919, e demais legislações pertinentes à exploração e execução do serviço objeto do presente, das quais têm pleno conhecimento todos os sócios que a elas se sujeitam, como se de cada uma delas se fizesse aqui especial menção.

E por estarem assim justos e combinados, obrigam-se por si e seus herdeiros a cumprirem fielmente este contrato,// que assinam com duas testemunhas, e tudo presentes, lavrando-se 5 (cinco) vias de igual teor, das quais depois de arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, as que se fizerem necessárias, as demais ficarão: uma pertencendo à sociedade, sendo guardada no arquivo desta e as demais e disposição



das instituições financeiras ou qualquer outro, digo, outro órgão do Poder Público que delas necessitar.

São Fidélis, 30-11-76

Anildes Fonseca Azevedo
-ANILDES FONSECA AZEVEDO-

Carlos Alberto Pereira Willemann
-CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN-

Manguel da Silva Ribeiro
-MANGUEL DA SILVA RIBEIRO-

Alberto Fadel
-ALBERTO FADEL-

José Theophilo Machado
-JOSÉ THEOPHILO MACHADO-

Jairo Perlingeiro de Abreu
-JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU-

TESTEMUNHAS: 1a.

2a.

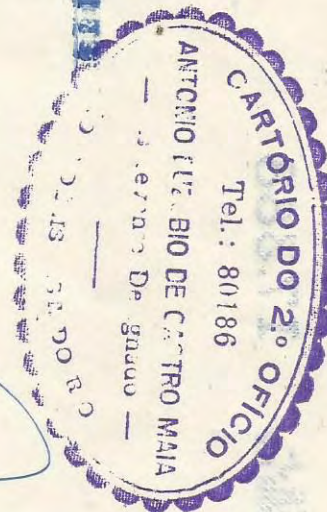
Cartório do 2.º Ofício. São Fidélis-RJ.

Reconheço a assinatura *super* de Anildes
Fonseca Azevedo, Carlos Alberto Pereira Willemann, Man-
guel da Silva Ribeiro, Alberto Fadel, José Theophi-
lo Machado, Jairo Perlingeiro de Abreu, Carlos José
Ragol e Salvador Calmon.

Em test. *[assinatura]* da verdade

São Fidélis, 13 de *dezembro* de 1976

-tabelião



X



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Penção (4071452)

SLF01230:048994/2019-84/ pg. 13

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Certifico que a presente é cópia autêntica do original
registrado e arquivado sob o número 17388 e
mecanicamente.

ALVARO PEIXOTO
Secretário Geral

23 DEZ 1976

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - São Fidélis - RJ.
1.ª CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL

Protocolo 1976 nº 111 Pág. 136

Apresentado em 04 / 01 / 1977

Reg. N.º 72 Fls. 126 Livro Brel

Em 04 de Janeiro de 1977

Antônio Euzebio de Castro Maia
ANTÔNIO EUZÉBIO DE CASTRO MAIA
OFICIAL DO REGISTRO



17388

17388



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 14

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

1a. [PRIMEIRA] ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

anil
faustino
P.O.
mann
gth
ANILDES FONSECA AZEVEDO

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Cinco de Março, nº 127, em São
Fidélis(RJ), portador da Car-
teira de Identidade nº 412.542,
expedida pelo Instituto Perei-
ra Faustino;

CARLOS ALBERTO PEREIRA

WILLEMANN

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Duque de Caxias, nº 51-fundos,
em São Fidélis(RJ), portador /
da Carteira de Identidade .-.-
nº 635.209, expedida pelo Ins-
tituto Pereira Faustino;

MANOEL DA SILVA RIBEIRO

- Brasileiro, casado, advogado,/
residente e domiciliado na rua
Frei Angelo, nº 555, em São Fi-
délis(RJ), portador da Cartei-
ra de Identidade nº 636.724, /
expedida pelo Instituto Perei-
ra Faustino;

JOSÉ THEÓPHILO MACHADO

- Brasileiro, casado, aposenta-
do, residente e domiciliado na
Praça Teixeira Soares, nº 166,



apartamento 101, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade nº 1002016945, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;

JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU

- Brasileiro, casado, rádio-técnico, residente e domiciliado na Praça / Teixeira Soares, nº 186, em São Fidélis-RJ, portador do Título Eleitoral nº 6.513, expedido pela 35a. Zona Eleitoral;

ALBERTO FADEL

- Brasileiro, casado, agente fiscal, residente e domiciliado na rua Laurindo Pitta, nº 140, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade nº 236.720, expedida pelo Instituto Pereira Faustino, cujo falecimento ocorreu .-.-.-. em 04/02/77, passando a cota à / viúva e herdeiros do espólio, em / seguida qualificados:

GABRIEL KITAR CARNEIRO FADEL, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na rua Laurindo Pitta, nº 140, em São Fidélis-RJ, / portador da Carteira de Identidade nº 1.034.997, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

PAULO CÉSAR CARNEIRO FADEL, brasi-



leiro, solteiro, bancário, residente e domiciliado na rua Laurindo Pita, nº 140, em São Fidélis-RJ, portador da Carteira de Identidade.-- nº 12.700.335, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

MARIA DO AMPARO CARNEIRO FADEL, brasileira, viúva, professora, residente e domiciliada na rua Laurindo Pita, nº 140, em São Fidélis-RJ, portadora da Carteira de Identidade.-- nº 295.575, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

AMARY DE ALMEIDA REIS

- Brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na rua Loureiro, nº 54-altos, em Ipuca, 2º Distrito deste município, portador da Carteira de Identidade .--.--.--.-- nº 138653, RG.nº 911.698, expedida/ pelo Instituto Pereira Faustino;

AURORA MARIA ALMEIDA REIS

- Brasileira, casada, residente e domiciliada na rua Loureiro, nº 54-altos, em Ipuca, 2º Distrito deste município, portadora da Carteira de Identidade nº 249779, expedida pelo Instituto Pereira Faustino;

Pelo presente instrumento particular, ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIR PERLINGEIRO DE ABREU,



constituíram uma sociedade para execução e exploração de serviço de radiodifusão sonora - CÓDIGO J-01.5- com sede nesta cidade, à rua Dr. Alberto Torres, nº 410, 3º e 4º andares, sob a denominação social de RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, da qual fazia parte / ALBERTO FADEL, como únicos sócios componentes, da sociedade, todos acima qualificados, conforme Contrato Social devidamente arquivado na JUCERJA sob o nº 17.388, em 23/12/76, vindo este último a falecer em 04/02/77. Nos termos da cláusula DÉCIMA SEGUNDA / do contrato de constituição, na presença e com a participação dos herdeiros do sócio falecido, habilitados pelo que foi processado / no respectivo inventário judicial, acima identificados e qualificados, neste ato representados pelo seu bastante procurador - Dr. HUDSON DE SOUZA LIMA, brasileiro, casado, advogado registrado na / OAB-RJ sob o nº 6066, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Dr. Faria Serra, s/nº, de acordo com o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO, expedido pelo Juízo de Direito da Comarca de São Fidélis, cujo inteiro teor é o seguinte:

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO FIDÉLIS-RJ

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO (Proc.nº4563/77)

O Doutor Leomil Antunes Pinheiro, Juiz de Direito, em exercício, da comarca de São Fidélis, Estado do Rio / de Janeiro, por nomeação na forma da lei:

Atendendo ao que foi requerido pela inventariante, Maria do Amparo Carneiro Fadel, com a concordância de / todos os interessados e tendo em vista o despacho de fls.5lvº, / nos autos de arrolamento dos bens deixados por falecimento de ALBERTO FADEL, óbito ocorrido a 04 de fevereiro de 1977, autoriza a referida inventariante, ou seu bastante procurador, Dr. Hudson de Souza Lima, brasileiro, casado, advogado, inscrito na .-.-.-.-.



O.A.B.-RJ sob nº 6066, a transferir a cota de capital social que/ o "de-cujus" tinha na sociedade Rádio Difusora Coreados Ltda., se diada nesta cidade, aos sócios remanescentes daquela sociedade, / Carlos Alberto Pereira Willemann, Manoel da Silva Ribeiro, Anil - des Fonseca Azevedo, José Theóphilo Machado e Jairo Perlingeiro de Abreu; a transferência será a título gratuito, podendo a inven- tariante ou seu procurador assinar o respectivo instrumento de al- teração contratual, passar recibos, dar quitação e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento ao presente.-CUM - PRA-SE.

São Fidélis, 29 de julho de 1980.- Eu, (ass.) Lenice Rosa Rangel Pinheiro(Lenice Rosa Rangel Pinheiro), escrevente de justiça jura- mentada, o subscrevi. (ass.) Leomil Antunes Pinheiro(Leomil Antu- nes Pinheiro), JUIZ DE DIREITO.

resolvem fazer a primeira alteração contratual e o fazem da forma abaixo:

-P R I M E I R A-

Como até a presente data, não houvesse ainda, a homologação da partilha, os herdeiros GABRIEL KITAR CARNEIRO FA DEL, PAULO CESAR CARNEIRO FADEL e a viúva-meeira MARIA DO AMPARO/ CARNEIRO FADEL, todos acima qualificados, ficarão dessa forma.-- sub-rogados nos direitos e obrigações da cota de capital; no va- lor de Cr\$8.350,00(oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), que pertencia ao "de cujus" ALBERTO FADEL;

-S E G U N D A-

Os herdeiros GABRIEL KITAR CARNEIRO FADEL e PAULO CESAR CARNEIRO FADEL, bem como, a viúva-meeira MARIA DO AM- PARO CARNEIRO FADEL, retiram-se desta sociedade, cedendo e trans- ferindo, a título gratuito as suas cotas do capital herdada para /



os sócios remanescentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO / PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, no valor de Cr\$1.670,00 (hum mil, seissentos e setenta cruzeiros) para cada um, assim, também, como declaram nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, raza e irrevogável quitação;

- T E R C E I R A -

Os sócios remanescentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU cedem e / transferem, a título também gratuito a parte que lhes coube da cota de capital do sócio ALBERTO FADEL, no valor de Cr\$1.670,00 (hum mil, seissentos e setenta cruzeiros) cada parte, totalizando a / quantia de Cr\$8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), para AMARY DE ALMEIDA REIS, acima qualificado, bem como declaram / nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes, plena, raza e irrevogável quitação;

- Q U A R T A -

O sócio ANILDES FONSECA AZEVEDO, após cumprir as exigências da cláusula QUINTA do contrato de constituição, assim como haverem, a sociedade no seu todo e os sócios individualmente, abdicados do direito de preferência, cede e transfere, / também a título gratuito, a sua cota de capital para AURORA MARIA ALMEIDA REIS, acima qualificado, que ficará sem função social, declarando nada mais ter a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, raza, geral e irrevogável quitação. Também se retiram da sociedade os sócios /



CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO e JOSÉ THEÓPHILO MACHADO, que cedem e transferem, a título gratuito, as suas cotas de capital para o sócio JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, / declarando nada mais terem a reclamar, seja a que título for, / nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, / geral e irrevogável quitação;

- Q U I N T A -

Os sócios aqui admitidos, AMARY DE ALMEIDA REIS e AURORA MARIA ALMEIDA REIS, na condição de cessionários da parte dos cedentes ANILDES FONSECA AZEVEDO, CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN, MANOEL DA SILVA RIBEIRO, JOSÉ THEÓPHILO MACHADO e JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU, a partir desta alteração contratual, assumem todos os deveres e direitos sociais que lhes foram cedidos e transferidos pelos cedentes, passando a fazerem parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados ao sócio remanescente, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade;

- S E X T A -

O capital social que era de R\$50.100,00 (cinquenta mil e cem cruzeiros), dividido em seis cotas iguais de R\$8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) cada uma passará para R\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e ficará assim constituído:

JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU - com 51% (cinquenta e um por cento) das cotas, ou seja, 510 (quinhentas e dez) cotas de R\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma;

AMARY DE ALMEIDA REIS - com 40% (quarenta por cento) das cotas, ou seja, 400 (quatrocentas) cotas de R\$1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma;



Conf
AURORA MARIA ALMEIDA REIS - com 9%(nove por cento) das cotas,
 ou seja, 90(noventa) cotas de Cr\$1.000,00(hum mil cruzeiros) cada /
 uma;

Totalizando 1.000(hum mil) cotas de Cr\$1.000,00(hum mil cruzeiros)/
 cada uma, Cr\$1.000.000,00(hum milhão de cruzeiros), integralizados/
 nesta data, em moeda corrente nacional;

-S É T I M A-

[Handwritten signatures and initials on the left margin]
 A gerência da sociedade será exercida pe
 lo sócio AMARY DE ALMEIDA REIS, que cuidará dos serviços da admi -
 nistração da sociedade, podendo praticar todos os atos e operações
 referentes ao objeto social, respondendo para com a sociedade e pa
 ra com terceiros solidária e ilimitadamente pelo excesso de manda-
 to e pelos atos que praticar com violação da lei, do contrato soci
 al e deste instrumento;

-O I T A V A-

O sócio Gerente assinará pela sociedade/
 da seguinte forma:

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

[Handwritten signature of Amary de Almeida Reis]
 AMARY DE ALMEIDA REIS - GERENTE

-N O N A-

Todas as demais cláusulas e condições es
 tabelecidas no contrato social não alcançadas pelo presente instru
 mento, permanecem em pleno vigor.

E por estarem assim justos e combinados, /



de tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se, por si e seus herdeiros, a cumprirem fielmente o presente, que assinam com duas testemunhas, a tudo presentes, lavrando-se 04(quatro) vias de igual teor, das quais depois de arquivadas na JUCERJA, as que se fizerem necessárias, as demais ficarão: uma pertencendo à sociedade, sendo guardada no arquivo desta e as demais a disposição das instituições financeiras ou qualquer outro órgão do Poder Público que delas necessitar.

São Fidélis(RJ), 21 de Junho de 1982.

Hudson
-HUDSON DE SOUZA LIMA-Advogado

Anildes
-ANILDES FONSECA AZEVEDO-

+ *Carlos Alberto*
-CARLOS ALBERTO PEREIRA WILLEMANN-

Manoel da Silva
-MANOEL DA SILVA RIBEIRO-

+ *Jose Theophilo*
-JOSE THEOPHILO MACHADO-

Jairo Perlingeiro
-JAIRO PERLINGEIRO DE ABREU-

Amary de Almeida
-AMARY DE ALMEIDA REIS-

Aurora Maria
-AURORA MARIA ALMEIDA REIS-

TESTEMUNHAS: 1a.

2a.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Certifico que a presente é cópia autenticada original
registrada e arquivada sob o número e data estampado
mecanicamente.

193893

NOV 26 1982

Cartorio do 2º Ofício São Fidélis RJ
Reconheço a assinatura *Antônio do Rocio*
de Senge Lima, Benedito Pereira
seco Aguedo, Carlos Alberto Pereira
William, Manoel da Silva Ri-
beiro, José Theodoro Almeida,
João Roberto Aguiar de Azevedo,
Priscila de Placido Reis e Re-
sona Maria Alexsandro Reis

testes: *J.P.* da verdade
São Fidélis, 22 de Junho de 1982
J. Travençolo
tabelião

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
S. FIDÉLIS - RJ.
Antônio Eurébio de Castro Azevedo
Serenidade Responsável - Mat. ex/2051
Maria da Conceição Azevedo Azevedo
Escrivão Jureamentada Mat. 06/2050



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> Plano Básico >>> **Descritivo** | internet | teia | menu | ajuda

Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - FM

UF: RJ

Município: São Fidélis

| Entidade | Canal | Classe | Fase | Azimuth (graus) | ERP | Obs |
|---------------------------------|-------|--------|------|--------------------|-----|--|
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 230 | B2 | 3 | | | |
| | 255 | C | 0 | | | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |
| | 297 | C | 0 | | | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: **17/02/2020**Hora: **15:04:25**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a><http://sistemasnet/srd/Relatorios/PlanoBasico/Descritivo/Tela.asp>

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 25

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RJ

Município: São Fidélis

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|---|-------------|-------------------------|--|
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | São Fidélis | 22/09/1988 | 22/09/1998 |
| Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição | | Data: 17/02/2020 | Hora: 15:06:28 |
| Registro 1 até 1 de 1 registros | | Página: [1] | [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |
| <div>Tela Inicial Imprimir Exportar Excel</div> | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a><http://sistemasnet/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp>

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 26

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:11:14 do dia 17/02/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/03/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

<http://sistemasnet/sigec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCP...> 17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 29.607.462/0001-53

| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:13:54

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>
http://sistemasnet/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 085.056.837-49

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: **17/02/2020**Hora: **15:15:01**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 085.056.837-49

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:15:01

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CPF**CPF:** 809.622.897-87

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data:** 17/02/2020**Hora:** 15:16:23

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
José Luiz da ConceiçãoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 081.952.937-00

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **anatel\jose.mc - José Luiz da Conceição**Data: **17/02/2020**Hora: **15:16:51**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

http://sistemasnet/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposi... 17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

| | | | |
|--|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.607.462/0001-53 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 04/01/1977 |
| NOME EMPRESARIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | |
| LOGRADOURO R DR ALBERTO TORRES | NUMERO 410 | COMPLEMENTO 3 E 4 ANDARES | |
| CEP 28.400-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO FIDELIS | UF RJ |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/02/2020** às **15:30:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infodeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a-84/pg_34
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

17/02/2020

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| | | |
|--|---|-----------------------------|
| Processo: 01250.048994/2019-84 | | |
| Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | CNPJ: 29607462000153 |
| Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada | Localidade: São Fidélis | UF: RJ |
| Validade da Outorga: Vencida | Período: 22/09/2018 a 22/09/2028 | |

| 1. REQUISITOS MÍNIMOS | | |
|--|-----------------|---------------|
| 1.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; | OK | (4671452) |
| b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO); | OK | (5175444) |

| 2. RELATIVOS À ENTIDADE | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------------|
| 2.1. DOCUMENTOS | | SITUAÇÃO | PG(s). |
| HABILITAÇÃO JURÍDICA | 2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; | OK | 1 a 24 (4671471) (4671452) |
| | 2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | Pendente | -x- |
| QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | 2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; | OK | (4671471) |
| | 2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | OK | (4671490) |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

ANEXO CHCLEKIST (3407615)

SER 01250.048994/2019-84 / pg. 35

| | | | |
|----------------------|---|----|-----------------------|
| REGULARIDADE FISCAL | 2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ; | OK | (46711490) |
| | 2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei; | OK | (4671490) F |
| | | | (4671490) M |
| | | | (4671490) |
| | 2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; | OK | (4671490) |
| REGULARIDADE TÉCNICA | 2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; | OK | (4671490) F |
| | 2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | OK | (4671490) |
| | | | Pags 25 a 28(4671490) |
| | | | |
| | 2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | OK | (4671490) |

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

| ANALISADO POR: | DATA |
|---|------------|
| NOME: José Luiz da Conceição CARGO: Engenheiro | 18.02.2020 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

ANEXO CHLORIST (3407619)

SEP 01250:046594/2019-84 / pg. 36

NOTA TÉCNICA Nº 3488/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.048994/2019-84

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, referente ao seguintes períodos: 22/09/1998 a 22/09/2008; 22/09/2008 a 22/09/2018 e 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE

3.1. certidão detalhada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187017** e o código CRC **BCE3E004**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5187017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 7157/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28400-000 São Fidélis/RJ

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.048994/2019-84.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 3488/2020/SEI-MCTIC , com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 39

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187020** e o código CRC **B1C79867**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5187020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 7157 (5187020)

SEP01250.048994/2019-84 / pg. 40

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Interessado: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Processo nº 01250.048994/2019-84

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 25 a 30 (evento SEI nº 4671490), pela RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidélis, estado do Rio de Janeiro, com vistas à renovação da referida outorga, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 04/03/2020, às 14:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5187026** e o código CRC **CFF9E4DA**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5187026



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Despacho 5187026

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 41

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

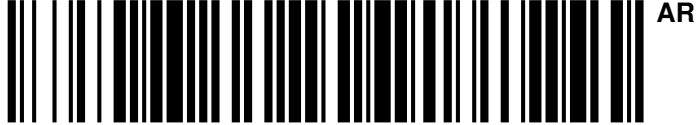


NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO - 10138

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO303153471BR



AR

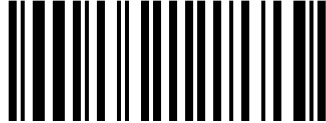
Recebedor: _____

Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DRº ALBERTO TORRES Nº , 410
CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: SERAD/SEPOS-REN
01250.048994/2019-84 OFÍCIO Nº
7157/2020 Nota Técnica n.º 3488/2020

Remetente:
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R -

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Outros (origem externa) BO 303153471BR (3239719)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 42

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|--|--|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 10/03/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA RUA DRº ALBERTO TORRES Nº , 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
|  BO303153471BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ : ____ 2º ____/____/____ : ____ 3º ____/____/____ : ____ | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 7157/2020; 1 - Nota Técnica n.º 3488/2020; | |
| | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Cópias (origem externa) BO 003153471 BR (5239719)

SER 01250.048994/2019-84 / pg. 43

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:21:25 do dia 11/03/2020 (hora e data de Brasília).

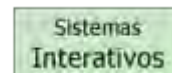
Válida até 10/04/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29607462000153**Presidente:****Endereço:** RUA ALBERTO TORRES - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 5.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 5.000,00

Quadro Societário

| CNPJ / CPF | NOME | Qtd. Cotas | Vir. Cotas |
|----------------|---------------------------------|------------|------------|
| 081.952.937-00 | AMARY DE ALMEIDA REIS | 50 | 250,00 |
| 085.056.837-49 | JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 930 | 4.650,00 |
| 809.622.897-87 | JOSE CRISTOVAO AMARAL | 20 | 100,00 |

Conselho

Diretoria

| CNPJ / CPF | NOME | Cargo | INDICAÇÃO |
|----------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| 809.622.897-87 | JOSE CRISTOVAO AMARAL | DIRETOR GERENTE | |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO DIFUSORA COROA...](https://www.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO DIFUSORA COROA...) 1/1

ANEXO DADOS DE ANÁLISE (5272366) - SET 01230.048994/2019-84 / pg. 45

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Val. RF: - |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|--|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES, 410 - 3 E 4 ANDARES | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: . | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|--|---|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |
| Latitude: -21.66111 (21° 39' 40.0" S) | Longitude: -41.74667 (41° 44' 48.0" W) |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP: 1kW |
| Altura: 90 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

| Limitação por radial dBd | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 0°: 0 | 10°: 0 | 20°: 0 | 30°: 0 | 40°: 0 | 50°: 0 | 60°: 0 | 70°: 0 | 80°: 0 | 90°: 0 | 100°: 0 | 110°: 0 |
| 120°: 0 | 130°: 0 | 140°: 0 | 150°: 0 | 160°: 0 | 170°: 0 | 180°: 0 | 190°: 0 | 200°: 0 | 210°: 0 | 220°: 0 | 230°: 0 |
| 240°: 0 | 250°: 0 | 260°: 0 | 270°: 0 | 280°: 0 | 290°: 0 | 300°: 0 | 310°: 0 | 320°: 0 | 330°: 0 | 340°: 0 | 350°: 0 |

Informações da Estação

| Informações Gerais | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |



020 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Data Último Licenciamento: 28/06/2004

Número da Licença: 000004/2004-RJ

| Estação Principal | | |
|---------------------------------------|--|------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: -21.66111 (21° 39' 40.0" S) | Longitude: -41.74667 (41° 44' 48.0" W) | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|------------------|----------------------|---|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máximo: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 1.37 | 10°: 1.27 | 20°: 1.13 | 30°: 0.97 | 40°: 0.8 | 50°: 0.64 | 60°: 0.44 | 70°: 0.24 | 80°: 0.08 | 90°: 0 | 100°: 0.02 | 110°: 0.12 |
| 120°: 0.26 | 130°: 0.41 | 140°: 0.56 | 150°: 0.74 | 160°: 0.93 | 170°: 1.1 | 180°: 1.23 | 190°: 1.31 | 200°: 1.34 | 210°: 1.36 | 220°: 1.36 | 230°: 1.38 |
| 240°: 1.38 | 250°: 1.38 | 260°: 1.37 | 270°: 1.37 | 280°: 1.37 | 290°: 1.37 | 300°: 1.37 | 310°: 1.37 | 320°: 1.37 | 330°: 1.39 | 340°: 1.41 | 350°: 1.41 |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|------------------------|------------------------------------|
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| Modelo: | Fabricante: | | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | Perdas Acessórias: dB | Impedância: ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|---------------------|
| Modelo: | | | Fabricante: | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máximo: 0.86 kW |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|-----------------------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 60689 | Despacho | MC | 06/06/1989 | | Multa | Jurídico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

ANEXO DADOS DE ANÁLISE (5272366) - SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 47

| | | | | | | | |
|------|-------|----------|----|------------|------------|---|----------|
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |

| |
|--------------------------|
| Horário de funcionamento |
| |



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 01250.048994/2019-84

Canal: 230

Frequência: 93,9 MHz

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Localidade: SÃO FIDÉLIS

UF: RJ

Entidade: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA | SIM | NÃO | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|---|------------|------------|------------------------------|
| 1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM? | | X | |
| 1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente? | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 49

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | |
|--|---|--|--------------|
| <p>1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM?</p> <p><i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i></p> | | | |
| <p>2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?</p> | X | | 5272366-pg.4 |
| <p>2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?</p> | | | |

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA | STATUS | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|--|--------|----------------------|
| 3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC. | S | 5272366-pg.1 |
| 4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério. | S | 5272366-pg.2 |
| 5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018). | S | 4671490-pg.25 a 30 |
| <p>5.1) Identificação:</p> <p>a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).</p> | S | 4671490-pg.25 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.gov.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 50

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|--|--------------|---------------|
| 5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s). | S | 4671490-pg.26 |
| 5.3) Transmissores. | | |
| 5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | N (med.F) | 4671490-pg. |
| 5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | NA | |
| 5.4) Antena. | | |
| 5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | S | 4671490-pg.26 |
| 5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | NA | |
| 5.5) Linha de Transmissão. | | |
| 5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | S | 4671490-pg.26 |
| 5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | NA | |
| 5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador). | S | 4671490-pg.27 |
| 5.7) Declaração do profissional habilitado. | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 51

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|----|--------------------|
| 5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA) | NA | |
| 5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis." | S | 4671490-pg.28 |
| 5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração. | S | 4671490-pg.28 |
| 5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria. | S | 4671490-pg.30 |
| 6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018. | S | 4671490-pg.25 a 30 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 52

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|---|---------------|
| 6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963). | S | 4671490-pg.28 |
|---|---|---------------|

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

| |
|---|
| OBSERVAÇÕES: Não foi medida a frequência de operação.Faltando Ato de RF. |
| |



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 13/03/2020, às 07:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272367** e o código CRC **02B07241**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5272367



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 4952/2020/SEI-MCTIC

Processo n.º: **01250.048994/2019-84.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria técnica de estação de radiofrequência, operando no canal 230 (duzentos e trinta), classe B2, encaminhado pela **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.607.462/0001-53, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de São Fidélis/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

| OBSERVAÇÃO | EXIGÊNCIA |
|------------|-----------|
| | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| OBSERVAÇÃO | EXIGÊNCIA |
|--|--|
| <p>– No Laudo de Vistoria Técnica da estação apresentado foi verificada a seguinte inconformidade em relação ao exigido pela legislação vigente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não apresentou a exigida medida de frequência no transmissor da estação. • OBS: Precisão da medida: Frequência em Hertz (seis casas depois da vírgula, para não prejudicar o atendimento à Norma Técnica). | <p>– Apresentar a medida de frequência, assinada por profissional habilitado que ateste que o parâmetro avaliado se encontra em conformidade com o disposto no item 3.2.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p> |
| <p>– Apresentar Ato expedido pela Anatel de uso de radiofrequência para o período de Renovação sob análise.</p> | <p>– Providenciar autorização de uso de radiofrequência e solicitar licença de funcionamento.</p> |

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 13/03/2020, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 22/03/2020, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272390** e o código CRC **47A6B1CF**.



Is e Anexos

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d27-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 4992 (5272390)

SEI 01250-048594/2019-84 / pg. 55

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5272390



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 10259/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de março de 2020.

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53)

Rua Alberto torres, 410 - 3 e 4º Andares - Centro

28400-000 - São Fidélis/RJ

Assunto: Renovação de outorga. Exigência. Processo nº 01250.048994/2019-84.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 4952/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 22/03/2020, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 10259 (32/2416)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 57

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5272418** e o código CRC **A06DBD9E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5272418



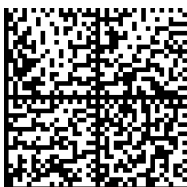
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Circulo 10259 (5272418)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 58

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO303161610BR



Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA.
RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES , 410
CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: serad/sepos-ren 01250.048994/2019-84 OFÍCIO Nº 10259/2020 Nota Técnica n.º 4952/2020

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://triple-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Outros (origem externa) BO303161610BR (9999999)

SERAD/SEPOS 01250.048994/2019-84 / pg. 59

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|--|--|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 02/04/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES , 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
|  BO303161610BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ 2ª ____/____/____ : ____ 3ª ____/____/____ : ____ | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 10259/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4952/2020; | |
| | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Outros (origem externa) BO303161610BR (5335950)

SERAD/01250.048994/2019-84 / pg. 60

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| | | |
|--|---|-----------------------------|
| Processo: 01250.048994/2019-84 | | |
| Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | CNPJ: 29607462000153 |
| Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada | Localidade: São Fidélis | UF: RJ |
| Validade da Outorga: Vencida | Período: 22/09/2018 a 22/09/2028 | |

| 1. REQUISITOS MÍNIMOS | | |
|--|-----------------|---------------|
| 1.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa; | OK | (4671452) |
| b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO); | OK | (5175444) |

| 2. RELATIVOS À ENTIDADE | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------------|
| | 2.1. DOCUMENTOS | SITUAÇÃO | PG(s). |
| HABILITAÇÃO JURÍDICA | 2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; | OK | 1 a 24 (4671471) (4671452) |
| | 2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | OK | (5407283) |
| QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | 2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; | OK | (4671471) |
| | 2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | OK | (4671490) |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

ANEXO CHUECREIST (3474134)

SER 01250.048994/2019-84 / pg. 61

| | | | |
|----------------------|---|----|-----------------------|
| REGULARIDADE FISCAL | 2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ; | OK | (46711490) |
| | 2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei; | OK | (4671490) F |
| | | | (4671490) M |
| | | | (4671490) |
| | 2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; | OK | (4671490) |
| REGULARIDADE TÉCNICA | 2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; | OK | (4671490) F |
| | 2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | OK | (4671490) |
| | | | Pags 25 a 28(4671490) |
| | | | |
| | 2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | OK | (4671490) |

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

| ANALISADO POR: | DATA |
|---|------------|
| NOME: José Luiz da Conceição CARGO: Engenheiro | 11.05.2020 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

ANEXO CHLORIST (3474134)

SEP 01250:046394/2019-84 / pg. 62



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 20065/2020/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 28 de maio de 2020.

Ao Senhor

Representante Legal da

RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ: 29.607.462/0001-53)

Rua Alberto Torres, 410 - 3 e 4º Andares - Centro

28400-000 - São Fidélis/RJ

Assunto: Prorrogação de prazo para cumprimento de exigência. Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 4952/2020/SEI-MCTIC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, a contar de 01/06/2020.

2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima**, **Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 29/05/2020, às 10:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 20065 (3534086)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 63

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5551068** e o código CRC **2159B8C4**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5551068



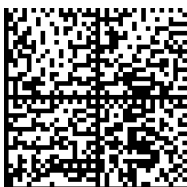
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 20065 (5551068)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 64

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

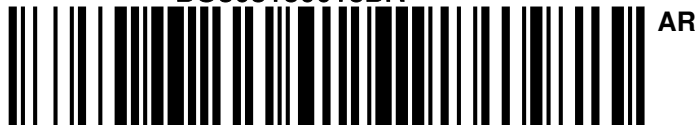


NF.:
Pedido:

Contrato: **9912443202**
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): **00030**

BO303180018BR



Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA.
RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES
CENTRO, 410
- CENTRO
28400-000 SAO FIDELIS/RJ



Obs: SERAD/SEPOS-REN
01250.048994/2019-84 OFÍCIO Nº
20065/2020 Nota Técnica n.º 4952/2020

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mploja-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Outros (origem externa) BO303180018BR (5646129)

SLP01250.048994/2019-84 / pg. 65

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|--|--|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | | DATA DE POSTAGEM 01/07/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4º ANDARES CENTRO, 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900 | | CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA |
|  BO303180018BR | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ 2ª ____/____/____ : ____ 3ª ____/____/____ : ____ | DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 20065/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4952/2020; | |
| | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR | | DATA DE ENTREGA |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR | | Nº DOC. DE IDENTIDADE |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Outros (origem externa) BO303180018BR (5646129)

SER 01250.048994/2019-84 / pg. 66

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 01250.048994/2019-84

Canal: 230 Frequência: 93,9
MHz

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Localidade: SÃO FIDELIS

UF: RJ

Entidade: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA | SIM | NÃO | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|---|-----|-----|----------------------|
| 1) Trata-se de migração do Serviço de OM para FM? | | X | 5272366-PG.5 |
| 1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A frequência do Serviço de OM já foi devolvida ao Poder Concedente? | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 67

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | |
|--|---|--|--------------|
| <p>1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de OM?</p> <p><i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i></p> | | | |
| <p>2) A estação de FM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?</p> | X | | 5272366-PG.4 |
| <p>2.1) Se a resposta do "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de migração de OM para FM, a estação de OM foi alguma vez licenciada?</p> | | | |

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

| DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA | STATUS | DOCUMENTO/ PÁGINA |
|--|--------|-----------------------|
| 3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC. | S | 5272366-PG.1 |
| 4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério. | S | 5272366-PG.2 |
| 5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018). | S | 4671490-PG.25 A 30 |
| <p>5.1) Identificação:</p> <p>a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).</p> | S | 4671490-PG.25 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 68

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|--|----|-----------------|
| 5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s). | S | 4671490-26 E 27 |
| 5.3) Transmissores. | | |
| 5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | S | 5751771-2 |
| 5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação. | NA | |
| 5.4) Antena. | | |
| 5.4.1) Antena Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | S | 4671490-PG.26 |
| 5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização. | na | |
| 5.5) Linha de Transmissão. | | |
| 5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | S | 4671490-PG.26 |
| 5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento. | NA | |
| 5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador). | S | 4671490-PG.27 |
| 5.7) Declaração do profissional habilitado. | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.gov.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 69

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|----|-----------------------|
| 5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA) | na | |
| 5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis." | S | 4671490-PG.28 |
| 5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração. | S | 4671490-PG.28 |
| 5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria. | S | 4671490-PG.30 |
| 6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018. | S | 4671490-PG.25 A 30 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-e-assinatura.camara.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 70

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | |
|---|---|---------------|
| 6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963). | S | 4671490-PG.28 |
|---|---|---------------|

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

| |
|---|
| OBSERVAÇÕES: Entidade atendeu a exigência da NT 4952 (5272390) (medida da frequência) e encaminhou laudo com a frequência medida (5751717-pg. 2). |
| |



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771506** e o código CRC **FC89DA38**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5771506



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 71

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 2197/2020/SEI-MC

Processo n.º: **01250.048994/2019-84.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando no canal 230 (duzentos e trinta), classe B2, encaminhado pela **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.607.462/0001-53, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de São Fidélis/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada em atenção a Nota Técnica nº 4952/2020/SEI-MCTIC (evento SEI nº 5272390) encaminhada pelo Ofício nº 10259/2020/SEI-MCTIC, de 22/03/2020 (evento SEI nº 5272418), no doc. 01245.0020834/2020-00, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI nº 4671490-pgs. 25 a 30 e 5751771-pg.2, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 2197/2020/SEI-MC

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 72

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 10/08/2020, às 10:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771631** e o código CRC **1B4EF0BB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5771631



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Interessado: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

À CORAC,

Tendo em vista que a análise do laudo técnico apresentado concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Técnica nº 2197/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 10/08/2020, às 08:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 10/08/2020, às 10:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5771669** e o código CRC **FD014014**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI-MC nº 5771669



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



AVISO DE RECEBIMENTO AR

DATA DE POSTAGEM
10/03/2020

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DRº ALBERTO TORRES Nº. 410
CENTRO
28400-000
SAO FIDELIS RJ

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,
BRASILIA - DF
70044-900



BO303153471BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84;
1 - OFÍCIO Nº 7157/2020;
1 - Nota Técnica n.º 3468/2020;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
(1) MUDOU-SE (6) NÃO PROCURADO
(2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (7) AUSENTE
(3) NÃO EXISTE NÚMERO (8) FALCIDO
(4) DESCONHECIDO (9) OUTROS
(5) RECUSADO

RUBRICA E IDENTIFICAÇÃO DO CARTEIRO
FRANCIELLE TORRES
Agente de Correios - Carteiro
Matrícula 8.958.162-8
UD SÃO FIDÉLIS-DR/RJ

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Antônio Carlos - Notário
Notário de Azevedo Nascimento

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | | |
|--|--|---|--|-----------|
| Correios | | AVISO DE RECEBIMENTO | | AR |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3 E 4° ANDARES , 410 CENTRO 28400-000 SAO FIDELIS RJ | | | | |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASILIA - DF 70044-900 | | | | |
|  BO303161610BR | | DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048994/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 10259/2020; 1 - NOTA TÉCNICA N.º 4852/2020; | | |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 2º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 3º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> | | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (8) NÃO PROCURADO (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (7) AUSENTE (3) NÃO EXISTE NÚMERO (6) FALCIDO (4) DESCONHECIDO (9) OUTROS (5) RECUSADO | | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR <u>JOSE CRISTOVÃO AMARAL</u> | | RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <u>LEONAR DO OLIVEIRA BRAGA</u> Agente de Correios - Carteiro Matrícula 8.954.677-6 UD SAO FIDELIS - DR/RJ | | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR <u>JOSE CRISTOVÃO AMARAL</u> | | DATA DE ENTREGA <u>29/04/2020</u> Nº DOC. DE IDENTIDADE | | |



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d4c-9e55-ea2c8f7a4655>

| | | | |
|---|--|--|---|
|  | AVISO DE RECEBIMENTO | AR | DATA DE POSTAGEM 01/07/2020 |
| DESTINATÁRIO RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA. RUA ALBERTO TORRES, 410 3º E 4º ANDARES CENTRO, 410 CENTRO 28400-000 | UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL | UNIDADE DE POSTAGEM CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA SÃO FIDÉLIS | 13 JUL 2020 |
| REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPALNADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASILIA - DF 70044-900 | DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) BO303180018BR | 1 - SERAD/SEPOS-REN 01250.048984/2019-84; 1 - OFÍCIO Nº 20065/2020; 1 - NOTA TÉCNICA Nº 4852/2020; | RUBRICA E MATRÍCULA DO CAC LEONARDO OLIVEIRA BRAGA Agente de Correios-Carreira Matrícula 8.954.677-6 ULD SÃO FIDÉLIS-DR/RJ |
| TENTATIVAS DE ENTREGA 1º _____ 2º _____ 3º _____ | MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [4] DESCONHECIDO [5] RECUSADO | [6] NÃO PROCURADO [7] AUSENTE [8] FALECIDO [9] OUTROS | DATA DE ENTREGA 13/07/2020 |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR JOSE CRISTOVÃO AMARAL | NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR JOSE CRISTOVÃO AMARAL | Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO | 13101500 |

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|--|---|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|--------------------------------|--|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|------------------------------|--------------|---------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Número: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Número: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|------------------------|--------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|----------------------|------------|---------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação

| Informações Gerais | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 28/06/2004 | Número da Licença: 000004/2004-RJ |
| Estação Principal | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consulta/assinatura/20274dca-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|---------|------------------|-------------------------|-----------------------------|---------|---|---------|------------------------|------------------------|---------------------|---------|
| Localização | | | | | | | | | | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | | | | Longitude: 41° 44' 48.00" W | | | | Cota da base: 120.00 m | | | |
| Transmissor Principal | | | | | | | | | | | |
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | | | | | | Modelo: | | | | | |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | | | | | | Potência de Operação: 1.000 kW | | | | | |
| Linha de Transmissão Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: LCF 7/8 | | | | | | Fabricante: KMP | | | | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | | | Atenuação: 1.20 dB/100m | | | Perdas Acessórias: 0.5 dB | | | Impedância: 50.00 ohms | | |
| Antena Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | | Beam-Tilt: .00 ° | | Orientação NV: .00 ° | | Polarização: Circular | | HCl: 28 m | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| | |
|-------------------------------|---|
| Estação Auxiliar | |
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |
| Transmissor Auxiliar 2 | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |
| Linha de Transmissão Auxiliar | |



| | | | |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------|
| Modelo: | | Fabricante: | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | Perdas Acessórias: dB | Impedância: ohms |

| | | | | | |
|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------|----------------------------|
| Antena Auxiliar | | | | | |
| Modelo: | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 0.86 kW |


| | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |

| | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |

| | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|---|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |



 Mosáico

Tudo

Download Canais

2 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Servico | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|--------------|--|----------------|------------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-------------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|-----|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|----------------|-------------|
| Ver Estações | PR-C3 (Canal Outorgado - Aquando Licenciamento) | 29607462000153 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 01030090731 | P | Comercial | FH | 230 | RJ | São Fidélis | | 230 | | 93.9 | B2 | | 21° 30' 40.00" S | 41° 44' 40.00" W | 1 | 28 | | 2 | 2023-01-23 17:11:21 | | 570ac38f7a465a | |
| Ver Estações | AM-C2 (Canal Outorgado - Aquando Dadas da Estação) | 29607462000153 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 01008055304 | P | Comercial | OM | 205 | RJ | São Fidélis | | | | 1310 | C | | 21° 31' 4.00" S | 41° 42' 59.00" W | | | | 2 | 2023-01-23 19:02:27 | | 570ac38f7a465a | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4da1-9e55-ea2c8f7a465a

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CNPJ | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: | | 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **31/01/2023**Hora: **15:15:51**

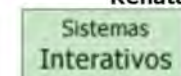
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d41-9e55-ea2c8f7a465a Anexo - Tabelas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 82



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 081.952.937-00 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:16:03**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

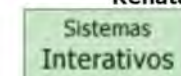
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a Anexo: Tabelas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 83

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 809.622.897-87 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 31/01/2023

Hora: 15:16:13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

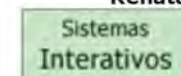
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a/10662256

Anexo 1 - Atas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 84



BOA TARDE
Renata Vieira Machado



Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 31/01/2023

Hora: 15:16:25



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Anexo: Tabelas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 85

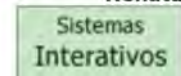
e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado



SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|--------------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:17:51**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d2a-9e55-ea2c8f7a465a Anexo 1 - Atas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 86

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|----------------------------|-------------------------|
| Tipo de Consulta: | Nome Sócio/Diretor |
| Nome Sócio/Diretor: | Radio Difusora Coroados |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:18:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d2a-9e55-ea2c8f7a465a Anexo 1 - Atas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 87

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Menu Principal ▾

Dados da consulta Consulta

BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|----------------------------|-------------------------|
| Tipo de Consulta: | Nome Sócio/Diretor |
| Nome Sócio/Diretor: | Rádio Difusora Coroados |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **31/01/2023**

Hora: **15:18:48**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d2a-9e55-ea2c8f7a465a Anexo 1 - Atas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 88

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:19:21 do dia 31/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d41-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo pelas ANATEL atualizadas (10662256)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 89

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
29.607.462/0001-53
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
04/01/1977NOME EMPRESARIAL
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
*****PORTE
MECÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádioCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informadaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
R DR ALBERTO TORRESNÚMERO
410COMPLEMENTO
3 E 4 ANDARESCEP
28.400-000BAIRRO/DISTRITO
CENTROMUNICÍPIO
SAO FIDELISUF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
*****

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 90

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/01/2023** às **15:21:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 91

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

29.607.462/0001-53

NOME EMPRESARIAL:

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JOSE CRISTOVAO AMARAL

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

AMARY DE ALMEIDA REIS

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **31/01/2023** às **15:21** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10002324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 92

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10002324)

SEL 01250.048994/2019-84 / pg. 93

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 29.607.462/0001-53 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir) Avaliar (/Servicos/certidaointernet/PJ/Avaliacao?protocolo=20230131.415A81BF)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 94

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2023.1.2944966-0
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

| IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE | |
|---|-----------------------|
| CPF / CNPJ : 29.607.462/0001-53 | CAD-ICMS : Desativado |
| NOME / RAZÃO SOCIAL : RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| <p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 31/01/2023 15:25</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 01/05/2023</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p> | |
| OBSERVAÇÕES | |
| <p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 95

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.
3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).
4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 29.607.462/0001-53
Razão Social: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
Endereço: R DR ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES / CENTRO / SAO FIDELIS / RJ / 28400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/01/2023 a 03/02/2023

Certificação Número: 2023010500352236920753

Informação obtida em 31/01/2023 15:34:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 97



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.607.462/0001-53
Certidão nº: 4604106/2023
Expedição: 31/01/2023, às 15:36:51
Validade: 30/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.607.462/0001-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Documentos Fiscais Atualizados (10662324)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 98

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Data de Envio:

31/01/2023 16:24:22

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação- Processo nº: 01250.048994/2019-84

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 31/01/2023 21:14

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 31 de janeiro de 2023 16:24

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Fidelis/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.dafp.br/legbr/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 1678/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 3488/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 7157/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 5187017 e 5187020). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.018091/2020-11, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d4a-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 1678 (10962544)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 101

e386e26e-7d27-4d4a-9e55-ea2c8f7a465a

alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;

h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

i) inexistir parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

JUSTIFICATIVA: as declarações apresentadas juntamente com o requerimento padrão disponibilizado por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não foram datadas pelo(a) subscritor(a). Em caso semelhante, a unidade consultiva recomendou que as declarações necessárias à renovação da outorga sejam prestadas mediante a apresentação de documento devidamente datado e assinado.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. prova de regularidade perante a Fazenda federal, na forma da lei;

3.4. prova de regularidade relativa à seguridade social;

3.5. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de São Fidelis/RJ, encontra-se com o status "FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 1070 (10962544)

SEI 01250-048594/2019-84 / pg. 102

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, em atendimento às disposições constantes no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 01/02/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 02/02/2023, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10662544** e o código CRC **7D208126**.

Minutas e Anexos

Não Possui.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2819/2023/MCOM

Brasília, 01 de fevereiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28.400-000 São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 1678/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.

3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 2819 (10062962)

SEP 01250.048994/2019-84 / pg. 104

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

em referência, condição para que o pleito seja analisado.

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 01/02/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10662582** e o código CRC **FA180423**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 1678/2023 (10662544)
- Requerimento Padrão (10662605)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2819/2023/MCOM - Processo nº 01250.048994/2019-84 - Nº SEI: 10662582



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---------------------------------|---|--|--|
| Nome da Pessoa Jurídica: | | | |
| CNPJ: | | CEP da sede: | |
| Endereço da sede: | | | |
| E-mail de contato: | | | |
| Serviço a ser renovado: | <input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora | <input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais | |
| | <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens | | |
| Período da renovação: | | | |
| Localidade da renovação: | | UF: | |

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS | |
|---|--|
| RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS | <p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. <u>Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</u></p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e</p> <p>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).</p> |



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR 04

Volume: 1/1
Peso (g): 30.0

YJ 364 070 360 BR



AR

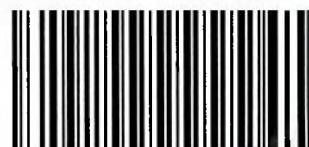
Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES N 410 3 ANDAR CENT
RO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
DERAD COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 2819 NT 1678



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg.br/legis/autenticacao/assinatura-camara>

Envelope YJ364070360BR (10666109)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 110

e386e26e-7d77-4da0-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
02/02/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ364070360BR



DERAD COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 281
9 NT 1678

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h

2° ____/____/____ : ____ h

3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

REMETENTE:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d4c-9e55-ea2c8f7a465a>

Envelope YJ364070360BR (10666109)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 111

e386e26e-7d27-4d4c-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo CADSEI (10000112)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 112



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CNPJ: 29.607.462/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:59:06 do dia 18/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/11/2023.

Código de controle da certidão: **FE91.7E7B.D917.2D7A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Certidão emitida na Internet (10514028)

SEI 01230-048994/2019-84 / pg. 113

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

| | | | |
|--|---|-------------------------------------|---|
|  | | | |
| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.607.462/0001-53 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 04/01/1977 |
| NOME EMPRESARIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | |
| LOGRADOURO R DR ALBERTO TORRES | NUMERO 410 | COMPLEMENTO 3 E 4 ANDARES | |
| CEP 28.400-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO FIDELIS | UF RJ |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO SISTEMACOROADOSDERADIO@YAHOO.COM.BR | | TELEFONE (22) 2758-1275 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/05/2023** às **15:00:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Certidão Obtida na Internet (10574028)

SEI 01230.048994/2019-84 / pg. 114

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 29.607.462/0001-53
NOME EMPRESARIAL: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: JOSE CRISTOVAO AMARAL
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/05/2023 às 14:15 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Certidão Obtida na Internet (10514028)

SEI 01230-048994/2019-84 / pg. 115

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

BOA TARDE
Kenia da Silva VieiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:50:51 do dia 18/05/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/06/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

oleto/NadaConsta/certidao.asp

https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Anexo Anatel (10914051)

SEI 01250-048994/2019-84 / pg. 116

| | | | | | |
|---|--|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | CNPJ 29607462000153 | |
| Nº DA ESTAÇÃO 6749569 | SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE 21° 39' 40.00" S | LONGITUDE 41° 44' 48.00" W | |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROJETADA, nº s/n. | | | | DISTRITO | |
| BAIRRO JONAS DE ALMEIDA E S | | | | MUNICÍPIO São Fidélis | UF RJ |

| | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------|--|--|
| VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: | 22/09/2028 | | | | |
| LOCALIDADE PLANO BASICO: | | | | | |
| MUNICÍPIO: | São Fidélis | UF: | RJ | | |
| LOCALIDADE: | | | | | |
| FREQUENCIA: | 93.9 MHz | CANAL: | 230 | | |
| CLASSE: | B2 | COTA BASE DA TORRE: | 120.00 | | |
| INDICATIVO DA ESTAÇÃO: | ZYL878 | | | | |
| NOME FANTASIA: | NUMPROCESSO: | | | | |
| CIDADE DA OUTORGA: | São Fidélis | | | | |
| ESTUDIO PRINCIPAL | | | | | |
| ENDEREÇO: | RUA ALBERTO TORRES | BAIRRO: | CENTRO | | |
| MUNICÍPIO: | São Fidélis | UF: | RJ | | |
| NUMERO: | 410 | COMPLEMENTO: | 3 E 4 ANDARES | | |
| ESTUDIO AUXILIAR | | | | | |
| ENDEREÇO: | BAIRRO: | | | | |
| MUNICÍPIO: | UF: | | | | |
| NUMERO: | COMPLEMENTO: | | | | |
| CATEGORIA DA ESTAÇÃO: | Principal | | | | |
| TIPO: | Omnidirecional | | | | |
| TRANSMISSOR PRINCIPAL | | | | | |
| FABRICANTE: | LYS ELETRONIC LTDA | MODELO: | | | |
| CÓDIGO: | 042087XXX0328 | POTÊNCIA: | 1.000 kW | | |
| TRANSMISSOR AUXILIAR | | | | | |
| FABRICANTE: | MODELO: | | | | |
| CÓDIGO: | POTÊNCIA: | | | | |
| TRANSMISSOR AUXILIAR 2 | kW | | | | |
| FABRICANTE: | MODELO: | | | | |
| CÓDIGO: | POTÊNCIA: | | | | |
| ANTENA PRINCIPAL | kW | | | | |
| FABRICANTE: | MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | MODELO: | FMA-01-3,46 | | |
| POLARIZAÇÃO: | Circular | GANHO: | -3.46 dBd | | |
| DESCRIÇÃO: | UM ANEL ONIDIRECIONAL | ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: | .00 graus | | |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: | 28 m | BEAM TILT: | .00 graus | | |
| ANTENA AUXILIAR | | | | | |
| FABRICANTE: | MODELO: | | | | |
| POLARIZAÇÃO: | GANHO: | | | | |
| DESCRIÇÃO: | ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: | | | | |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: | m | BEAM TILT: | dBd | | |
| LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR | graus | | | | |
| FABRICANTE: | graus | | | | |
| LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL | MODELO: | | | | |
| FABRICANTE: | KMP | MODELO: | LCF 7/8 | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 18/05/2023 15:51:28



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Emitido Em
01/02/2023

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjQwYzk3OWRjOA==>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Anatel (10914051)

SEI 01250-048554/2019-84 / pg. 117

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



23/10/2018 15:05:48 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Anexo Anatel (10914051)

32101250-048994/2019-84 / pg. 118

| Informações Gerais | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|-----------------------------|-------------------|---|-------------------|------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Número da Estação: 6749569 | | | | | | Número Indicativo: ZYL878 | | | | | |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | | | | | | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 | | | | | |
| Estação Principal | | | | | | | | | | | |
| Localização | | | | | | | | | | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | | | | Longitude: 41° 44' 48.00" W | | | | Cota da base: 120.00 m | | | |
| Transmissor Principal | | | | | | | | | | | |
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | | | | | | Modelo: | | | | | |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | | | | | | Potência de Operação: 1.000 kW | | | | | |
| Linha de Transmissão Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: LCF 7/8 | | | | | | Fabricante: KMP | | | | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | | Atenuação: 1.20 dB/100m | | Perdas Acessórias: 0.5 dB | | Impedância: 50.00 ohms | | | | | |
| Antena Principal | | | | | | | | | | | |
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | | | | |
| Ganho: -3.46 dBd | | Beam-Tilt: .00 ° | | Orientação NV: .00 ° | | Polarização: Circular | | HCI: 28 m | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |
| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |
| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |
| Estação Auxiliar | | | | | | | | | | | |
| Transmissor Auxiliar | | | | | | | | | | | |
| Código Equipamento: | | | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | | | |
| Fabricante: | | | | | | Potência de Operação: kW | | | | | |



| Transmissor Auxiliar 2 | | | | | | | |
|---|---------------|---------------------------|-------|---|------------|---|----------|
| Código Equipamento: | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | |
| Fabricante: | | | | Potência de Operação: kW | | | |
| Linha de Transmissão Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Comprimento da Linha: m | | Atenuação: dB/100m | | Perdas Acessórias: dB | | Impedância: ohms | |
| Antena Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | | Beam-Tilt: ° | | Orientação NV: ° | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |





BOA TARDE
Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

•

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**

Hora: **15:52:33**

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CNPJ | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: kenia.v.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 18/05/2023


Hora: 15:53:02



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 081.952.937-00 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AMARY DE ALMEIDA REIS | 081.952.937-00 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**


Hora: **15:53:11**



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


| Tipo de Consulta: CPF | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|--------------------|---------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: 809.622.897-87 | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (DIRETOR GERENTE) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 18/05/2023

Hora: 15:53:21


e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **18/05/2023**

Hora: **15:53:36**

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 7263/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 1678/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 2819/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 10662544 e 10662582). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.012121/2023-78, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

JUSTIFICATIVA: Aparentemente a pessoa jurídica promoveu nova alteração contratual, admitindo nos seus quadros nova sócia a Sra. Eulandra Ribeiro de Oliveira.

3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de todos os sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF **NÃO serão aceitos** para comprovar a nacionalidade.

JUSTIFICATIVA: Não foi localizada a documentação dos sócios. Não é necessário novo envio da documentação do Adm Sr. José Cristovão Amaral (SUPER 4671971- Págs. 3-4).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 7263 (10914476)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 126



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914478** e o código CRC **7CB862C7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10914478



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 7203 (10914478)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 127

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 13341/2023/MCOM

Brasília, 18 de maio de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410- 3º andar- Centro
28.400-000 São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 7263/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**



A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 128

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914480** e o código CRC **BB9CDC37**.

Anexos:

- Nota Técnica 7263 (10914478)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10914480



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 15341 (10914480)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 129

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://imreg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo CADSEI (10313055)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Contrato: 9912556366 Volume: 1/1
CARTA REG AR O4 Peso (g): 100.0

YJ 470 106 295 BR



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES 410 3 ANDAR CENTRO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASIL/DF
DEOPO SERAD CGPO CORRRC PROC 01250048994/2019-84 OF 13341/2023/MCOM NT

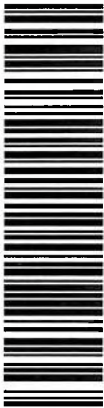


Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA FORMAL 23/05/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES, 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
28400-000
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ470106295BR



DEOPO SERAD CGPO CORR PROC 01250048994/2019-84 OF 13
34172023/MCOM NT 72637023/ SEI

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / : h
2º / / : h
3º / / : h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO


() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: / /

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos> | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Nº FISTEL: 01030099731

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 29607462000153

Situação: Ativa

Data Validade: 22/09/1998

☒ CADIN: Não

Incid FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ UF: RJ

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA ALBERTO TORRES 410 - 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50

Bairro: CENTRO

Município: São Fidélis

CEP: 28400-000

UF: RJ

End. Corresp.: RUA ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES

Bairro: CENTRO









Município: São Fidélis

CEP: 28400-000

UF: RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref. / Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|--|----------|----------------------------|
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 397.386,80 | 31/03/1993 | 651.970,50 | 651.970,50 | <div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 1993 | 15/09/1993 | 0,00 | 15/09/1993 | 6.835,27 | 6.835,27 | <div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 10.066,34 | 04/04/1994 | 28.109,87 | 28.109,87 | <div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 53,61 | 31/03/1995 | 36,28 | 36,28 | <div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 44,43 | 44,43 | <div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 53,61 | 31/03/1997 | 48,82 | 48,82 | <div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1998 | 31/03/1998 | R\$ 750,00 | 07/04/1998 | 48,82 | 48,82 | <div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| | | | | | 30/11/1999 | 1.062,21 | 1.062,21 | | | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R\$ 750,00 | 31/03/1999 | 750,00 | 750,00 | <div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R\$ 750,00 | 31/03/2000 | 750,00 | 750,00 | <div>0009</div> | Quitado | 0,00 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------|---|------|----------------------------|--------------|------------|--------|--------|---|---------------|------|
| | | | | | | | |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | | | | 0010 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R\$ 750,00 | 23/05/2001 | 897,59 | 897,59 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0011 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R\$ 750,00 | 01/04/2002 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0012 | | |
| 1660 | 0 | 2002 | 18/03/2002 | R\$ 613,52 | 18/03/2002 | 613,52 | 613,52 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0013 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R\$ 750,00 | 22/05/2003 | 900,22 | 900,22 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0014 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R\$ 750,00 | 31/03/2004 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0015 | | |
| 1550 | 0 | 2003 | 24/05/2004 | R\$ 613,53 | 24/05/2004 | 613,53 | 613,53 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0016 | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2004 | 28/07/2004 | R\$ 1.500,00 | | 0,00 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0017 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R\$ 750,00 | 31/03/2005 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0018 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R\$ 750,00 | 28/04/2006 | 826,30 | 826,30 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0019 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R\$ 750,00 | 16/05/2007 | 805,04 | 805,04 |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | 14/10/2009 | 92,91 | 92,91 | | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0021 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R\$ 750,00 | 30/05/2008 | 939,90 | 912,75 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0022 | | |
| 9999 | 0 | 2008 | | 0,00 | 30/05/2008 | 27,15 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0023 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R\$ 675,00 | 31/03/2009 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0025 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R\$ 75,00 | 29/05/2009 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0026 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 675,00 | 31/03/2010 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0027 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 75,00 | 31/03/2010 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

| | | | | | | | | | | |
|----------------|---|------|----------------------------|------------|------------|--------|--------|---|---------|------|
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 675,00 | 31/03/2011 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0028 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 75,00 | 31/03/2011 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0029 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 495,00 | 02/04/2012 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0030 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 75,00 | 02/04/2012 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0031 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 495,00 | 27/03/2013 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0032 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 75,00 | 27/03/2013 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0033 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 495,00 | 28/01/2015 | 638,50 | 638,50 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0034 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 75,00 | 28/01/2015 | 96,74 | 96,74 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0035 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 906,07 | 906,07 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0036 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 137,28 | 137,28 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0037 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 842,05 | 842,05 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0038 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 127,58 | 127,58 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0039 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 778,32 | 778,32 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0040 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 117,93 | 117,93 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0041 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 738,25 | 738,25 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0042 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 111,86 | 111,86 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0043 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 707,71 | 707,71 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0044 | | | | | | | | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

| | | | | | | | | | | |
|---|---|------|------------|--------------|------------|----------|----------|--|---------|------|
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 107,23 | 107,23 | <div>0045</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 676,08 | 676,08 | <div>0048</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 102,44 | 102,44 | <div>0049</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 670,57 | 670,57 | <div>0050</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 101,60 | 101,60 | <div>0051</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 639,55 | 639,55 | <div>0052</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 96,90 | 96,90 | <div>0053</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 7242 - PPDUR | 1 | 2022 | 27/01/2023 | R\$ 280,70 | 28/12/2022 | 280,70 | 280,70 | <div>0054</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2023 | 04/03/2023 | R\$ 1.500,00 | 30/01/2023 | 1.500,00 | 1.500,00 | <div>0055</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 495,00 | 05/04/2023 | 508,12 | 508,12 | <div>0056</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 75,00 | 05/04/2023 | 76,99 | 76,99 | <div>0057</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| Total devido em 06/06/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |
| Total de créditos em 06/06/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 53 de 53 registros

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Página: [1]

[Ir]

[Reg]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
asnet/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

3E7 01290:04895472019-84 / pg. 136

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

4/4

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8321/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADO: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis/RJ, referente ao seguinte período: 22/09/2018 a 22/09/2028.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 7263/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 13341/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 10914478 e 10914480). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.015011/2023-68, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVO À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. informações atualizadas sobre o procedimento de inventário de José Custódio de Oliveira Filho, caso ainda seja sócio da entidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o referido documento relacionado no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, Técnica de Nível Superior, em 06/06/2023, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 8321 (10940431)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 137

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10943491** e o código CRC **709AD9F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10943491



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 0321 (10943491)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 138

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 15466/2023/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ Nº 29.607.462/0001-53)
Rua Drº Alberto Torres nº 410, 3º andar - Centro
28.400-000 - São Fidélis/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.048994/2019-84.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8321/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 15466 (10943604)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 139

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 06/06/2023, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10943604** e o código CRC **C9F8BF37**.

Anexos:

•

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 10943604



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 140

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR 04

Volume: 1/1
Peso (g): 30,0

YJ 470 108 420 BR



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
RUA DR ALBERTO TORRES N 410 3 ANDAR CENT
RO



28400-000 SAO FIDELIS/RJ

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15466 NT 8321



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-127-4d6a-8f7a-465a>

Envelope YJ470108420BR (10944359)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 141

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
06/06/2023

YJ470108420BR

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900



COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15466 NT
8321

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h

2° ____/____/____ : ____ h

3° ____/____/____ : ____ h

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Envelope YJ470108420BR (10944359)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 142

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

29.607.462/0001-53

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo CADSEI (10544566)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 143



Correios AR

AVISO DE
RECEBIMENTO

VIA POSTAL
06/06/2023

DESTINATARIO
RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, N 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ
28400-000

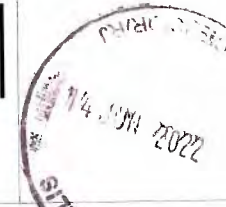
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ470108420BR



COREP COREP DOC PROC 01250048994/2019-84 OF 15486NT
8321

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
89647480

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

[Handwritten signature: Robson Gandra]
ROBSON GANDRA

DATA DE ENTREGA

11.06.23

N DOG. DE IDENTIDADE

017.5044111



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Aviso de Recebimento (AR) YJ470108420BR (10991590)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 144

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Correios AR

AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
23/05/2023

DESTINATARIO

RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

RUA DR ALBERTO TORRES, 410 3 ANDAR
CENTRO - SAO FIDELIS - RJ

28400-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YJ470106295BR



DEOPO SERAD CGPO CORR PROC 01250048994/2019-84 OF 13
341/2023/MCOM NT 7263/2023/ SEI

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICAE MATRICULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
8961178

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

Boisane Fernando de Abreu

DATA DE ENTREGA

N DOC. DE IDENTIDADE

10319240757



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Aviso de Recebimento (AR) YJ470106295BR (10991684)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 145

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Estações

| 2 total de registros | | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------------|----------------|------------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-------------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|-----|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|---------------|-------------|
| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
| | | 2960746200013 | | | | (Todos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Visualizar em PDF | PM-CA (Canal Licenciado) | 29607462000133 | RADIO DIFUSORA CONRADOS LTDA | 01030999731 | P | Comercial | FM | 230 | RJ | São Fidélis | | 230 | | 93.9 | B2 | | 21° 39' 40.00" S | 41° 44' 48.00" W | 1 | 28 | | 2 | 2023-03-13 12:44:09 | | 57dbac383a0ce | |
| Visualizar em PDF | AM-CA (Canal Licenciado) | 29607462000133 | RADIO DIFUSORA CONRADOS LTDA | 01008905304 | P | Comercial | OM | 205 | RJ | São Fidélis | | | | 1310 | C | Principal | 21° 37' 4.01" S | 41° 45' 59.00" W | | | | 2 | 2023-04-13 09:32:38 | | 57dbac383a0ce | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
el.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac383a0ce

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| | | | | | |
|--|---|------------|------------------------------|-------------------------------|----------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | CNPJ 29607462000153 | |
| Nº DA ESTAÇÃO 6749569 | SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE 21° 39' 40.00" S | LONGITUDE 41° 44' 48.00" W | |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROJETADA, nº s/n. | | | | DISTRITO | |
| BAIRRO JONAS DE ALMEIDA E S | | | | MUNICÍPIO São Fidélis | UF RJ |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 22/09/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 93.9 MHz CANAL: 230

CLASSE: B2 COTA BASE DA TORRE: 120.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL878

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São Fidélis

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA ALBERTO TORRES BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: São Fidélis UF: RJ

NUMERO: 410 COMPLEMENTO: 3 E 4 ANDARES

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: LYS ELETRONIC LTDA MODELO:

CÓDIGO: 042087XXX0328 POTÊNCIA: 1.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA MODELO: FMA-01-3,46

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: UM ANEL ONIDIRECIONAL

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 28 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP MODELO: LCF 7/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 29/09/2023 08:56:10



Emitido Em
01/02/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjUxNmJiNWE>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/MmMzZWlnbmNhOjoyMDIzNjUxNmJiNWE>

Anexo Consultas ANATEL (11/11/2023)

SEI 61250-04659-4/2019-64 / pg. 147

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: - | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



23.08.09.22 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camfleg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Consultas ANATEL (11/140354)

SEI 01230-046594/2019-84 / pg. 148

| Informações Gerais | |
|--|--|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 |

| Estação Principal | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | Longitude: 41° 44' 48.00" W | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|--|---------------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|--|------------------|----------------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------------|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |



| Transmissor Auxiliar 2 | | | | | | | |
|---|---------------|---------------------------|-------|---|------------|---|----------|
| Código Equipamento: | | | | Modelo: Equipamento não encontrado | | | |
| Fabricante: | | | | Potência de Operação: kW | | | |
| Linha de Transmissão Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Comprimento da Linha: m | | Atenuação: dB/100m | | Perdas Acessórias: dB | | Impedância: ohms | |
| Antena Auxiliar | | | | | | | |
| Modelo: | | | | Fabricante: | | | |
| Ganho: dBd | | Beam-Tilt: ° | | Orientação NV: ° | | ERP Máxima: 0.86 kW | |
| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |
| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |
| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| Horário de funcionamento | | | | | | | |
| | | | | | | | |





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

CNPJ: 29.607.462/0001-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:57:35 do dia 29/09/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/10/2023.


Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo Consultas ANATEL (11140094) - SEI 01250-048994/2019-84 / pg. 151



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Extrato de Lançamentos** | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

Nº FISTEL: 01030099731

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 29607462000153

Situação: Ativa

Data Validade: 22/09/1998

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa:

Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: RJ

Proc. Caducidade: Não

End. Sede:

RUA ALBERTO TORRES 410 - 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50

Bairro: CENTRO

Município:

São Fidélis

CEP: 28400-000

UF: RJ

End. Corresp.:

RUA ALBERTO TORRES 410 3 E 4 ANDARES

Bairro: CENTRO

Município:









São Fidélis


CEP: 28400-000

UF: RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref. / Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R\$) |
|------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|--|----------|----------------------------|
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 397.386,80 | 31/03/1993 | 651.970,50 | 651.970,50 | <div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 1993 | 15/09/1993 | 0,00 | 15/09/1993 | 6.835,27 | 6.835,27 | <div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 10.066,34 | 04/04/1994 | 28.109,87 | 28.109,87 | <div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 53,61 | 31/03/1995 | 36,28 | 36,28 | <div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 44,43 | 44,43 | <div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 53,61 | 31/03/1997 | 48,82 | 48,82 | <div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1998 | 31/03/1998 | R\$ 750,00 | 07/04/1998 | 48,82 | 48,82 | <div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | | |
| | | | | | 30/11/1999 | 1.062,21 | 1.062,21 | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R\$ 750,00 | 31/03/1999 | 750,00 | 750,00 | <div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div> | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R\$ 750,00 | 31/03/2000 | 750,00 | 750,00 | <div>0009</div> | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://infocleg.br/autenticidade-assinatura/anatelleg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

ANEXO CONSULTAS ANATEL (111400594)

SIGEC 01230-046594/2019-84 / pg. 152

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | | | | | | | |
|-------------|---|------|----------------------------|--------------|------------|--------|--------|---|---------------|------|
| | | | | | | | |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | | | | 0010 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R\$ 750,00 | 23/05/2001 | 897,59 | 897,59 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0011 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R\$ 750,00 | 01/04/2002 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0012 | | |
| 1660 | 0 | 2002 | 18/03/2002 | R\$ 613,52 | 18/03/2002 | 613,52 | 613,52 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0013 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R\$ 750,00 | 22/05/2003 | 900,22 | 900,22 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0014 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R\$ 750,00 | 31/03/2004 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0015 | | |
| 1550 | 0 | 2003 | 24/05/2004 | R\$ 613,53 | 24/05/2004 | 613,53 | 613,53 |  Histórico do Lançamento | Quitado - DOU | 0,00 |
| | | | | | | | | 0016 | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2004 | 28/07/2004 | R\$ 1.500,00 | | 0,00 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0017 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R\$ 750,00 | 31/03/2005 | 750,00 | 750,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0018 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R\$ 750,00 | 28/04/2006 | 826,30 | 826,30 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0019 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R\$ 750,00 | 16/05/2007 | 805,04 | 805,04 |  Histórico do Lançamento | | |
| | | | | | 14/10/2009 | 92,91 | 92,91 | | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0021 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R\$ 750,00 | 30/05/2008 | 939,90 | 912,75 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0022 | | |
| 9999 | 0 | 2008 | | 0,00 | 30/05/2008 | 27,15 | 0,00 |  Histórico do Lançamento | Cancelado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0023 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R\$ 675,00 | 31/03/2009 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0025 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R\$ 75,00 | 29/05/2009 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0026 | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 675,00 | 31/03/2010 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| | | | | | | | | 0027 | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R\$ 75,00 | 31/03/2010 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mrlleg-autenticidade-assinatura/anatel/leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a Anexo Consultas ANATEL (111400594) - SEI 01230-040594/2019-84 / pg. 153

| | | | | | | | | | | |
|----------------|---|------|----------------------------|------------|------------|--------|--------|---|---------|------|
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 675,00 | 31/03/2011 | 675,00 | 675,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R\$ 75,00 | 31/03/2011 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 495,00 | 02/04/2012 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R\$ 75,00 | 02/04/2012 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 495,00 | 27/03/2013 | 495,00 | 495,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R\$ 75,00 | 27/03/2013 | 75,00 | 75,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 495,00 | 28/01/2015 | 638,50 | 638,50 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R\$ 75,00 | 28/01/2015 | 96,74 | 96,74 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 906,07 | 906,07 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 137,28 | 137,28 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 842,05 | 842,05 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 127,58 | 127,58 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 778,32 | 778,32 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 117,93 | 117,93 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 738,25 | 738,25 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 111,86 | 111,86 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 707,71 | 707,71 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

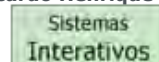
as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

Anexo Consultas ANATEL (111400594)

SEI 01230-040594/2019-84 / pg. 154

| | | | | | | | | | | |
|---|---|------|------------|--------------|------------|----------|----------|---|---------|------|
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 107,23 | 107,23 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0045 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 676,08 | 676,08 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0048 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 102,44 | 102,44 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0049 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 670,57 | 670,57 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0050 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R\$ 75,00 | 27/12/2022 | 101,60 | 101,60 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0051 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 495,00 | 26/12/2022 | 639,55 | 639,55 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0052 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R\$ 75,00 | 26/12/2022 | 96,90 | 96,90 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0053 | | | | | | | | | | |
| 7242 - PPDUR | 1 | 2022 | 27/01/2023 | R\$ 280,70 | 28/12/2022 | 280,70 | 280,70 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0054 | | | | | | | | | | |
| 8766 - TFI | 1 | 2023 | 04/03/2023 | R\$ 1.500,00 | 30/01/2023 | 1.500,00 | 1.500,00 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0055 | | | | | | | | | | |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 495,00 | 05/04/2023 | 508,12 | 508,12 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0056 | | | | | | | | | | |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R\$ 75,00 | 05/04/2023 | 76,99 | 76,99 |  Histórico do Lançamento | Quitado | 0,00 |
| 0057 | | | | | | | | | | |
| Total devido em 29/09/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |
| Total de créditos em 29/09/2023 (em reais): | | | | | | | | | | 0,00 |

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|-------------------|------------------|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDAATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | MULTA/JUROS |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://portal.anatel.gov.br/sigec/consultas/consultas.asp?SISQsmodulo=3761

Anexo Consultas ANATEL (171140594)

SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL - [SIS versão 2.2.61]

| | | |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSmodulo=3761

https://inotefra.ambiente.gov.br/signatura/consulta/leg.php?3862004-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Anexo Consultas ANATEL (17140094)

SEI 01230-046594/2019-84 / pg. 157



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CNPJ | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CNPJ: | | 29.607.462/0001-53 | | | | | | | | | |
| RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | | | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ESPOLIO DE JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 025.106.257-05 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023


Hora: 08:59:56



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 085.056.837-49 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ESPOLIO DE JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO | 085.056.837-49 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 930 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 09:00:10

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 025.106.257-05 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 025.106.257-05 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 50 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 09:00:16



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: | | CPF | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-------------|
| CPF: | | 809.622.897-87 | | | | | | | | | |
| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| JOSE CRISTOVAO AMARAL | 809.622.897-87 | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | RJ | São Fidélis |
| | | RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | 29.607.462/0001-53 | Sócio | 20 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | RJ | São Fidélis |

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 29/09/2023

Hora: 09:00:21



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ |
| CNPJ: | 29.607.462/0001-53 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 29/09/2023 Hora: 09:00:36



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Portaria nº 365 , de 21 de setembro de 1988.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006789/86, (Edital nº 186/86), resolve:

I - Outorgar permissão à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 01250.048994/2019-84**Entidade:** RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.**CNPJ nº:** 29.607.462/0001-53**FISTEL nº:** 01030099731**Localidade:** São Fidelis/RJ**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 25/09/2019**Período:** 22/09/2018 a 22/09/2028**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---------------------|--|-------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que: | (X) Sim () Não () Não se aplica | 4671452 10888432 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021) | |
| a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 164

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|--|---|----------|--|--|
| b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |
| h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



| | | | | |
|--|---|-----------------------|---|--|
| i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888432 | - Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011. | |
| 2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO); | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Págs. 13-17 | - Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 | |

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---------------------------|--|-------------|
| 3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10940164 | - Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888421 | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10914028, Págs. 2-3 | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; | (X) Sim () Não () Não se aplica | F 10914028, Pág. 1 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| | | E 10888418 | | |
| | | M 10888420 10888422 | | |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Pág. 6 | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | (X) Sim () Não () Não se aplica | INSS 10914028, Pág. 1 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| | | FGTS 10888419 | | |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10888425 | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963. | |



| | | | | |
|--|---|--|---|---|
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (X) Sim () Não () Não se aplica | JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA FILHO (espólio) 11008676 JOSÉ CRISTOVÃO AMARAL 4671452, Págs. 3-4 EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA 11008674 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal. | Certidão de objeto e pé - 11012765 Certidão de óbito - 11008676 Termo de inventariante - 10940162 |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga; | (X) Sim () Não () Não se aplica | 11140394, Págs. 1-2 | - Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM. | |
| 12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento? | () Sim (X) Não | 11140394, Págs. 7-12 | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 | |
| 13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação. | (X) Sim () Não () Não se aplica | 10663167 | Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU | |

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|------------|--------------|----------|------------|-------------|
|------------|--------------|----------|------------|-------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 167

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|---|---|-----|--|--|
| <p>14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. | <p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |
| <p>15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p> | <p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a |

| Conclusão |
|---|
| A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação. |



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4d0c-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 168

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10913460** e o código CRC **41ADCF93**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 10913460



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 169

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 17136/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Difusora Coroados Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 29.607.462/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, vinculado ao **FISTEL nº 01030099731**, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17136 (1440632)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 170

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Difusora Coroados Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 21 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de setembro de 1988 (SUPER 11140651).

7. Concernente ao período de **1998-2008**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 17 de junho de 1998, gerando o Protocolo nº 53770.001406/1998-60, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 22 de março de 1998 e 22 de junho de 1998. O processo foi alvo de diversas análises; porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. No tocante ao período de **2008-2018**, a interessada protocolou o requerimento de renovação da outorga no dia 23 de junho de 2008, sob o nº 53000.026938/2008-81, juntamente com parte da documentação instrutória. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 22 de março de 2008 e 22 de junho de 2008. De igual modo, o feito passou por várias análises; no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.



9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **25 de setembro de 2019**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4671452 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de setembro de 2017 a 22 de setembro de 2018.

13. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, em relação aos períodos de **2008-2018 e 2018-2028**, importa consignar que, conforme se infere do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta Ministerial, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

14. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10913460). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17/130 (14/4/2022)

SEI 01250-040394/2019-84 / pg. 172

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10913460).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 29 de setembro de 2023 (SUPER 11140394 - Págs. 13-17).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de São Fidelis/RJ, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Cristóvão Amaral e os sócios José Custódio de Oliveira Filho (espólio) e Eulanda Ribeiro de Oliveira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Importa ressaltar que o espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho é representado por sua inventariante Eulanda Ribeiro de Oliveira, conforme consta do Termo de Inventariante carreado aos autos (SEI 10940162). Ademais, de acordo com a certidão de objeto e pé do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emitida no dia 13 de julho de 2023, verifica-se que o processo de inventário ainda está em trâmite (SEI 11012765).

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11140394 - Págs. 3-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10663167).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu nome. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10913460).

23. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em



conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de fevereiro de 2023, com validade até 22 de setembro de 2028 (SUPER 11140394 - Págs. 1-2).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 29 de setembro de 2023 (SUPER 11140394 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11140394 - Págs. 7-12). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17130 (11140392)

SEI 01250-040394/2019-84 / pg. 175

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11140907) e de Exposição de Motivos (SUPER 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, Técnica de Nível Superior, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140652** e o código CRC **275AEE2B**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11140907)
- Minuta Exposição de Motivos (11140926)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140652



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, Técnica de Nível Superior, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> Minuta Portaria (11140507) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 178

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140907** e o código CRC **1B631B5E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140907



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 179

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42310/2023/MCOM

Brasília, 02 de outubro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM (11140652)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 16949/2023/SEI-MCOM (11136837), a qual trata de processo de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Difusora Coroados Ltda**, inscrita no CNPJ nº **29.607.462/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, vinculado ao **FISTEL nº 01030099731**, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/10/2023, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11144954** e o código CRC **49CA9FED**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11144954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício Interno 42310 (11144954)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 180

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 20 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314976867 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-10-2023 08:51. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2117302627-1314976867

Cota n. 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1117302627-1314976867)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 181



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.048994/2019-84**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao **Departamento de Radiodifusão Privada**, para conhecimento da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175321), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11176732** e o código CRC **4EBB1FC3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11176732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Referência: Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175321)

Interessado: Rádio Difusora Coroados Ltda.

Assunto: Renovação de outorga . Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175321), e providências cabíveis.

Brasília, 24 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 24/10/2023, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11180541** e o código CRC **AEC7FD99**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11180541



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 183

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA**

CPF/CNPJ: **29.607.462/0001-53**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:05:24 do dia 27/10/2023 , com validade até o dia 26/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: o5uoapC1Z3BABwzrCYfU

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Anexo Certidão CEIS (1-166899)

SEI 01250-048997/2019-84 / pg. 184

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 185

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-INFORM/CGU/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 189

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 190



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade | Base legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-INFORM/CGO/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 191

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito | Base normativa |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |



| | |
|---|--|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portalda transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-INFORM/CGU/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 194

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11225665) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 195



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Referência: 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11225865) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 197

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio da Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 42.310/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Difusora Coroados Ltda (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028. Para tanto, os autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídica (SUPER 11140652 e 11144954).

2. Ocorre que, neste íterim, a referida unidade consultiva exarou o Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, recomendando a adoção daquela Manifestação Jurídica Referencial – MJR como parâmetro a ser utilizado na apreciação dos requerimentos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora (comercial), quando a análise técnico-administrativa não identificar a existência de óbice para o deferimento dos pedidos apresentados pelas concessionárias/permissionárias. Neste sentido, por meio da Cota nº 00297/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para que seja verificada a possibilidade de aplicação da MJR ao caso concreto em tela (SUPER 11175321).

3. Assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica providenciou consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal. A consulta revelou que a citada pessoa jurídica se encontra em situação regular junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Ademais, pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 10914028 - Pág. 2). Além disso, a consulta ao sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou que não consta nenhum registro em desfavor daquela pessoa jurídica perante Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (SUPER 11188833).

4. Reforça-se, ainda, que, após consulta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da supramencionada pessoa jurídica que tenha culminado ou resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual impedimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 10663167).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

5. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária—associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém as mesmas condições dele decorrentes—, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

6. **No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SUPER 11008676, 10940162 e 11012765). Como é cediço, as situações envolvidas quanto à participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.**

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM**, incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER 11188908 e 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

8. Após, em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, sugere-se pela remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11188784** e o código CRC **3DE6939D**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (Parecer Referencial) (11188908)

Minuta Exposição de Motivos (11140926)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11188784



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 200

Despacho 11188784

SEI 01250.048994/2019-84

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Minuta Exposição de Motivos (1140926)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 201

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140926** e o código CRC **24B22C5A**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44272/2023/MCOM

Brasília, 22 de novembro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Despacho (11188784)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência ao Despacho (11188784), a qual trata a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, em favor da RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto Despacho, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/11/2023, às 08:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11228846** e o código CRC **26BDC92D**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11228846



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício Interno 44272 (11228846)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 203

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

NOTA n. 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: Radio Difusora Coroados Ltda - ME

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

1. Por meio do **Ofício Interno nº 44272/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica o Processo Administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre a renovação da outorga concedida à entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ**, referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

2. Inicialmente, é importante lembrar que esta Consultoria Jurídica emitiu o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que aborda, no aspecto jurídico-formal, os requisitos que devem observados pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) na análise de pedido de renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora (SUPER - **11201415**; SUPERSAPIENS - **00738.000159/2023-12**).

3. Assim, em razão da edição do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** foi dispensada a análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora.

4. Contudo, é necessário o envio dos autos dos Processo Administrativo a esta Consultoria Jurídica quando houver questionamento de natureza jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam verificadas peculiaridades não previstas na manifestação jurídica referencial, conforme consta na conclusão do citado **PARECER REFERENCIAL**.

5. No caso em análise, a SECOE, por meio do **DESPACHO s/nº**, solicitou que fosse analisada sob a perspectiva jurídica a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda**, que apresentou pedido de renovação de outorga (SUPER - **11188784**):

(...)

6. No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SUPER [11008676](#), [10940162](#) e [11012765](#)). Como é cediço, as situações envolvidas quanto à participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529

Nota n. 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (14267554)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 204

Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM**, incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER [11188908](#) e [11140926](#)), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

6. Depreende-se, portanto, que o espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho integra o quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda.** Contudo, o sr. José Cristóvão do Amaral é o sócio-administrador da citada entidade, como se verifica da certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (SUPER - **10940164**).

7. É imperioso destacar que a morte de sócio, por si só, não extingue a sociedade e não obsta a continuidade da atividade empresarial. O art. 1.028 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estabelece o seguinte em caso da morte de sócio:

Código Civil

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I - se o contrato dispuser diferentemente;

II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

8. De acordo com o Código Civil, no caso de morte de um sócio deve, a princípio, ocorrer a resolução da sociedade apenas no que tange ao vínculo daquele sócio, liquidando-se suas quotas, apurando-se seus haveres e entregando-os aos seus herdeiros (art. 1.028). A sociedade, a princípio, não deve ser extinta. Deve-se apenas apurar o que seria devido ao sócio, caso a sociedade seja extinta, e transferir os valores aos herdeiros, em virtude do direito de crédito inerente à qualidade de sócio, que lhes é transferido (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.405.)

9. Acrescente-se, ainda que a a morte ou incapacidade de pessoa física, que integra a sociedade, não afeta sua existência e validade, visto que os atos são praticados pela sociedade, cuja manifestação ocorre por meio de órgão que integra a sua estrutura (que é composto por pessoas físicas). - (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.302).

10. Deste modo, pode-se afirmar que a morte de sócio de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão não implica, via de regra, impossibilidade de continuar executando o mencionado serviço. Por consequência, não existe óbice para que a pessoa jurídica requeira a renovação da outorga.

11. O pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi subscrito pelo referido sócio-administrador, que é a pessoa física que atua em nome da sociedade. Logo, a mera existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade não constitui fator impeditivo para o conhecimento do pedido de renovação de outorga (SUPER - **4671452**).

12. **O PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** aborda o requisito da apresentação do pedido de renovação de outorga pelo representante da entidade, nos seguintes termos:

(...)

A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529

ata n. 00714/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (14267554)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 205

É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

13. É oportuno esclarecer que o citado **PARECER REFERENCIAL** não abordou a questão da existência de espólio no quadro societário de entidade que presta o serviço de radiodifusão. Isso se deve ao fato de que, em regra, a avaliação deve se concentrar apenas nos poderes do representante da entidade que apresentou o pedido de renovação de outorga.

14. Portanto, tem-se que o pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi adequadamente apresentado pelo sr. José Cristóvão do Amaral, que é sócio-administrador e possui legitimidade para prática do referido ato. Além disso, a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário não representa obstáculo normativo para apreciação do requerimento.

15. No que se refere à apreciação das demais exigências necessárias para renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, cumpre destacar que deve ser observada as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado por esta Consultoria Jurídica com objetivo de orientar a SECOE na análise jurídica da matéria.

16. Deste modo, considerando que houve o esclarecimento a respeito da observância das normas que tratam da legitimidade do representante da pessoa jurídica que apresentou o pedido de renovação de outorga, independentemente da existência de espólio no quadro societário da entidade, é recomendável, no aspecto jurídico-formal, que a SECOE observe as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** na análise do pedido de renovação de outorga apresentado pela entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ**, referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

17. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de dezembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425

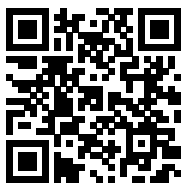


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529

01250048994/2019-84 / pg. 206

01250048994/2019-84 / pg. 206



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1364188529 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-12-2023 08:09. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529

<https://sapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597844-1364188529>

01/12/2023/CONJUR/MCOM/CGO/AGU (14267554) 321501250.048994/2019-84 / pg. 207



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.048994/2019-84

INTERESSADOS: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA - ME

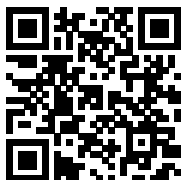
ASSUNTOS: Radiodifusão. Consulta. Rádio comercial. Renovação de outorga. Falecimento de um dos sócios.

1. Aprovo a NOTA n. 414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250048994201984 e da chave de acesso 22166425



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1365618057 e chave de acesso 22166425 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-12-2023 21:39. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/36504086/visualizar/2187597845-1365618057

02417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (14267554)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 208



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **01250.048994/2019-84**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento da Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11267554), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 12/12/2023, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11268772** e o código CRC **1DE2BDB2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11268772



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 209

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 01250.048994/2019-84

Referência: Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11267554)

Interessado: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se o presente processo, para conhecimento da Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11267554), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 13 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 13/12/2023, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11270873** e o código CRC **9F3D6431**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11270873



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 210

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio do Despacho s/nº (SUPER 11188784) e do Ofício Interno nº 44.272/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica reencaminhou o presente feito à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/MCOM, se manifestando favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Difusora Coroados Ltda (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028 (SUPER 11228846 e 11140652).

2. Neste sentido, a unidade consultiva exarou a Nota nº 00414/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, restituindo o presente feito a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, nos seguintes termos (SUPER 11267554), a saber:

(...) 5. No caso em análise, a SECOE, por meio do **DESPACHO s/nº**, solicitou que fosse analisada sob a perspectiva jurídica a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda**, que apresentou pedido de renovação de outorga (SUPER - 11188784):

(...)

6. No entanto, conforme relatado nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, consta registro de espólio no quadro da permissionária. À época, não se identificou qualquer óbice à renovação de outorga. De todo modo, é recomendável o envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, para que seja analisada, sob perspectiva jurídica, a situação excepcional relacionada à participação do espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SUPER 11008676, 10940162 e 11012765). Como é cediço, as situações envolvidas quanto à participação de espólio no quadro societário/diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão não foram objeto de apreciação por ocasião da edição do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, o que enseja o encaminhamento dos autos àquela unidade consultiva.

7. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

17.136/2023/SEIMCOM, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, **especialmente no que tange ao item 6 da presente manifestação, combinado os itens nos itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM**, incluindo as minutas de Portaria e Exposição de Motivos (SUPER 11188908 e 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993.

6. Depreende-se, portanto, que o espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho integra o quadro societário da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda**. Contudo, o sr. José Cristóvão do Amaral é o sócio-administrador da citada entidade, como se verifica da certidão simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (SUPER - **10940164**).

(...)

8. De acordo com o Código Civil, no caso de morte de um sócio deve, a princípio, ocorrer a resolução da sociedade apenas no que tange ao vínculo daquele sócio, liquidando-se suas quotas, apurando-se seus haveres e entregando-os aos seus herdeiros (art. 1.028). A sociedade, a princípio, não deve ser extinta. Deve-se apenas apurar o que seria devido ao sócio, caso a sociedade seja extinta, e transferir os valores aos herdeiros, em virtude do direito de crédito inerente à qualidade de sócio, que lhes é transferido (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.405.)

9. Acrescente-se, ainda que a a morte ou incapacidade de pessoa física, que integra a sociedade, não afeta sua existência e validade, visto que os atos são praticados pela sociedade, cuja manifestação ocorre por meio de órgão que integra a sua estrutura (que é composto por pessoas físicas). - (TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário, 8. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017. v. 1, p.302).

10. Deste modo, pode-se afirmar que a morte de sócio de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão não implica, via de regra, impossibilidade de continuar executando o mencionado serviço. Por consequência, não existe óbice para que a sociedade requeira a renovação da outorga.

11. O pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi subscrito pelo referido sócio-administrador, que é a pessoa física que atua em nome da sociedade. Logo, a mera existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário da entidade não constitui fator impeditivo para o conhecimento do pedido de renovação de outorga (SUPER - **4671452**).

12. O **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** aborda o requisito da apresentação do pedido de renovação de outorga pelo representante da entidade, nos seguintes termos:

(...)

A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

13. É oportuno esclarecer que o citado **PARECER REFERENCIAL** não abordou a questão da existência de espólio no quadro societário de sociedade empresária que presta o serviço de radiodifusão. Isso se deve ao fato de que, em regra, a avaliação deve se concentrar apenas nos poderes do representante da entidade que apresentou o pedido de renovação de outorga.

14. Portanto, tem-se que o pedido de renovação de outorga da entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** foi adequadamente apresentado pelo sr. José Cristóvão do Amaral, que é sócio-administrador e possui legitimidade para prática do referido ato. Além disso, a existência do espólio do sr. José Custódio de Oliveira Filho no quadro societário não representa obstáculo normativo para apreciação do requerimento.

15. No que se refere à apreciação das demais exigências necessárias para renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, cumpre destacar que deve ser observada as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado por esta Consultoria Jurídica com objetivo de orientar a SECOE na análise jurídica da matéria.

16. Deste modo, considerando que houve o esclarecimento a respeito da observância das normas que tratam da legitimidade do representante da pessoa jurídica que apresentou o pedido de renovação de outorga, independentemente da existência de espólio no quadro societário da entidade, é recomendável, no aspecto



jurídico-formal, que a SECOE observe as orientações apresentadas no **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** na análise do pedido de renovação de outorga apresentado pela entidade **Radio Difusora Coroados Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de **São Fidelis/RJ**, referente ao período de **22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028**.

3. Em atendimento à recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para que sejam avaliados os demais elementos que não foram objeto do questionamento constante no item 6 do mencionado Despacho s/nº (SUPER 11188784), combinado com os itens 18 a 20 da mencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, à luz do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esclareça-se que, à época, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica exarou aquela manifestação levando em consideração as orientações consubstanciadas na mencionada MJR, cuja cópia, inclusive, já se encontrava aos autos (SUPER 11225665).

4. Sendo assim, após a prestação dos esclarecimentos pela unidade consultiva, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, em complementação à supramencionada Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e ao Despacho s/nº (SUPER 11188784), e nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SUPER 11140652 e SUPER 11225665).

5. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM e ao Despacho s/nº (SUPER 11188784), e com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023 (SUPER 11140652).

6. Em caso de aprovação, sugere-se aremessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/12/2023, às 09:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11276454** e o código CRC **85450E3D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11188908)
- Minuta de Exposição de Motivos (11276511)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11276454



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado de Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Minuta de Portaria (Parecer Referencial) (11188508)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 215

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/10/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 30/10/2023, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11188908** e o código CRC **AADFA3A2**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11188908



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Minuta de Portaria (Parecer Referência) (11188908)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 216

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.136/2023/SEI-MCOM, nos termos de Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/12/2023, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ead2c8f7a465a>

Minuta de Exposição de Motivos (P127051P)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 217

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ead2c8f7a465a



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/12/2023, às 09:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11276511** e o código CRC **25A17A55**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11276511



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Minuta de Exposição de Motivos (11276511)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 218

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 11626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 16/01/2024, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279417** e o código CRC **18A0A82E**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279417



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Portaria 11626 Renovação FM (11279417)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 219

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 16/01/2024, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279418** e o código CRC **BB78636C**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279418



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Exposição de Motivos 565 Renovação FM (11279418)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 220

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 45336/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 11626/2023(11276511) e a Exposição de Motivos nº 565/2023 (11279418)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP (11276454), encaminho a Portaria nº 11626/2023(11276511) e a Exposição de Motivos nº 565/2023 (11279418), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 10/01/2024, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11279421** e o código CRC **1B9711B1**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11279421



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> / pg. 221

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 17/01/2024 16:06:23
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10120337
Data prevista de publicação: 18/01/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias | | | | |
|------------|------------------------------|----------------------------------|--------------|------------|
| Sequencial | Arquivo(s) | MD5 | Tamanho (cm) | Valor |
| 21330824 | PORTARIA MCOM NA 11571.1.rtf | ba07f1714e812a8d596d9e25354a92f2 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330825 | PORTARIA MCOM NA 11722.rtf | 3f434b1f39b4cbc423898ce4a9c5fd7d | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330826 | PORTARIA MCOM NA 11732.rtf | 96434a3f4a8957ff9aa405a5868036a7 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330827 | PORTARIA MCOM NA 11735.rtf | 7e87dba930db203c5c4dbb0cd517c940 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330828 | PORTARIA MCOM NA 11736.rtf | 157a2a1e0b04659bf797abda5819068f | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330829 | PORTARIA MCOM NA 11737.rtf | 543ac199084748008e99439b51775282 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330830 | PORTARIA MCOM NA 11742.rtf | ad337f7fe6d1e2e3b5847eb4501f38d3 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330831 | PORTARIA MCOM NA 11752.rtf | ee7e8a2426bce49dbd6a10ba76e8e974 | 7,00 | R\$ 272,44 |
| 21330832 | PORTARIA MCOM NA 11755.rtf | de03dbee6631ca73114715dd2b149b46 | 7,00 | R\$ 272,44 |
| 21330833 | PORTARIA MCOM NA 11584.rtf | 7fdebebc7d8aef658fa7443796efa44 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330834 | PORTARIA MCOM NA 11585.rtf | 933ec7bd706b2a81e1762ca8315200ad | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330835 | PORTARIA MCOM NA 11586.rtf | e11bd9514fd41a087b7cd457359490e7 | 9,00 | R\$ 350,28 |
| 21330836 | PORTARIA MCOM NA 11597.rtf | 3728c3293847a6d227f44c5290b02271 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330837 | PORTARIA MCOM NA 11607.rtf | 6fe8cd891f7b4d6b718e3220de6f4b60 | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330838 | PORTARIA MCOM NA 11626.rtf | c24abecb2d906e090ed7292bf56f1dbb | 8,00 | R\$ 311,36 |
| 21330839 | PORTARIA MCOM NA 11644.rtf | ea1ec2e29ba07c9808c2b63c50458ebc | 8,00 | R\$ 311,36 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
n.gov.br/recibo.do?idof=10120337

Comprovante Portaria nº 11626 (11520839) - SEI 01256-648994/2019-84 / pg. 222

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | | | | |
|-----------------|----------------------------|--------------------------------------|--------|--------------|
| 21330840 | PORTARIA MCOM NA 11664.rtf | a6047ff2312471d2 d89a3d3eae135788 | 10,00 | R\$ 389,20 |
| TOTAL DO OFICIO | | | 141,00 | R\$ 5.487,72 |
| | | | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=10120337

<https://www.camara.gov.br/legislacao/comprovante/legislacao/comprovante-portaria-n-11626-11920839>

SEI 01256-648994/2019-84 / pg. 223

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2024 | Edição: 13 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac383a0ce

Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|--|
| Nome da Entidade: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA | |
| Nome Fantasia: | |
| Telefone: (24) 7581275 | E-mail: |
| CNPJ: 29.607.462/0001-53 | Número do Fistel: 01030099731 |
| Tipo Usuário: Adm Privada | Tipo Taxa: Integral |
| Data do contrato: 22/09/1988 | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário | Local específico: |
| Rede: | Categoria da Estação: Principal |
| Val. RF: 22/09/2028 | |
| Observações: SSR95/86,SNC80/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---------------------------------------|---|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 e 4 ANDARES - CAIXA POSTAL 50 | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço Correspondência | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Transmissor | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA PROJETADA | Complemento: | |
| Bairro: JONAS DE ALMEIDA E S | Numero: s/n | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Logradouro: RUA ALBERTO TORRES | Complemento: 3 E 4 ANDARES | |
| Bairro: CENTRO | Numero: 410 | |
| Município: São Fidélis | UF: RJ | CEP: 28400000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| Logradouro: | Complemento: | |
| Bairro: | Numero: | |
| Município: - | UF: | CEP: |

Informações do Plano Básico

| Localização | |
|-------------------------------|---------------|
| Município: São Fidélis | UF: RJ |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| Canal: 230 | Frequência: 93.9 MHz | Classe: B2 | ERP Máxima: 0.855kW |
| HCI: 28 m | Pareamento: | Decalagem: | Fase: 2 |

Informações da Estação



24/10/2019 15:51 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Relatório Canal 230 São Fidélis/RJ (11322185)

SERP01230:048994/2019-84 / pg. 225

| Informações Gerais | |
|---------------------------------------|---|
| Número da Estação: 6749569 | Número Indicativo: ZYL878 |
| Data Último Licenciamento: 01/02/2023 | Número da Licença: 53500.005333/2023-55 |

| Estação Principal | | |
|----------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Localização | | |
| Latitude: 21° 39' 40.00" S | Longitude: 41° 44' 48.00" W | Cota da base: 120.00 m |

| Transmissor Principal | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Código Equipamento: 042087XXX0328 | Modelo: |
| Fabricante: LYS ELETRONIC LTDA | Potência de Operação: 1.000 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------|
| Modelo: LCF 7/8 | Fabricante: KMP | | |
| Comprimento da Linha: 30.00 m | Atenuação: 1.20 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---------------------|------------------|----------------------|---|-----------|---------------------|
| Modelo: FMA-01-3,46 | | | Fabricante: MAPRA-IND.E COM.DE ANT.LTDA | | |
| Ganho: -3.46 dBd | Beam-Tilt: .00 ° | Orientação NV: .00 ° | Polarização: Circular | HCI: 28 m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| 0°: 1.37 | 5°: 0 | 10°: 1.27 | 15°: 0 | 20°: 1.13 | 25°: 0 | 30°: 0.97 | 35°: 0 | 40°: 0.8 | 45°: 0 | 50°: 0.64 | 55°: 0 |
| 60°: 0.44 | 65°: 0 | 70°: 0.24 | 75°: 0 | 80°: 0.08 | 85°: 0 | 90°: 0 | 95°: 0 | 100°: 0.02 | 105°: 0 | 110°: 0.12 | 115°: 0 |
| 120°: 0.26 | 125°: 0 | 130°: 0.41 | 135°: 0 | 140°: 0.56 | 145°: 0 | 150°: 0.74 | 155°: 0 | 160°: 0.93 | 165°: 0 | 170°: 1.1 | 175°: 0 |
| 180°: 1.23 | 185°: 0 | 190°: 1.31 | 195°: 0 | 200°: 1.34 | 205°: 0 | 210°: 1.36 | 215°: 0 | 220°: 1.36 | 225°: 0 | 230°: 1.38 | 235°: 0 |
| 240°: 1.38 | 245°: 0 | 250°: 1.38 | 255°: 0 | 260°: 1.37 | 265°: 0 | 270°: 1.37 | 275°: 0 | 280°: 1.37 | 285°: 0 | 290°: 1.37 | 295°: 0 |
| 300°: 1.37 | 305°: 0 | 310°: 1.37 | 315°: 0 | 320°: 1.37 | 325°: 0 | 330°: 1.39 | 335°: 0 | 340°: 1.41 | 345°: 0 | 350°: 1.41 | 355°: 0 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0°: Lat - Lon - | 5°: Lat - Lon - | 10°: Lat - Lon - | 15°: Lat - Lon - | 20°: Lat - Lon - | 25°: Lat - Lon - | 30°: Lat - Lon - | 35°: Lat - Lon - | 40°: Lat - Lon - | 45°: Lat - Lon - | 50°: Lat - Lon - | 55°: Lat - Lon - |
| 60°: Lat - Lon - | 65°: Lat - Lon - | 70°: Lat - Lon - | 75°: Lat - Lon - | 80°: Lat - Lon - | 85°: Lat - Lon - | 90°: Lat - Lon - | 95°: Lat - Lon - | 100°: Lat - Lon - | 105°: Lat - Lon - | 110°: Lat - Lon - | 115°: Lat - Lon - |
| 120°: Lat - Lon - | 125°: Lat - Lon - | 130°: Lat - Lon - | 135°: Lat - Lon - | 140°: Lat - Lon - | 145°: Lat - Lon - | 150°: Lat - Lon - | 155°: Lat - Lon - | 160°: Lat - Lon - | 165°: Lat - Lon - | 170°: Lat - Lon - | 175°: Lat - Lon - |
| 180°: Lat - Lon - | 185°: Lat - Lon - | 190°: Lat - Lon - | 195°: Lat - Lon - | 200°: Lat - Lon - | 205°: Lat - Lon - | 210°: Lat - Lon - | 215°: Lat - Lon - | 220°: Lat - Lon - | 225°: Lat - Lon - | 230°: Lat - Lon - | 235°: Lat - Lon - |
| 240°: Lat - Lon - | 245°: Lat - Lon - | 250°: Lat - Lon - | 255°: Lat - Lon - | 260°: Lat - Lon - | 265°: Lat - Lon - | 270°: Lat - Lon - | 275°: Lat - Lon - | 280°: Lat - Lon - | 285°: Lat - Lon - | 290°: Lat - Lon - | 295°: Lat - Lon - |
| 300°: Lat - Lon - | 305°: Lat - Lon - | 310°: Lat - Lon - | 315°: Lat - Lon - | 320°: Lat - Lon - | 325°: Lat - Lon - | 330°: Lat - Lon - | 335°: Lat - Lon - | 340°: Lat - Lon - | 345°: Lat - Lon - | 350°: Lat - Lon - | 355°: Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0°: | 5°: | 10°: | 15°: | 20°: | 25°: | 30°: | 35°: | 40°: | 45°: | 50°: | 55°: |
| 60°: | 65°: | 70°: | 75°: | 80°: | 85°: | 90°: | 95°: | 100°: | 105°: | 110°: | 115°: |
| 120°: | 125°: | 130°: | 135°: | 140°: | 145°: | 150°: | 155°: | 160°: | 165°: | 170°: | 175°: |
| 180°: | 185°: | 190°: | 195°: | 200°: | 205°: | 210°: | 215°: | 220°: | 225°: | 230°: | 235°: |
| 240°: | 245°: | 250°: | 255°: | 260°: | 265°: | 270°: | 275°: | 280°: | 285°: | 290°: | 295°: |
| 300°: | 305°: | 310°: | 315°: | 320°: | 325°: | 330°: | 335°: | 340°: | 345°: | 350°: | 355°: |

| Estação Auxiliar | |
|----------------------|------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar | |
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |



| Transmissor Auxiliar 2 | |
|----------------------------|---|
| Código Equipamento: | Modelo: Equipamento não encontrado |
| Fabricante: | Potência de Operação: kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------|
| Modelo: | Fabricante: | | |
| Comprimento da Linha: m | Atenuação: dB/100m | Perdas Acessórias: dB | Impedância: ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------|----------------------------|
| Modelo: | Fabricante: | | | | |
| Ganho: dBd | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 0.86 kW |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 365 | Portaria | MC | 21/09/1988 | 22/09/1988 | Outorga | 1 |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 159 | Portaria | MC | 21/08/1989 | 20/09/1989 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|---|----------|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| | | Ato | ORLE | | 13/01/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 9999 | 65 | Portaria | MC | 21/12/1992 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 114 | Portaria | MC | 02/08/1993 | | Substituição de Equipamento | Técnico |
| 9999 | 20258 | Ato | ER | 23/10/2001 | 08/02/2002 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 663 | Portaria | MC | 31/12/2001 | 30/01/2002 | Multa | Jurídico |
| 01250048994201984 | 11626 | Portaria | MC | 18/12/2023 | 18/01/2024 | Renovação | Jurídico |

| Horário de funcionamento |
|--------------------------|
| |





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46456/2024/MCOM

Brasília, 19 de janeiro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11279418)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DERAP_MCOM (11276454), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11279418), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/01/2024, às 12:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11323885** e o código CRC **583FB601**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11323885



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício Interno 46456 (11323885)

SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 228

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Brasília, 25 de Janeiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada em 18 de janeiro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Exposição de Motivos nº 00093/2024-MCOM (11331768) - SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 229

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2485/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.048994/2019-84.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 25/01/2024, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11331782** e o código CRC **F9919D7A**.

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11331782



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Ofício 2485 (11331782)

SEP 01250.048994/2019-84 / pg. 230

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

EM nº 00093/2024 MCOM

Brasília, 25 de Janeiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada em 18 de janeiro de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/01/2024 | Edição: 13 | Seção: 1 | Página: 6

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 11.626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.048994/2019-84, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, número de inscrição no FISTEL nº 01030099731, a partir de 22 de setembro de 2018, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedidos de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a ^{MTD} **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e sons e** **gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, ico e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade | Base legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão para ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito | Base normativa |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |
| Prova de regularidade relativa à seguridade social Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

| | |
|---|--|
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portalda transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [**denominação do outorgado**], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [**xx.xxx.xxx/xxxx-xx**], número de inscrição no FISTEL nº [**xxxxxxxxxx-xx**], a partir de [**xxxxxx**], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [**em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N.º 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 17136/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.048994/2019-84

INTERESSADA: RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Difusora Coroados Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 29.607.462/0001-53**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Fidelis/RJ, vinculado ao **FISTEL nº 01030099731**, referente ao período de 22 de setembro de 2018 a 22 de setembro de 2028.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> Nota Técnica 17136 (14140632) SEI 01250.048994/2019-84 / pg. 1

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Difusora Coroados Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 21 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de setembro de 1988 (SUPER 11140651).

7. Concernente ao período de **1998-2008**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 17 de junho de 1998, gerando o Protocolo nº 53770.001406/1998-60, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 22 de março de 1998 e 22 de junho de 1998. O processo foi alvo de diversas análises; porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. No tocante ao período de **2008-2018**, a interessada protocolou o requerimento de renovação da outorga no dia 23 de junho de 2008, sob o nº 53000.026938/2008-81, juntamente com parte da documentação instrutória. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época, qual seja, de 22 de março de 2008 e 22 de junho de 2008. De igual modo, o feito passou por várias análises; no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17130 (14140652)

SEI 01230-043954/2019-84 / pg. 2

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **25 de setembro de 2019**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4671452 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 22 de setembro de 2017 a 22 de setembro de 2018.

13. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, em relação aos períodos de **2008-2018 e 2018-2028**, importa consignar que, conforme se infere do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta Ministerial, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

14. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10913460). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17130 (14140632)

SEI 01230-043954/2019-84 / pg. 3

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10913460).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 29 de setembro de 2023 (SUPER 11140394 - Págs. 13-17).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora, ainda, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de São Fidelis/RJ, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Cristóvão Amaral e os sócios José Custódio de Oliveira Filho (espólio) e Eulanda Ribeiro de Oliveira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

20. Importa ressaltar que o espólio do sócio José Custódio de Oliveira Filho é representado por sua inventariante Eulanda Ribeiro de Oliveira, conforme consta do Termo de Inventariante carreado aos autos (SEI 10940162). Ademais, de acordo com a certidão de objeto e pé do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emitida no dia 13 de julho de 2023, verifica-se que o processo de inventário ainda está em trâmite (SEI 11012765).

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11140394 - Págs. 3-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10663167).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu nome. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17130 (14140632)

SEI 01230-043954/2019-84 / pg. 4

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10913460).

23. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em



conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de fevereiro de 2023, com validade até 22 de setembro de 2028 (SUPER 11140394 - Págs. 1-2).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 29 de setembro de 2023 (SUPER 11140394 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11140394 - Págs. 7-12). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a> Nota Técnica 17130-1 (11140394) SEI 01250-043954/2019-84 / pg. 6

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11140907) e de Exposição de Motivos (SUPER 11140926), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, Técnica de Nível Superior, em 29/09/2023, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 29/09/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 29/09/2023, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 02/10/2023, às 12:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

Nota Técnica 17130 (14140632)

SEI 01250.043954/2019-84 / pg. 7

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11140652** e o código CRC **275AEE2B**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11140907)
- Minuta Exposição de Motivos (11140926)

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

Documento nº 11140652



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 29 de janeiro de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 93 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 29/01/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4929818** e o código CRC **663EA7E0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SUPER nº 4929818



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 325/2024/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 93/2024.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 93/2024 (4929809), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, da permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. (CNPJ nº 29.607.462/0001-53), nos termos da Portaria nº 365, datada em 21 de setembro de 1988, publicada em 22 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 29/01/2024, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4930835** e o código CRC **BC6EB0C1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.048994/2019-84

SUPER nº 4930835

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 93/2024 (4929809), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmite do Processo:

Concluir o registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, Pastas de competência do assunto.

JÚLIO CÉSAR DE QUEIROZ
Subsecretário de Gestão Interna substituto



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César de Queiroz, Subsecretário(a) substituto(a)**, em 30/01/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4934703** e o código CRC **B8B4E72B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SUPER nº 4934703

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 696/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.048994/2019-84.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00093/2024 MCOM, de 25 de Janeiro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Fidelis (RJ).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00093/2024 MCOM (4929386), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.048994/2019-84, acompanhado da [Portaria MCOM nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de setembro de 2018, no município de São Fidelis, estado do Rio de Janeiro, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.462/0001-53, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (4929368), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 17136/2023/SEI-MCOM, de 02/10/2023 (4929816), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Despacho (4929376) de 18/12/2023, que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 4, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 29/09/2023 (4929360), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fisel nº 01030099731, em favor da empresa DDC ATIVIDADES E CONSULTORIA LTDA (CNPJ nº 40.581.346/0001-45), conforme [Portaria MCOM nº 14.062, de 1º de agosto 2024](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.004795/2024-80.
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 29.607.462/0001-53
NOME EMPRESARIAL: RADIO DIFUSORA COROADOS LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA FILHO
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: JOSE CRISTOVAO AMARAL
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: EULANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/08/2024 às 17:29 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento

gências legais a partir da simples conferência de documentos.

[ACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 14/10/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 14/10/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5953354** e o código CRC **06AF3AC6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5953354

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.048994/2019-84

Nota SAJ - Radiodifusão nº 677 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

| | |
|---------------------|--|
| Interessado: | RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA |
| Assunto: | Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição). |
| Processo: | 01250.048994/2019-84 |

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.048994/2019-84, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA** NPI nº 29.607.462/0001-53, na localidade de **São Fidelis/RJ**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no âmbito das atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria de renovação**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o *constituente deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.048994/2019-84, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial Para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Secretário Adjunto de Infraestrutura - Substituto

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 09/08/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 13/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5956773** e o código CRC **4B0958F8** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 5956773



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

MENSAGEM Nº 1.327

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2024, que renova, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Difusora Coroados Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 17 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>



e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 18 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6173995) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 18/10/2024, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6174215** e o código CRC **AA83DABA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 6174215



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora Ministra de Estado, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.327, de 17 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2024, que renova, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Difusora Coroados Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 18/10/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 18/10/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6175989** e o código CRC **ABE14124** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2024, que renova, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Difusora Coroados Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1445/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 11.626, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2024, que renova, a partir de 22 de setembro de 2018, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Difusora Coroados Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 18/10/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6176760** e o código CRC **48360EE8** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.048994/2019-84

SEI nº 6176760

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a>

e386e26e-7d27-4dac-9e55-ea2c8f7a465a